

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CSA
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPA
Área de Concentração: Marketing e Cadeias Produtivas

MARIELA MEIRA CAUNETTO

**SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE CARNE BOVINA DE QUALIDADE: um olhar
sobre a governança e a mensuração.**

Apoio: CAPES

Maringá

2025

MARIELA MEIRA CAUNETTO

**SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE CARNE BOVINA DE QUALIDADE: um olhar
sobre a governança e a mensuração.**

Tese entregue como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, na área de concentração: Marketing e Cadeias Produtivas.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo de Souza.

Apoio: CAPES

Maringá

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C373s

Caunetto, Mariela Meira

Sistema agroindustrial de carne bovina de qualidade : um olhar sobre a governança e a mensuração / Mariela Meira Caunetto. -- Maringá, PR, 2025.
154 f. : figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo de Souza.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

1. Economia dos custos de transação. 2. Economia dos custos de mensuração. 3. Transmissão da informação. 4. Sistema agroindustrial - Carne bovina. I. Souza, José Paulo de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658

ATA DE DEFESA PÚBLICA - DOUTORADO

Aos **dezesete** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e cinco**, às **oito horas e trinta minutos**, realizou-se a apresentação do Trabalho de Conclusão (Tese de Doutorado), sob o título: **Eficiência no sistema agroindustrial de carne bovina: operacionalizando a discussão de Oliver Williamson sobre a complementaridade entre a governança e a mensuração.**, de autoria de **MARIELA MEIRA CAUNETTO**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Dr. José Paulo de Souza (presidente), Dr^a Sílvia Morales de Queiroz Caleman (membra examinadora externa – PPGAD/UFMS), Dr. Eduardo Augusto do Rosário Contani (membro examinador externo – PPGA/UEL), Dr^a Sandra Mara de Alencar Schiavi (membra examinadora do PPA) e Dr^a Elisa Yoshie Ichikawa (membra examinadora do PPA).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de Aprovada (Aprovado(a) / Aprovado(a) com correções / Reformulação do trabalho / Reprovado(a) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de doutor(a) em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

EM TEMPO: Houve alteração no título da tese? Se sim, descrever aqui:


Sistema agroindustrial de carne bovina de qualidade: um olhar sobre a governança e a mensuração.

Maringá, 17 de março de 2025.



Dr. José Paulo de Souza
(Presidente)


Dr^a Sílvia Morales de Queiroz Caleman
(membra examinadora externa – PPGAD/UFMS)


Dr. Eduardo Augusto do Rosário
Contani
(membro examinador externo – PPGA/UEL)


Dr^a Sandra Mara de Alencar Schiavi
(membra examinadora do PPA)


Dr^a Elisa Yoshie Ichikawa
(membra examinadora do PPA)


Dr. José Paulo de Souza
(coordenador do PPA)

À minha amada família, que sempre esteve ao meu lado e que foi fundamental para a conclusão desta tese.

AGRADECIMENTOS

Depois de 4 anos trabalhando nesta tese, essa é a seção mais difícil de ser escrita. Foram anos de muito aprendizado, com momentos difíceis e desafiadores, com momentos de alegria, de ansiedade e de gratidão. A vida acontece junto com o Doutorado e, em todos esses anos, eu pude contar com pessoas maravilhosas, que estiverem ao meu lado e que, com certeza, me trouxeram até aqui. Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter sido minha força em todos esses anos, por ter me dado saúde, muitas oportunidades e por ter colocado muitas pessoas boas no meu caminho. Foram muitos momentos pedindo força, calma, concentração e proteção para realizar mais esse sonho. Sei que Deus e Nossa Senhora sempre estiveram e estarão comigo, sempre à minha frente e, por isso, sou infinitamente grata.

Agradeço aos meus amados pais, Rosemeire e Gilmar, que são minha maior fonte de inspiração e de exemplo, que sempre estiveram ao meu lado e apoiam todos os nossos sonhos. Nós três temos muita sorte por ter vocês na nossa vida. Agradeço por todos esses anos, desde a graduação, por terem acreditado em mim, por terem sido meu colo e por saber que sempre poderei voltar para a nossa casa, é o lugar que eu mais amo. Muito obrigada mãe e pai, por todo esforço que fazem por nós, sem vocês nada seria possível. Agradeço às minhas irmãs, Gabriela e Isabela, que, por vezes, acreditam mais em mim do que eu mesma e que sempre torcem por mim. Tive muita sorte por crescer com o exemplo e o amor de vocês duas e tenho muito orgulho da nossa família. Agradeço meu cunhado, Pedro, que há tantos anos na minha vida, se tornou meu irmão e está sempre do meu lado. Muito obrigada, família, eu amo muito todos vocês e os nossos amores: Luli, Hanna, Pipoca, Luke, Caco e Theo!

Agradeço à minha segunda família, que foi meu presente em Maringá, e que nem imaginam o quanto me ajudaram a chegar até aqui. Em especial, ao meu noivo Vitor, que não tenho palavras para expressar o quão grata eu sou por ter em minha vida. Você, que é meu companheiro, que cuida de mim tão bem, que fica mais nervoso do que eu mesma em todas as minhas apresentações e provas e que não mede esforços para me ver bem e feliz. Deus foi muito bom quando te colocou na minha vida e peço, todos os dias, para que sigamos assim e para que tenhamos uma família tão linda quanto as nossas. Obrigada por torcer por mim, por todo incentivo, pela ajuda, pela paciência e pela companhia, mesmo que seja para ficar quietinho me vendo estudar. Agradeço aos meus sogros, Verônica e Luiz, por todo carinho durante todos esses anos. Dona Verônica, muito obrigada por cuidar de mim como sua filha e por estar sempre do meu lado. Ao meu querido sogro, Seu Luiz, que sempre está em meu coração, o senhor foi um dos meus maiores incentivadores e hoje, com muita saudade, te agradeço por tudo e sei que

está feliz por me ver chegar até aqui. Aos meus cunhados Thayse e Eduardo, agradeço por todo o apoio e por todos os momentos bons que passamos juntos. Amo muito todos vocês e agradeço por serem a minha família também!

Ao professor José Paulo, meu orientador, que se tornou meu amigo e me acompanha desde o final da graduação. Muito obrigada, professor, por toda ajuda, pela paciência, por cada café e por todas as nossas conversas sobre a vida e sobre o trabalho. A sua humildade e vontade de ensinar são exemplos que sempre levarei comigo. Aprendi muito com você nesses últimos anos e sou muito grata por tudo. À professora Sandra, que contribuiu em todos os meus trabalhos. Muito obrigada, professora, pelo carinho que sempre fui recebida e por todos os ensinamentos, você é mais um exemplo que desejo seguir na minha profissão. Aos professores Eduardo, Silvia e Elisa, agradeço por participarem da minha banca de Doutorado e por todas as considerações para a melhoria do meu trabalho.

Aos meus amigos, Gustavo, Lais, Isabella, Elisa, Carolina, Maiara, Ana Caroline, Paula e Victor, obrigada por estarem há tantos anos na minha vida, por torcerem por mim e por se fazerem presentes, seja ouvindo um desabafo ou, até mesmo, me ajudando na pesquisa. Agradeço também aos bons amigos que fiz durante esses anos, Daniel, Juliano, Amanda, Priscila, Larissa, Thamara, Anne, Melissa e Lair, foi muito bom compartilhar esses momentos com vocês. Estendo o agradecimento aos meus colegas de turma de doutorado e aos meus colegas de trabalho, em nome do meu coordenador Fabio, pela oportunidade e por me ajudar a equilibrar o trabalho e a entrega da tese. Agradeço, ainda, a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Agradeço ao Bruhmer, que tanto nos ajuda no programa, que nos recebe sempre com um sorriso no rosto e com um café. Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro, que foi fundamental na realização deste trabalho. Agradeço à UEM, que é um lugar especial, em que fui acolhida desde a graduação e que me proporcionou encontrar muitas oportunidades e pessoas boas.

Por fim, agradeço a todos os produtores e processadores que, gentilmente, aceitaram participar da minha pesquisa e contribuíram com as informações para que este trabalho fosse concluído. Fui muito bem recebida por todos, aprendi muito em cada entrevista e desejo que cada um tenha ainda mais sucesso e bênçãos na vida. Agradeço também à minha família, aos meus amigos e colegas pesquisadores, que me ajudaram com indicações de contatos para a realização das entrevistas. Todos vocês foram muito importantes neste trabalho.

A todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho e estiveram ao meu lado nesses anos, muito obrigada!

RESUMO

A coordenação da transação é um assunto tradicionalmente tratado pelas teorias derivadas da Nova Economia Institucional, considerando os conceitos da Economia dos Custos de Transação (ECT) e da Economia dos Custos de Mensuração (ECM). Essas teorias têm sua origem nas discussões de eficiência, entretanto, seguem por dois caminhos distintos, com ênfases particulares, mas interdependentes. Por um lado, no caminho da governança, descrito pela ECT, as discussões de eficiência, dada pela redução dos custos de transação, se estabelecem em função do alinhamento entre as estruturas de governança e os atributos da transação, com maior destaque para a especificidade de ativos. Por outro lado, no caminho da mensuração, tratado pela ECM, as discussões de eficiência consideram a escolha dos mecanismos de garantia, a partir das condições da mensuração e da transmissão de informação, entre os diferentes estágios do sistema produtivo, com o olhar para a garantia dos direitos de propriedade. Essas são teorias frequentemente estudadas no contexto dos Sistemas Agroindustriais (SAGs). Apesar do volume de trabalhos publicados, nos últimos anos, em diversos SAGs, considerando a ECT e a ECM, identificou-se uma lacuna teórica ao se tratar, de forma particular, das condições de transmissão da informação, como mais um fator a influenciar na eficiência da coordenação. Além disso, considerou-se a necessidade de um quadro analítico para operacionalizar a discussão entre a ECT e a ECM, iniciada por Oliver Williamson. Nesse sentido, a tese deste trabalho argumenta que “as discussões de eficiência devem considerar o grau de especificidade de ativos e as condições da mensuração e da transmissão da informação, visando ao alinhamento na coordenação e à garantia de direitos de propriedade entre os agentes na transação”. Para isso, o objetivo geral deste trabalho é compreender como a especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina. No campo empírico, essa discussão se faz importante ao se considerar que o SAG de carne bovina apresenta um histórico de descoordenação e diversidade nas estruturas de governança e nos ativos transacionados. Ainda, são identificados, no SAG, problemas relacionados à captura de valor e à mensuração entre os segmentos produtor e processador. Esses problemas, em conjunto com a especificidade de ativos, podem expor os agentes a maiores riscos de apropriação de valor, dificuldades na garantia dos direitos transacionados e maiores CT. Buscando operacionalizar a discussão entre as teorias, o estudo contribuiu com a proposição de um *framework* teórico-analítico para a análise de eficiência da transação, considerando a especificidade de ativos e as condições da mensuração e da transmissão da informação. A partir desse *framework*, foram apresentadas e discutidas as proposições do estudo e a tese, que orientaram a coleta e a análise de dados. Nesse caso, foram coletados dados secundários, em trabalhos já realizados no SAG, e dados primários, em entrevistas semiestruturadas com produtores e processadores do SAG de carne bovina, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Esses dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, com o uso do *software* Atlas.ti. Os resultados do estudo indicam que, no SAG de carne bovina, o grau de especificidade de ativos influencia na escolha das estruturas de governança e na coordenação das transações, sendo identificados grupos de participantes em baixa, média e elevada especificidade. Ratificando a hipótese de alinhamento, tratada pela ECT, identificou-se que as transações se movem, progressivamente, do mercado para a hierarquia, na medida em que a especificidade se eleva. No entanto, considerando os mecanismos de garantia, predominam-se, nos casos de baixa e média especificidade, acordos informais e a relação de longo-prazo (múltiplos *enforcers*) entre os agentes, dada a ausência de contratos formais, nos termos tratados pela ECM. Nos casos retratados desse SAG, a mensuração é, predominantemente, visual e dependente da experiência dos agentes, especialmente em baixa e média especificidade, no mercado e estrutura híbrida. Esse tipo de mensuração, ainda que fácil,

gera uma informação subjetiva, que não pode ser garantida por meio de contratos e, como consequência, os direitos de propriedade permanecem em domínio público, sujeitos à captura por um dos lados da transação. Somado a isso, a desconfiança presente no SAG, advinda de conflitos históricos entre o segmento produtor e processador, ocasiona dificuldades na transmissão da informação, que geram custos com dupla mensuração, praticada pelos produtores e processadores. Esses custos se exemplificam pela prática de acompanhamento do abate e diversas pesagens, no carregamento dos animais, na chegada no frigorífico e após o abate. Por sua vez, em elevada especificidade, a mensuração se torna mais difícil, pois considera o cálculo do índice GMD, acompanhado de tecnologias como o ultrassom de carcaça e a rastreabilidade do processo produtivo, desde a cria. Nesse caso envolvendo ativos de elevada especificidade e coordenado pela hierarquia, identificou-se a eficiência da transação, dada pelo alinhamento proposto pela ECT e pela garantia dos direitos de propriedade, por meio do *enforcement* interno, que favorecem a mensuração e a transmissão da informação internamente, conforme discute a ECM. Por outro lado, nas transações de baixa e média especificidade, coordenadas pelo mercado e estrutura híbrida, mesmo existindo o alinhamento proposto pela ECT, a eficiência da transação é reduzida, dado que os custos de transação se elevam, em consequência dos esforços para a garantia dos direitos de propriedade transacionados. Finalmente, considera-se que a discussão entre a ECT e a ECM foi operacionalizada, por meio do *framework* proposto, e a tese deste estudo foi confirmada, afirmando que a análise de eficiência deve considerar os dois caminhos, em conjunto: da governança e da mensuração.

Palavras-chave: especificidade de ativos; custos de transação; mensuração; transmissão da informação; estruturas de governança; mecanismos de garantia; carne bovina.

ABSTRACT

Transaction coordination is a subject traditionally explored within the theories derived from New Institutional Economics, focusing on the concepts of Transaction Cost Economics (TCE) and Measurement Cost Economics (MCE). These theories originate from discussions on efficiency but follow two distinct, yet interdependent, paths with specific emphases. On one hand, the governance path, as described by TCE, frames efficiency discussions around the reduction of transaction costs, emphasizing the alignment between governance structures and transaction attributes, particularly asset specificity. On the other hand, the measurement path, addressed by MCE, considers efficiency through the lens of selecting guarantee mechanisms based on the conditions of measurement and information transmission across different stages of the production system, focusing on the protection of property rights. These theories are frequently studied in the context of Agro-industrial Systems (AGSs). Despite the increasing number of studies published in recent years across various AGSs applying TCE and MCE, a theoretical gap remains regarding the specific role of information transmission conditions as a factor influencing coordination efficiency. Furthermore, the need for an analytical framework to operationalize the interdependency between TCE and MCE, as initially suggested by Oliver Williamson, has been identified. In this context, the thesis of this study argues that “efficiency discussions must consider the degree of asset specificity and the conditions of measurement and information transmission to achieve alignment in coordination and to protect property rights among transaction agents.” To this end, the general objective of this study is to understand how asset specificity, measurement, and information transmission influence transaction coordination and property rights protection in the various arrangements involving producers and processors in the beef AGS. In the empirical field, this discussion becomes relevant considering the beef AGS's history of poor coordination and diversity in governance structures and traded assets. Moreover, issues related to value capture and measurement between producer and processor segments have been identified in this AGS. These challenges, combined with asset specificity, expose agents to higher risks of value appropriation, difficulties in guaranteeing transacted rights, and increased transaction costs. To operationalize the discussion between these theories, the study contributes by proposing a theoretical-analytical framework for analyzing transaction efficiency, considering asset specificity and the conditions of measurement and information transmission. Based on this framework, the study's propositions and central thesis were presented and guided the data collection and analysis. Secondary data were obtained from existing studies on the AGS, while primary data were collected through semi-structured interviews with producers and processors in the South, Southeast, and Central-West regions of Brazil. The data were analyzed using Content Analysis, supported by the Atlas.ti software. The findings indicate that, in the beef AGS, the degree of asset specificity influences the choice of governance structures and transaction coordination. Groups of participants were identified with low, medium, and high specificity. Confirming the alignment hypothesis posited by TCE, it was observed that transactions progressively move from market to hierarchical structures as specificity increases. However, considering the guarantee mechanisms, in cases of low and medium specificity, informal agreements and long-term relationships (multiple enforcers) between agents predominate, due to the absence of formal contracts as addressed by MCE. In the cases studied in this AGS, measurement practices are predominantly visual and reliant on the experience of agents, particularly in contexts of low and medium specificity. This type of measurement, although it is easy, produces subjective information that cannot be safeguarded through contracts. Consequently, property rights often

remain in the public domain, vulnerable to capture by one of the transaction parties. Moreover, historical distrust within the AGS, stemming from longstanding conflicts between producer and processor segments, generate difficulties in information transmission. This results in costs associated with double measurement practices carried out by both producers and processors. Examples include monitoring the slaughter process and conducting multiple weightings from the loading of animals to their arrival at the slaughterhouse and post-slaughter stages. In the context of high specificity, measurement becomes increasingly complex as it entails the calculation of the ADG index, supplemented by advanced technologies such as carcass ultrasound and traceability systems encompassing the entire production process, beginning with breeding. In this scenario, involving highly specific assets and coordination through hierarchical structures, transaction efficiency was observed, attributed to the alignment proposed by TCE and the safeguarding of property rights through internal enforcement mechanisms. These mechanisms enhance the processes of measurement and information transmission within the organization, as articulated in MCE. On the other hand, in transactions with low and medium specificity, coordinated by market and hybrid structures, even though the alignment proposed by TCE exists, transaction efficiency is reduced due to the increase in transaction costs resulting from efforts to protect the transacted property. Finally, it is considered that the discussion between TCE and MCE was operationalized through the proposed framework, confirming the thesis of the study that efficiency analysis must simultaneously consider both governance and measurement pathways.

Keywords: asset specificity; transaction costs; measurement; information transmission; governance structures; guarantee mechanisms; beef.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa conceitual: Economia dos Custos de Transação.....	35
Figura 2 - Estruturas de governança em função da especificidade de ativos.	39
Figura 3 – Mapa Conceitual: Economia dos Custos de Mensuração.	42
Figura 4 - Escolha dos mecanismos de garantia.....	47
Figura 5 – Mapa Cognitivo dos Contratos.....	50
Figura 6 – A ECT e a ECM na coordenação da transação.	52
Figura 7 – Esquema contratual no contexto da ECT e da ECM.....	53
Figura 8 – Esquema contratual considerando a transmissão da informação.	54
Figura 9 - Framework teórico-analítico para a escolha da coordenação pela ótica da ECT e da ECM.....	55
Figura 10 – Estágio 2 de análise: sub proposição P1.1.	57
Figura 11 – Estágio 3 de análise: sub proposição P1.2.	58
Figura 12 – Estágio 3 de análise: sub proposição P1.3.	59
Figura 13 – Identificação das regiões participantes da pesquisa.	67
Figura 14 – Categorias de análise da pesquisa.	69
Figura 15 – Segmentos do subsistema convencional da pecuária bovina de corte	80
Figura 16 – Segmentos do subsistema diferenciado da pecuária bovina de corte.....	81
Figura 17 – Transação entre produtores e processadores entrevistados.....	87
Figura 18 – Rede Atlas.ti: coordenação em baixa especificidade de ativos.....	94
Figura 19 – Rede Atlas.ti: coordenação em média especificidade de ativos.....	103
Figura 20 – Rede Atlas.ti: coordenação em elevada especificidade de ativos.	109
Figura 21 – Codificação Atlas.ti: estruturas de governança X especificidade de ativos.....	112
Figura 22 – Codificação Atlas.ti: mecanismos de garantia por grupo de entrevistados e por nível de especificidade de ativos.	112
Figura 23 - Framework teórico-analítico operacionalizado com as informações da pesquisa.	114

Figura 24 – Curvas de análise: estruturas de governança e especificidade de ativos.....	116
Figura 25 – Estágio 2 de análise: validação da sub proposição P1.1.	120
Figura 26 – Estágios 2 e 3 de análise: validação da sub proposição P1.2.	122
Figura 27 – Aplicação do esquema contratual para casos de média especificidade no SAG.	124
Figura 28 - Estágios 2 e 3 de análise: validação da sub proposição P1.3.....	125
Figura 29 – Convergência entre os resultados, de acordo com as categorias de análise.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proposições: Coordenação envolvendo a ECT e a ECM.	61
Quadro 2 – Roteiro de entrevistas de acordo com os objetivos do estudo.	65
Quadro 3 – Categorias de análise: definições constitutivas e operacionais	70
Quadro 4 - Aspectos metodológicos para orientação de pesquisas qualitativas envolvendo a ECT.....	73
Quadro 5 – Regramento formal vigente no SAG de carne bovina.....	78
Quadro 6 – Produtores de carne participantes da pesquisa.	84
Quadro 7 - Processadores de carne bovina participantes da pesquisa.	85
Quadro 8 – Grupo de produtores: baixa especificidade de ativos.	89
Quadro 9 – Grupo de processadores: baixa especificidade de ativos.....	89
Quadro 10 - Principais falas: participantes - baixa especificidade de ativos.....	95
Quadro 10 - Principais falas: participantes - baixa especificidade de ativos (continuação)....	96
Quadro 11 – Grupo de produtores: média especificidade de ativos.	97
Quadro 12 – Grupo de processadores: média especificidade de ativos.....	98
Quadro 13 - Principais falas: participantes - média especificidade de ativos.	104
Quadro 13 - Principais falas: participantes - média especificidade de ativos (continuação).	105
Quadro 14 – Produtor/Processador – elevada especificidade de ativos.	106
Quadro 15 – Principais falas: participante – elevada especificidade de ativos.	110
Quadro 15 – Principais falas: participante – elevada especificidade de ativos (continuação).	111
Quadro 16 – Especificidade de ativos, mensuração e transmissão da informação na coordenação e proteção dos direitos de propriedade.	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Maiores produtores e maiores rebanhos de carne do mundo, em 2021.....	74
Tabela 2 – Maiores exportadores de carne bovina do mundo, em 2021.	75
Tabela 3 – Principais destinos da carne brasileira exportada, em 2021.	75
Tabela 4 – Tamanho do rebanho por estado brasileiro.....	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne

CM – Custos de Mensuração

CT – Custos de Transação

ECM – Economia dos Custos de Mensuração

ECT – Economia dos Custos de Transação

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GECOR – Grupo de Estudos em Estruturas Coordenadas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NEI – Nova Economia Institucional

OPRA – *Old Property Rights Approach*

PIB – Produto Interno Bruto

RBV – *Resource-Based View*

RLP – Relação de longo-prazo

RTIQ – Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade

SAG – Sistema Agroindustrial

UEM – Universidade Estadual de Maringá

VBP – Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	26
1.3. JUSTIFICATIVAS.....	27
1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO	31
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
2.1. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)	32
2.2. ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (ECT).....	34
2.3. ECONOMIA DOS CUSTOS DE MENSURAÇÃO (ECM).....	40
2.4. DISCUSSÃO TEÓRICA: A ECT E A ECM	50
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
3.1. NATUREZA, TIPO E RECORTE DE PESQUISA	62
3.2. DADOS E INSTRUMENTOS DE COLETA	63
3.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	67
3.4. DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E OPERACIONAIS	69
3.5. CONFIABILIDADE E VALIDADE DA PESQUISA	71
4. O SISTEMA AGROINDUSTRIAL (SAG) DE CARNE BOVINA.....	74
4.1. CONTEXTO GERAL.....	74
4.2. AMBIENTE INSTITUCIONAL	77
4.3. COORDENAÇÃO DO SAG.....	79
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	83
5.1.1. Produtores do SAG de carne bovina.....	83
5.1.2. Processadores do SAG de carne bovina.....	85
5.1.3. Produtores e processadores na mesma transação.....	87
5.2. COORDENAÇÃO DA TRANSAÇÃO ENTRE PRODUTORES E PROCESSADORES DO SAG.....	87
5.3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	113
6. CONCLUSÃO.....	131

7. REFERÊNCIAS.....	137
APÊNCICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRODUTOR.....	143
APÊNCICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROCESSADOR.....	145
ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	147
APÊNCICE C: TCLE	153

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

Quando se considera a coordenação em sistemas agroindustriais (SAGs), observa-se uma variedade de soluções para organizar as atividades econômicas, desde transações entre pequenos produtores independentes até grandes cooperativas e firmas integradas (Ménard, 2017), bem como médios e grandes produtores e suas relações com as agroindústrias e distribuidores. Entretanto, para Ménard (2017), essa variedade e os motivos que levam os agentes a escolherem por determinada estrutura de coordenação ainda podem ser melhor explorados. Nesse sentido, tanto estudos anteriores quanto mais recentes têm se dedicado a discutir e compreender os fatores que influenciam no tamanho da firma e na coordenação das transações, nos mais diversos sistemas agroindustriais (Caleman *et. al.*, 2006; Caleman; Zylbersztajn, 2011; Cunha; Saes; Mainville, 2015; Ménard, 2017; Mishra; Dey, 2018; Oliveira *et. al.*, 2019; Shanoyan; Bankuti; Colares-Santos, 2019; Caldas; Lima; Lara, 2019; Cholez; Magrini; Galliano, 2020; Souza; Souza, 2020; Cielo; Junior; Sanches-Canevesi, 2020; Santos *et. al.*, 2021; Pereira *et. al.*, 2022).

Assim como Zylbersztajn (2017) demonstra, estudos sobre a coordenação em sistemas agroindustriais, orientados pelas perspectivas de direitos de propriedade e de custos de transação (CT), ganharam força nos últimos anos (Zylbersztajn, 2017). Tais perspectivas derivam do olhar teórico da Nova Economia Institucional (NEI), iniciada pelos estudos de Coase (1937), no qual a firma deixa de ser considerada apenas como fator de produção e passa a ser vista como um mecanismo para a coordenação das transações entre os agentes (Farina; Azevedo; Saes, 1997). Nessa vertente, ao se tratar do mundo real, em que os custos de transação são positivos, Coase (1937) argumenta sobre o papel das instituições e mecanismos de natureza contratual como determinantes no processo de coordenação, em oposição ao mecanismo de preços (Zylbersztajn, 2017).

Portanto, para além do mecanismo de preços, os conceitos da Economia dos Custos de Transação (ECT), derivados de Coase e explorados por Williamson (1985), e da Economia dos Custos de Mensuração (ECM), com base em Barzel (1982; 2005), integram o arcabouço teórico da NEI. Esses estudos discutem, de forma complementar, atributos que influenciam na coordenação das transações entre agentes da mesma cadeia produtiva (Azevedo, 2000; Caleman *et. al.*, 2006). Conforme Williamson (1985) descreve e Zylbersztajn (2018) ratifica – a partir da

sua discussão iniciada em 2005, no congresso da *ISNIE*¹ – a ECT e a ECM são duas correntes teóricas que se originam nas discussões de eficiência, dada pela redução dos CT, mas que descrevem dois caminhos distintos para organizar a transação: de um lado a governança, em um olhar *ex post* pela ECT, e de outro a mensuração, em um olhar *ex ante* pela ECM (Williamson, 1985; Zylbersztajn, 2018).

Ainda que sejam dois caminhos distintos e apresentem ênfases diferentes, Williamson (1985) detalha o caminho da governança na ECT, mas ressalta que “os aspectos de mensuração também são tratados, como de fato devem ser, uma vez que a governança e a mensuração são interdependentes” (Williamson, 1985, p. 29, tradução própria), justificando o olhar integrativo entre os dois caminhos. Ademais, conforme Zylbersztajn (2018) afirma, a ECT e a ECM compartilham do mesmo objetivo, mas diferem em lógica interna, unidade de análise, proposições e variáveis mensuráveis, que justificam seu estudo. Dessa forma, o primeiro questionamento deste trabalho se apresenta: Como os caminhos da ECT e da ECM se interligam no caminho da eficiência? Seguindo o exemplo de Ménard (2017), esta tese não busca esgotar as respostas para essa pergunta, mas sim aprofundar a discussão entre as duas teorias, dado que a ECM ainda é pouco discutida quando se compara com o volume de trabalhos publicados pela ECT (Zylbersztajn, 2018).

Teoricamente, no caminho da eficiência, Williamson (1985) fundamenta seus conceitos com foco na coordenação das transações, a qual se dá pelo alinhamento entre as estruturas de governança – mercado, híbrido e hierarquia – e os atributos da transação, com maior destaque para a **especificidade de ativos** (Williamson, 1991). Pela ECT, a coordenação da transação se move, progressivamente, do mercado para a hierarquia quando surgem, além dos custos de produção, maiores dificuldades de adaptação, maiores riscos de incompletude contratual e quando a especificidade de ativos se eleva. Nesse contexto, considera-se que os agentes são expostos a maiores custos de transação e riscos de apropriação de quase-renda², dada a presença de comportamento oportunista e racionalidade limitada (Williamson, 1985; 2000).

Por sua vez, estabelecendo os pressupostos da ECM, Barzel (2005) explora as diferentes formas organizacionais, considerando os custos de produção e da governança (transação) discutidos por Williamson (1985), mas adiciona os custos da mensuração e as condições de

¹ *International Society for New Institutional Economics (ISNIE)*.

² Barzel (2005) considera que “a diferença entre o valor máximo que os agentes pagariam e o valor pago constitui a quase-renda” (Barzel, 2005, p. 268, tradução nossa).

transmissão da informação entre os agentes. Nas palavras do autor, considera-se, no modelo da ECM, que “não só a informação é custosa de se produzir, mas também surgem dificuldades na sua transmissão” (Barzel, 2005, p. 358). Assim como o autor ressalta, Demsetz (1988) é um dos estudiosos que inicia essa discussão, “concentrando-se principalmente no custo de produção de informação, mas ignora, em grande parte, a questão de como é mantida a propriedade da informação e a natureza das dificuldades que surgem na sua transmissão” (Barzel, 2005, p. 359, tradução própria).

Além disso, para North (1990) considerar “o custo da informação é fundamental para os custos de transação, que consiste nos custos de se mensurar os atributos valiosos do que está sendo negociado e nos custos de se proteger direitos, monitorar e fazer cumprir os acordos” (North, 1990, p. 27). Nessa concepção, de acordo com o autor, ainda que os agentes possuam os mesmos objetivos, haverá os custos de transação envolvidos na obtenção das informações necessárias sobre as dimensões do ativo transacionado e a localização de compradores (ou vendedores), dentre outros aspectos (North, 1990). Considera-se, portanto, nesta tese, que as condições de **mensuração** e de **transmissão de informação** são também importantes quando se discute a garantia dos direitos de propriedade sobre os ativos transacionados, em conjunto com os conceitos já estabelecidos pela ECT.

Na concepção da ECM, na medida em que os problemas de informação se estabelecem, os agentes escolhem por diferentes formas de acordo e tipos de organização, aqui denominados por mecanismos de garantia (*enforcement*), com foco na garantia de direitos de propriedade sobre os ativos transacionados (Barzel, 2005) e na maximização de valor (Zylbersztajn, 2005). Em complementaridade com a ECT, na ECM, a eficiência da transação é dada pela redução dos custos de transação tratados por Williamson (2000), considerando também os custos para mensurar e transmitir informação, a fim de se garantir os direitos econômicos dos agentes. Embora não trate diretamente da coordenação pelas estruturas de governança, Barzel (2005) foca na garantia dos direitos de propriedade, por meio dos mecanismos de *enforcement*, que se apresentam nas relações de troca, na cadeia produtiva.

Ao se tratar do caminho da mensuração, Williamson (1985) argumenta que esse caminho “[...] preocupa-se com o desempenho ou ambiguidades de atributos associados ao fornecimento de um bem ou serviço” (Williamson, 1985, p. 29). Entretanto, Barzel (2005) afirma que as discussões da ECM são mais operacionais quando se comparam com as da ECT, uma vez que somente “a especificidade de ativos não é condição suficiente e nem necessária para justificar a integração vertical” (Barzel, 2001, p. 15) ou as outras formas de governança.

Conforme Foss e Foss (2000) destacam, a noção de ativos, tratada pela ECT, mantém a sua importância porque o preço, na transação, é formado sobre os ativos, entretanto, a ECM contribui ao demonstrar que a proteção de valor é dada sobre os atributos que compõem os ativos (FOSS; FOSS, 2000). Sendo assim, se apresenta mais operacional, conforme afirma Barzel (2005), influenciando na eficiência da transação, ao se considerar tanto a redução dos CT quanto a proteção de valor sobre os ativos transacionados.

Observa-se, assim como Zylbersztajn (2018) demonstra, que, por vezes, as duas teorias oferecem soluções semelhantes para a escolha das estruturas de governança e mecanismos de *enforcement*, mas tais soluções se justificam por motivos e caminhos distintos. Enquanto o arcabouço teórico da ECT é construído com o olhar para a proteção contra o comportamento oportunista, a ECM é apresentada com foco na proteção e maximização de valor, que é formado a partir dos atributos que compõem o ativo. Justificando a necessidade de um olhar integrativo, como Williamson já afirmava, em 1996, Zylbersztajn (2018) sugere que a escolha das estruturas de governança e mecanismos de *enforcement* seja discutida considerando tanto o nível de especificidade de ativos, quanto as condições da mensuração.

Dessa forma, propõe-se, nesta tese, que o caminho de eficiência descrito pela ECT pode se configurar de diferentes formas quando se complementa com o olhar teórico da ECM, considerando os aspectos da coordenação e da garantia dos direitos de propriedade. Pelo lado da ECT, a discussão de eficiência se estabelece em função da redução dos CT para proteção contra comportamento oportunista, na medida em que a especificidade de ativos se eleva, diante da incerteza ambiental e necessidade de adaptação, em uma segunda transação (Williamson, 2000). Entretanto, Barzel (2005) argumenta que as oportunidades de captura de quase-renda sempre existirão, mesmo com baixos CT, dado que a mensuração é custosa e sujeita a erros, na mesma transação³. Nesse sentido, a redução dos CT e o alinhamento propostos por Williamson (2000) não são os únicos fatores a influenciar na eficiência da transação. Os problemas associados aos processos de produção de informação (mensuração) e de sua transmissão aos agentes, com efeito sobre a apropriação de valor, são outros dois fatores importantes a serem

³ “Every transaction requires the measurement of what each party agrees to yield to the other. I assume, as seems reasonable, that measurement is costly and that perfectly accurate measurement is prohibitively costly. Measurement errors are inevitable, then, and they result in economic rights that are not well delineated. Individuals are expected to spend resources to capture these (Barzel, 1982).” (Barzel, 2001, p. 11).

discutidos, quando se considera a garantia dos direitos de propriedade e a configuração dos mecanismos de *enforcement* (Barzel, 2005).

Para explorar os caminhos da governança e da mensuração, o problema teórico desta tese orienta a discussão de eficiência enquanto coordenação e garantia de direitos de propriedade, considerando os principais fatores descritos pela ECT e pela ECM: especificidade de ativos; mensuração (produção de informação); transmissão da informação entre os agentes na escolha das formas organizacionais – estruturas de governança e mecanismos de garantia. Observa-se, portanto, que a aplicação das duas teorias pode ajudar a compreender as diversas soluções que se encontram para organizar a transação em sistemas agroindustriais. Sendo que organizar a transação, nesse aspecto, implica em coordenar a troca e garantir valor econômico aos agentes envolvidos, reduzindo os custos envolvidos na transação.

No campo empírico, as duas teorias podem ser discutidas em diversos SAGs, dado que esses carregam fatores como assimetria de informação, presença de comportamento oportunista e riscos de captura de valor (Zylbersztajn, 2017). Nesse contexto, de acordo com o mesmo autor, o mecanismo de preços não é suficiente para promover coordenação eficiente, reforçando a necessidade de instituições e estruturas que disponibilizem incentivos aos dois lados envolvidos na transação. Especificamente, observa-se que os SAGs de carnes bovina, suína e de frango apresentam uma diversidade nos arranjos de coordenação e diferentes desempenhos entre os três setores (Martins; Trienekens; Omta, 2017; Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019).

Já em 1998, Siffert Filho e Faveret Filho observaram que o desempenho desses SAGs é influenciado por suas estruturas de governança, ainda que essas sejam distintas para carnes bovina, suína e de frango. Enquanto os SAGs de suínos e frangos se beneficiam pela coordenação por contratos de integração, justificando seu desempenho crescente nos últimos anos, o SAG de bovinos é coordenado, predominantemente, por relações de mercado, as quais resultam em conflitos históricos entre produtores e indústrias de processamento, o que gera estagnação no desempenho da cadeia produtiva (Caleman; Zylbersztajn, 2011; Martins; Trienekens; Omta, 2017; Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019). Além disso, de acordo com Souza e Souza (2020), no SAG de carne bovina, existem ainda problemas relacionados à captura de valor e à mensuração, os quais, em conjunto com a especificidade dos ativos, podem expor os agentes a maiores riscos de apropriação de valor, dificuldades na garantia dos direitos transacionados e maiores CT.

Sendo assim, o objeto de pesquisa deste trabalho é o SAG de carne bovina, dado que apresenta, historicamente, descoordenação e diversidade, o que leva à baixa estabilidade na relação entre os agentes (Siffert Filho; Faveret Filho, 1998). Observa-se que, nesse SAG, as relações contratuais são menos formais do que em outros SAGs brasileiros, refletindo em conflitos frequentes entre produtores pecuaristas e as indústrias de processamento (Caleman; Zylbersztajn, 2011). Entretanto, o maior incentivo à produção de carnes de qualidade, nos últimos anos, resultou em mudanças nas relações verticais desse SAG, sendo, atualmente, dividido em subsistemas que se diferenciam de acordo com os níveis de qualidade produzidos e exigidos (Shanoyan; Bankuti; Colares-Santos, 2019; Guimarães *et. al.*, 2020). Ademais, ao se considerar sua importância econômica, o SAG de bovinos apresenta um dos maiores Valores Brutos de Produção (VBP) da pecuária nacional, tendo somado, aproximadamente, R\$ 151 bilhões, em 2022 (MAPA, 2022).

Assim como Guimarães *et. al.* (2020) descrevem, o sistema agroindustrial de carne bovina é dividido em 2 subsistemas principais: convencional e diferenciado, sendo esse último com maior exigência de qualidade do que o primeiro. Essa divisão, por sua vez, tem impacto direto na coordenação do SAG, que é caracterizada, no geral, por baixa integração e múltiplas estruturas, predominando a coordenação via mercado. Conforme Oliveira *et. al.* (2019) afirmam, esse SAG se beneficiaria de uma maior padronização nas estruturas, visando a garantia dos direitos econômicos transacionados (Oliveira *et. al.*, 2019). Ainda assim, mesmo que prevaleça a coordenação via mercado e estruturas menos formalizadas, principalmente no subsistema convencional, já se observa uma tendência de maior integração no subsistema diferenciado, sendo as transações coordenadas via relação contratual ou integração vertical, em produções de carne bovina altamente diferenciada (Santos *et. al.*, 2021).

Ademais, a especificidade de ativos e a mensuração são outros dois fatores que se apresentam de formas distintas em cada um desses subsistemas. Por um lado, no subsistema convencional, a especificidade de ativos é menor e a mensuração é menos custosa, uma vez que a informação se relaciona, principalmente, aos requisitos mínimos exigidos pelas regulamentações sanitárias (Guimarães *et. al.*, 2020). Já no subsistema diferenciado, a especificidade de ativos se eleva, em consonância com o aumento na exigência da qualidade. Nesse subsistema, a mensuração é facilitada pelos padrões de certificações externas, mas o processo de medição é mais custoso e envolve tecnologias mais complexas do que o subsistema convencional (Guimarães *et. al.*, 2020; Santos *et. al.*, 2021).

Além disso, assim como Oliveira *et. al.* (2019) ressaltam, a carne bovina é um ativo multidimensional e, sendo assim, a mensuração e a transmissão de informação comumente são difíceis na relação entre os agentes desse SAG. Da mesma forma, os problemas relacionados à informação são presentes e, no geral, é maior para o lado dos produtores pecuaristas, especialmente no caso de pequenos produtores (Guimarães *et. al.*, 2020). Assim como Santos *et. al.* (2021) ressaltam, ambos sistemas (diferenciado e convencional) apresentam falhas de coordenação, as quais, por sua vez, podem dificultar a garantia dos direitos de propriedade e elevarem os custos de transação advindos da negociação e renegociação entre os agentes.

Como se observa, diversos autores já se dedicaram a discutir a coordenação a partir da ECT e da ECM, tanto no sistema agroindustrial de carne bovina, quanto em outros sistemas como os de cafés especiais, leite, produtos agrícolas convencionais e orgânicos, além do setor automotivo e da piscicultura. Dentre eles, se destacam os estudos de Caleman; Sproesser; Zylbersztajn, 2008; Caleman; Zylbersztajn, 2011; Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019; Oliveira *et. al.*, 2019; Shanoyan; Bankuti; Colares-Santos, 2019; Souza; Souza, 2020; Santos *et. al.*, 2021; Pereira *et. al.*, 2022, e outros.

É possível considerar que existe um consenso entre todos esses trabalhos a respeito dos problemas associados à informação e custos de transação entre os agentes, bem como sobre a importância da mensuração para a proteção dos direitos de propriedade transacionados. Assim como Oliveira *et. al.* (2019) afirmam, os aspectos relacionados à informação podem ajudar os agentes a decidirem por estruturas de governança mais eficientes, evitando o desinvestimento em qualidade dos ativos, por exemplo. Ademais, o estudo de Sudré, Souza e Bouroullec (2021) se diferencia dos outros trabalhos ao demonstrar que a informação nem sempre é compartilhada nas transações do SAG lácteo, entretanto, quando isso acontece, é capaz de promover melhor distribuição de valor entre os agentes.

De modo geral, observa-se que muitos autores têm utilizado as duas teorias, em conjunto, nos últimos 10 anos. Entretanto, cada um desses trabalhos segue por um caminho analítico individual, de modo que não se pôde identificar um quadro analítico único para tratar dos caminhos da governança e da mensuração, na escolha das estruturas de governança e mecanismos de garantia. Além disso, com exceção do trabalho de Sudré, Souza e Bouroullec (2021), o olhar para a transmissão da informação entre os agentes ainda não foi explorado nesses trabalhos identificados, sendo essa a lacuna teórica a ser tratada nesta tese.

Dito de outro modo, o *gap* teórico identificado para o desenvolvimento da presente tese se dá ao se observar que já existe um consenso na literatura acerca dos custos advindos da produção de informação pela mensuração. No entanto, os problemas associados às condições de transmissão dessa informação aos dois agentes envolvidos na mesma transação ainda podem ser melhor explorados, a fim de que se contribua para a melhor compreensão acerca da complementaridade entre as duas teorias. Sendo assim, seguindo a proposta de Barzel (2005), a coordenação e a garantia dos direitos de propriedade são discutidas considerando as condições de **transmissão da informação** entre os agentes, em conjunto com a mensuração e a especificidade de ativos. Para tanto, o presente trabalho é orientado pelo seguinte problema de pesquisa: como a especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina?

Por fim, buscando contribuir para o avanço da discussão entre a ECT e a ECM, a partir do melhor entendimento sobre os fatores que influenciam na organização das transações em sistemas agroindustriais, a **tese** deste trabalho busca argumentar que as discussões de eficiência devem considerar o grau de **especificidade de ativos** e as condições da **mensuração** e da **transmissão** da informação, visando ao alinhamento na **coordenação** e à garantia de **direitos de propriedade** entre os agentes na transação.

1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Considerando o problema de pesquisa apresentado, o objetivo geral do trabalho é compreender como a especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina. Tal objetivo se decompõe nos seguintes objetivos específicos:

- a. Propor um *framework* teórico-analítico para a escolha da coordenação e para a proteção dos direitos de propriedade, envolvendo os conceitos da ECT e da ECM.
- b. Caracterizar a especificidade de ativos e como acontecem os processos de mensuração e de transmissão da informação, nas transações entre produtores e processadores do SAG de carne bovina, nos termos do *framework* proposto.
- c. Analisar como o grau de especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação contribuem para a coordenação e para a proteção dos direitos de

propriedade, nas transações envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina.

1.3. JUSTIFICATIVAS

Este trabalho se justifica tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista empírico. Na vertente teórica, objetiva-se operacionalizar a discussão entre os caminhos da governança e da mensuração, inicialmente indicada por Williamson (1985), considerando que o olhar integrativo entre os conceitos da ECT e da ECM pode influenciar em maior proteção dos direitos econômicos de propriedade e redução dos custos de transação. Ademais, assim como Carter e Hodgson (2006) ratificam, a partir de Williamson (1999), as abordagens sobre os custos de transação podem se beneficiar da produção de mais e melhores trabalhos empíricos que se proponham a discutir seus pressupostos para o avanço das teorias.

Para Hodgson (2010), é amplamente reconhecido que os custos de transação existem e influenciam no funcionamento dos sistemas econômicos, assim como Coase (1937) e Williamson (1985) já indicavam nos primeiros desenvolvimentos da NEI e da ECT. Entretanto, a continuidade de estudos que os discutam se justifica, também, ao se considerar que ainda existem diversas questões de natureza conceitual, teórica e empírica não respondidas pela literatura (Hodgson, 2010). Sendo assim, o desenvolvimento da presente tese se justifica, na vertente teórica, observando três fatores principais.

Em primeiro lugar, justifica-se este estudo uma vez que se propõe a operacionalizar a discussão entre os caminhos da governança e da mensuração, já indicada por Williamson em 1985, mas não explorada posteriormente pelo autor. Ademais, ressalta-se que, ainda que já existam outros trabalhos voltados à essa discussão, não se observa uma uniformidade nos métodos teórico-analíticos adotados pelos mesmos, de modo que cada um segue sua estrutura particular. Para tanto, essa pesquisa se justifica também, em segundo lugar, porque operacionaliza essa discussão, apresentando um *framework* teórico-analítico, que busca demonstrar, através de proposições teóricas, como os caminhos da mensuração e da governança podem convergir na busca pela eficiência da transação, considerando as limitações e os conceitos-chave de cada teoria.

Em terceiro lugar, este trabalho se justifica, ainda, ao se observar a importância da disponibilidade de informação em transações do mundo real, no qual “a mensuração é custosa e sujeita a erros e, então, os agentes não têm certeza sobre como se sairão em suas trocas, dado que seus direitos econômicos não são bem definidos” (Barzel, 2005, p. 368, tradução nossa).

Nesse sentido, para Barzel (2001), considerar apenas a especificidade de ativos como um fator determinante para a incapacidade de proteção dos contratos pode ser uma visão limitada a respeito das instituições e do funcionamento do sistema legal. Isso porque, na ECM, a discussão principal se direciona à definição e à proteção dos direitos de propriedade transacionados e não somente à redução dos CT. Além disso, Hodgson (2004) e Sent e Kroese (2022) afirmam que existem outros fatores associados à existência das estruturas de governança, além de especificidade de ativos e oportunismo, já tratados pela ECT. Tais fatores podem se relacionar à falta de interpretação, à falta de entendimento ou a discordâncias nos acordos da transação, os quais se aproximam das discussões advindas da ECM.

Dessa forma, considerar somente a existência de ativos específicos não é uma condição necessária e nem suficiente para a escolha da integração vertical, como ratifica Barzel (2001). Para o autor, a eficiência pelo caminho da mensuração pode apresentar diferentes soluções para o problema da captura de quase-renda, para além da integração vertical. Nesse olhar, “vê-se que a facilidade de mensuração e, portanto, a facilidade de delineamento, determinam, em parte, se as transações serão no mercado, impostas pelo Estado, ou dentro da organização, impostas por outros meios” (Barzel, 2001, p. 3, tradução própria). Sendo assim, a eficiência pelo lado da ECM vai além da redução dos CT, considerando também os aspectos da mensuração e da transmissão de informação, como formas de garantir e proteger os direitos econômicos de propriedade, justificando a necessidade de se operacionalizar esse olhar integrativo entre ambas as teorias (Barzel, 2001; 2005).

Por sua vez, no campo empírico, Caleman, Sproesser e Zylbersztajn (2008) afirmam que a ECM é uma abordagem teórica que se aplica ao estudo dos sistemas agroindustriais, especialmente em convergência com a ECT, uma vez que proporciona um olhar mais operacional para a análise da coordenação (Barzel, 2005; Foss; Foss, 2000). Sendo assim, este estudo também se justifica na vertente empírica, dado que as transações no SAG de carne bovina são caracterizadas por: a. diversidade nos arranjos de coordenação; b. variabilidade nos ativos transacionados; c. assimetria de informação (Oliveira *et. al.* 2019; Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019).

De forma particular, observa-se que o SAG de bovinos contribui significativamente para a balança comercial nacional, sendo o Brasil o 2º maior produtor e o maior exportador de carne bovina (MAPA, 2022). De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC, 2023), 25% da produção de carne bovina brasileira é exportada e a maior parte é destinada ao mercado interno. Além disso, identifica-se, nos últimos anos, um aumento

significativo na produtividade média por animal, sendo reflexo de maiores investimentos em criação de animais com maior qualidade, a partir de melhorias em genética e diferenciação (ABIEC, 2024).

Nesse sentido, para Caleman, Sproesser e Zylbersztajn (2008), a variável mensurabilidade é um fator importante a ser incluído nas discussões acerca desses sistemas agroindustriais, especialmente ao se considerar que o grau de qualidade exigido influencia na especificidade dos ativos, nos custos de mensuração e na eficiência da coordenação (Caleman; Sproesser; Zylberstajn, 2008). Dessa forma, este estudo se justifica, porque busca operacionalizar a discussão entre a governança e a mensuração, tendo como objeto de estudo, no campo empírico, o SAG de carne bovina. Sendo assim, para contribuir com os estudos já realizados nesse sistema agroindustrial, a presente pesquisa avança nas discussões acerca da transmissão de informação, tanto para os produtores, quanto para os processadores, envolvidos nas transações de compra e venda.

Por sua vez, estudos envolvendo as condições da mensuração ainda se justificam ao se considerar que esses são fatores que podem ajudar os agentes a decidirem pela estrutura mais eficiente, evitando o desinvestimento em qualidade, no longo prazo (Oliveira *et. al.*, 2019). Além disso, observa-se que o SAG de carne bovina apresenta problemas relacionados à mensuração e transmissão de informação, ainda que utilizem de diferentes estruturas de governança para coordenar as transações entre produtores e processadores. Dessa forma, este estudo se justifica ainda, empiricamente, ao se considerar que essa diversidade em coordenação pode contribuir para que as proposições teóricas desta tese sejam discutidas, considerando diferentes arranjos institucionais.

Ressalta-se que esse sistema agroindustrial já foi objeto de pesquisa em outros trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos em Estruturas Coordenadas (GECOR), pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA), da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante o período de 2017 a 2025 foram identificadas 3 pesquisas, sendo 1 dissertação de mestrado e 2 teses de doutorado, no SAG de carne bovina. No geral, esses estudos discutiram a coordenação, nesse SAG, à luz da ECT e da ECM, sendo que cada um deles abordou temas específicos de cada teoria, a partir de seus objetivos individuais (Santos, 2017; Guimarães, 2017; Pereira, 2019; Colares-Santos, 2020). Conforme já explicitado, em consonância com essas pesquisas, esta tese busca avançar na discussão envolvendo a ECT e a ECM, considerando, como um diferencial, as condições da transmissão de informação nas transações

entre produtores e processadores de carne bovina, dado que essas ainda não foram exploradas por esses estudos anteriores.

Por fim, são apresentadas, nesta tese, contribuições teóricas e empíricas. Ao se tratar da ECT e da ECM, este trabalho operacionaliza a discussão já iniciada em Williamson (1985), com a proposição de um *framework* teórico-analítico. A proposta, por sua vez, permite sua aplicação em outros estudos ou sistemas produtivos, sob a orientação teórica da NEI. Além disso, esse *framework* também pode ser utilizado, no campo empírico, como uma ferramenta gerencial para a escolha das estruturas de governança e mecanismos de garantia, nas transações de diferentes sistemas produtivos.

Ratificando os pressupostos teóricos da ECT e da ECM, na presente tese, são explorados os caminhos da governança e da mensuração, demonstrando que a especificidade de ativos é um dos principais fatores a serem considerados na análise de eficiência da coordenação. No entanto, assim como Barzel (2005), já afirmava, argumenta-se que esse não é o único fator a ser discutido nessa análise. Portanto, nesta tese, como contribuição teórica, afirma-se que o olhar para a transmissão da informação também precisa ser explorado como mais um fator importante, em conjunto com a especificidade de ativos e a mensuração. Os resultados do campo empírico ratificam essa posição, uma vez que, mesmo se confirmando a hipótese de alinhamento entre a especificidade de ativos e as estruturas de governança, tratada por Williamson (1991), ainda são identificados problemas associados ao desempenho econômico dos agentes.

Para o caso em estudo, esses problemas derivam, especialmente, de desconfianças acerca da informação mensurada e transmitida, advindas de conflitos históricos entre os segmentos produtor e processador de carne bovina. Ainda, as informações obtidas são importantes porque se relacionam às características de qualidade do ativo transacionado e influenciam no preço acordado entre os produtores e processadores. Nesse sentido, mesmo existindo o alinhamento proposto pela ECT ao se considerar o modelo teórico, as dificuldades associadas aos processos de mensuração e transmissão da informação, tratados pela ECM, ainda geram custos de transação associados à proteção dos direitos de propriedade, prejudicando a eficiência das transações analisadas.

Para tanto, além da contribuição para o campo teórico, apresentam-se, nesta tese, contribuições empíricas, ao discutir a necessidade de melhorias na mensuração e na transmissão da informação, nas transações entre os segmentos produtor e processador. Essas melhorias se

relacionam à produção e transmissão de informações objetivas e verificáveis, permitindo a proteção dos direitos transacionados. Isso exige mecanismos de garantia mais complexos, como o contrato formalizado ou a integração vertical, por exemplo. Além disso, para esse SAG, argumenta-se que essas melhorias podem reduzir as dificuldades relacionadas à falta de confiança, conflitos históricos e descoordenação, já descritos. Outras contribuições teóricas e empíricas são exploradas e discutidas na seção de apresentação de resultados e na conclusão.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta tese está dividida em seis seções, incluindo a presente introdução. Na primeira seção, apresentam-se a base teórica do trabalho, o contexto empírico, a problematização e a tese, além dos objetivos geral e específicos, seguidos de suas justificativas e contribuições. Na segunda seção, discute-se a fundamentação teórica do trabalho, considerando os conceitos da Economia dos Custos de Transação (ECT) e da Economia dos Custos de Mensuração (ECM). Nessa seção, discute-se as teorias, indicando o *framework* teórico-analítico, suas derivadas proposições e a tese deste trabalho. Esses, por sua vez, foram base para a coleta de dados primários e a para a interpretação e análise dos resultados.

Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando aspectos como a natureza e o tipo da pesquisa, técnicas para coleta e análise de dados, bem como as categorias de análise e as definições constitutivas e operacionais. Na quarta seção, é caracterizado o SAG de carne bovina no Brasil, a partir de outros estudos já publicados, destacando como se estabelecem a coordenação, o regramento do ambiente institucional e os principais indicadores econômicos desse sistema.

Na quinta seção, por sua vez, são caracterizados os participantes da pesquisa e os dados primários, seguidos da discussão dos resultados, a partir da orientação proposta pelo *framework* teórico-analítico. Nessa seção, as proposições e a tese do estudo são discutidas, gerando induções a partir dos dados do campo empírico e dos racionais das teorias. Por fim, na sexta seção, apresentam-se as conclusões do trabalho, seguidas das referências utilizadas como base para o desenvolvimento desta tese. Ao final, nos apêndices A e B, são disponibilizados os roteiros de entrevista aplicados com os produtores e com os processadores de carne participantes do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

Os conceitos da Nova Economia Institucional (NEI), originada pelos trabalhos de Coase (1937; 1960), abriram espaço para teorias que se dedicam a discutir os direitos de propriedade e a propriedade sobre os ativos por óticas diversas, além do papel das instituições no funcionamento do sistema econômico. Dentre essas teorias, se destacam a Economia dos Custos de Transação (ECT) e a Economia dos Custos de Mensuração (ECM), que fazem parte dos estudos relacionados à *Old Property Rights Approach (OPRA)*, conforme Foss e Foss (2000) destacam. Nessa abordagem (*OPRA*), o conceito de propriedade é entendido enquanto “relações sociais pertencentes ao uso de recursos escassos e garantidos pelas leis formais, a moral e os costumes de um sistema social, além do *enforcement* privado (Foss; Foss, 2000, p. 6, tradução nossa). De maneira geral, conforme o autor, pela ótica das teorias derivadas da *OPRA*, os direitos de propriedade se referem aos direitos de uso, direitos sobre a renda dos ativos, além dos direitos para excluir ou alienar o ativo.

Em particular, a NEI se desenvolve ao demonstrar que o papel das instituições é fundamental para o funcionamento do sistema econômico, as quais são passíveis de análise, afetam e são afetadas pelas firmas (Coase, 1937; Joskow, 2004). Definidas enquanto “as regras do jogo de uma sociedade” (North, 1990, p. 3, tradução nossa), as instituições influenciam nas transações enquanto restrições legais, econômicas e políticas. Ademais, de acordo com Williamson (2000), esse olhar para as instituições é dividido em quatro níveis de análise: 1. Restrições informais (costumes, normas e tradições da sociedade); 2. Ambiente institucional (regras formais do jogo, políticas, judiciárias e burocráticas – leis e instruções normativas) – tratadas por North (1990); 3. Governança (“jogar o jogo”, estruturas adotadas para coordenar as transações); 4. Alocação de recursos (preço e incentivos).

Para o autor, todo esse sistema é interconectado, de modo que os níveis superiores influenciam em níveis inferiores, e vice-versa. Dessa forma, três pressupostos são pertinentes a este estudo: a. As restrições informais influenciam e sofrem influência das restrições formais; b. as restrições de níveis 1 e 2 influenciam na governança e na coordenação das transações, em nível 3; c. as teorias derivadas da NEI se dedicam as discussões de níveis 2 e 3, principalmente (Williamson, 2000). Conforme Williamson (2000) ressalta, uma limitação das restrições de nível 2 (formais) é sua baixa velocidade de resposta às demandas ambientais, não sendo capazes de resolverem todos os problemas para a indução de crescimentos das organizações. Ainda assim, para North (1990), as instituições formais e as consequentes mudanças institucionais são

responsáveis por influenciar no processo de evolução das sociedades e das organizações no longo prazo, justificando, assim, sua importância na coordenação das transações.

Por sua vez, para Zylbersztajn (2005), o ponto de partida da NEI se dá ao se considerar que existem custos associados ao mecanismo de preços (mercado), os quais podem ser ainda maiores do que os custos para o funcionamento interno da firma (custos de produção). A partir do trabalho seminal de Coase (1937), intitulado por “*The nature of the firm*”, a firma deixa de ser tratada somente como função de produção – conforme se discute na Economia Clássica e Neoclássica – e passa a ser considerada como um mecanismo para a coordenação dos agentes econômicos (Farina; Azevedo; Saes, 1997). Sendo assim, para Coase (1937), a existência da firma se justifica ao se considerar os custos inerentes ao mecanismo de preços, os quais levam os agentes a decidirem entre produzir internamente um bem ou adquiri-lo no mercado – *make or buy decision*. Conforme Monteiro e Zylbersztajn (2011) destacam, para Coase (1937), os custos de transação podem ser divididos em duas espécies: custos de coleta de informação e custos de negociação e estabelecimento de contratos.

Dessa forma, o trabalho de Coase (1937) contribui para a Economia ao distinguir as transações do mundo ideal, não custosas, das transações do mundo real, cujos custos são positivos e influenciam nas decisões de coordenação (Barzel; Kochin, 1992). Além disso, em “*The Problem of Social Cost*”, Coase (1960) discute a relação entre os recursos da firma e a escolha da forma mais eficiente para se coordenar a transação – via mercado ou internamente. Sua principal contribuição é ratificada por Barzel e Kochin (1992), a partir do Teorema de Coase, por meio do qual entende-se que, no mundo real, com custos de transação positivos, os direitos de propriedade são proibitivamente custosos para se definir complementemente. Ou seja, considera-se que, dados os custos de transação positivos, os direitos de propriedade não são bem delineados e a transação passa a ser ainda mais custosa, justificando as discussões sobre a decisão de se produzir internamente ou adquirir um produto no mercado (Coase, 1960; Barzel; Kochin, 1992).

Isso posto, a partir das contribuições de Coase (1937; 1960), Williamson (1985; 1991; 2000) e Barzel (1982; 2005) desenvolvem seus construtos teóricos com olhares que se complementam no caminho para a eficiência da transação, em contraposição ao olhar da função de produção e custos inerentes à firma tradicional. Conforme Barzel (2003) explicita, as teorias derivadas da NEI se desenvolvem a partir do seguinte questionamento: “como os gestores decidem entre produzir ou comprar um bem?”. A ECT e a ECM são duas teorias que oferecem predições complementares a respeito desse questionamento, com o olhar para a eficiência da

transação (Williamson, 1985; Barzel, 1982). Tais previsões, por vezes, oferecem soluções semelhantes para a análise das estruturas de governança e mecanismos de garantia, mas cada uma delas segue seus próprios conceitos e caminhos – de um lado a governança, pela ECT, e de outro lado a mensuração, pela ECM (Williamson, 1985; Zylbersztajn, 2018).

Ainda de acordo com Barzel e Kochin (1992), o olhar econômico sobre a firma a partir dos direitos de propriedade é importante para compreender como acontecem as ações de dissipação de valor e como os agentes podem se proteger das mesmas. Sendo assim, enquanto Williamson, na ECT, foca na proteção dos ativos transacionados por meio da escolha da estrutura de governança mais eficiente, Barzel, na ECM, foca na proteção de valor sobre os diversos atributos que compõem os ativos transacionados, justificando a importância da mensuração e da transmissão da informação entre os agentes (Williamson, 1991; Barzel, 2005; Foss; Foss, 2000). Assim, o objetivo desta seção é apresentar os pressupostos de cada teoria e, em seguida, discutir a complementaridade entre elas, a partir de proposições teóricas derivadas da tese deste estudo.

2.2. ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (ECT)

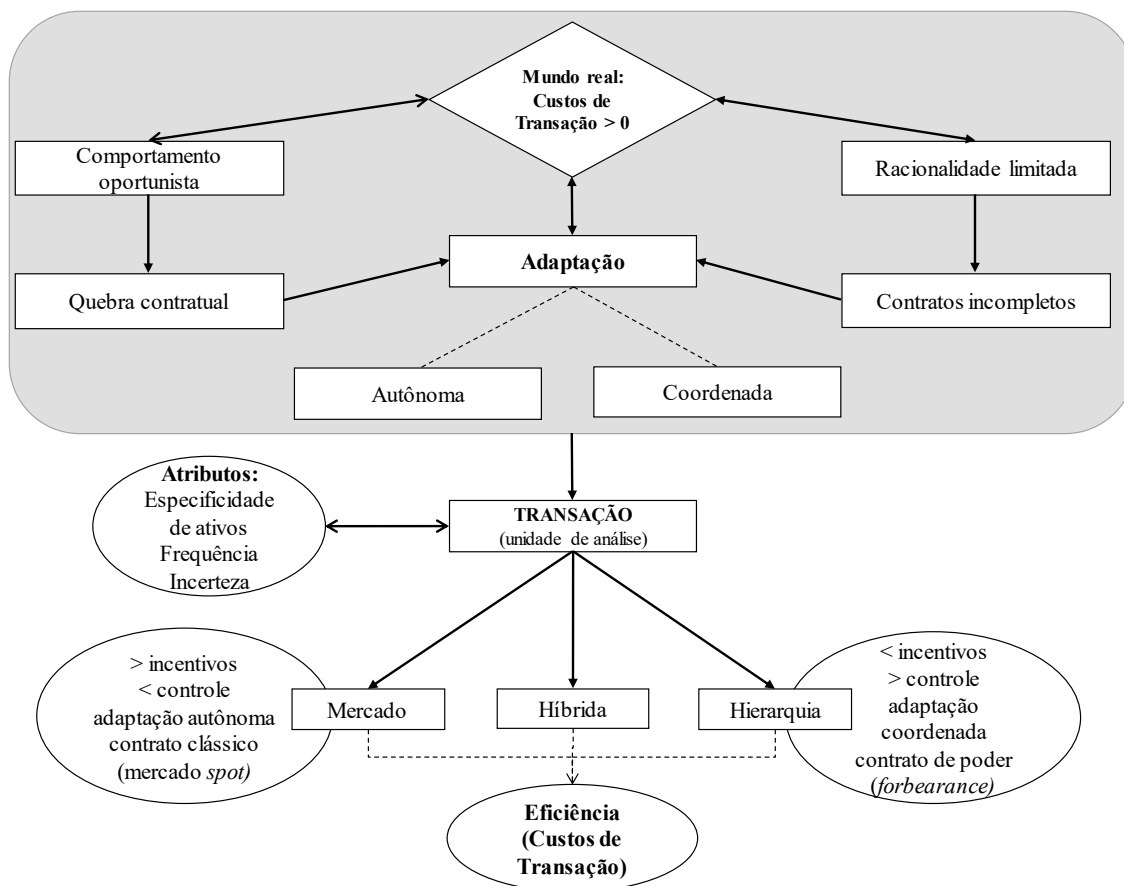
Os estudos derivados da Economia dos Custos de Transação têm origem com os trabalhos seminais de Williamson (1985, 1991, 2000, 2002). A partir deles, observa-se que essa teoria tem apresentado relevância e gerado grande volume de estudos nos últimos anos, em diversos países. Ao buscar pelos termos “*transaction cost*”, “*transaction cost economics*”, “*governance structure*” e “*asset specificity*” nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo* foram encontrados 4.527 artigos publicados sobre esse tema na primeira base, 13.372 artigos publicados na segunda base e 106 na terceira base, considerando o período de publicação entre 2014 e 2025. Além disso, a maior parte de trabalhos publicados são derivados de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, Reino Unido, China, Alemanha, Brasil, Colômbia, México e Argentina, abrangendo as áreas de Economia, Administração, Gestão e Finanças.

Em particular, considerando os estudos publicados a partir de trabalhos brasileiros, filtrados por essas áreas, foram identificados 141 trabalhos na *Web of Science*, 380 na *Scopus* e 66 na *Scielo*, entre 2014 e 2025, considerando as principais palavras-chave relativas à ECT. Além disso, nessas bases, os autores brasileiros com um maior volume trabalhos publicados foram: Hildo Meireles de Souza Filho; Maria Sylvia Macchione Saes; Décio Zylbersztajn; Gustavo Magalhães de Oliveira; Mario Otavio Batalha; José Paulo de Souza; Bruno Varella Miranda; Paula Sarita Bigio; Sandro Cabral.

Identificou-se que, do total de trabalhos encontrados, a maioria foi publicada no idioma inglês, nas áreas de Economia, Finanças e Agricultura, principalmente. No Brasil, as instituições de ensino com o maior volume de trabalhos relacionados foram: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de Brasília (UNB), dentre outras universidades brasileiras com menor volume de registros. Sendo assim, considera-se que os trabalhos seminais de Williamson, têm sido amplamente discutidos em diversos contextos, reforçando a importância e as contribuições da teoria para a compreensão dos fenômenos do campo empírico.

Na vertente teórica da Economia dos Custos de Transação (ECT), Williamson (1985; 1991) discute a coordenação da transação tomando como base o trabalho seminal de Coase (1937). Para o autor, os conceitos da ECT aparecem como um esforço de se operacionalizar as boas ideias inicialmente descritas por Coase (1937), nos trabalhos iniciais da NEI (Williamson, 2002). Nesta seção, os conceitos da ECT são apresentados de acordo com a sequência expressa pelo mapa conceitual da Figura 1.

Figura 1 - Mapa conceitual: Economia dos Custos de Transação.



Fonte: autora com base em Williamson (1985; 1991; 2002).

De forma geral, conforme se observa pela Figura 1, a origem da ECT se dá ao se considerar, que no mundo real, os custos de transação são positivos e relacionados a três fatores principais definidos por Williamson (1985): 1. comportamento oportunista, que influencia em quebra contratual; 2. racionalidade limitada, a qual resulta em contratos naturalmente incompletos; 3. necessidade de adaptação como o problema central da economia. No caminho da governança, esse contexto exerce influência sobre a transação, a qual é decomposta em três atributos e é definida por Williamson (2002) como a unidade de análise da teoria.

O racional da ECT estabelece que o aumento no grau de especificidade de ativos, aumenta também a necessidade de coordenação por estruturas mais complexas, com maior nível de controle e capacidade de adaptação coordenada, caminhando do mercado para a hierarquia (Williamson, 1991). Portanto, a coordenação, na ECT, é discutida a partir da proposta de alinhamento entre os atributos da transação – com foco na especificidade de ativos – e as estruturas de governança, objetivando a eficiência da transação, dada pela redução dos custos de transação advindos da proteção contra comportamento oportunista, da capacidade de adaptação das estruturas e das falhas contratuais (Williamson, 1985; 1991; 2002).

Por definição, na ECT, os CT são os custos advindos do funcionamento do sistema econômico, equivalentes às fricções de negociação e renegociação entre os agentes e divididos em custos *ex ante* para estabelecer a relação contratual, planejar, negociar e firmar as salvaguardas contratuais e custos *ex post*, resultantes da má adaptação e correção dos desalinhamentos entre os agentes (Williamson, 1985). Ao desenvolver sua teoria, Williamson (1985; 2002) reconhece a importância dos custos *ex ante*, mas explora o caminho da governança com foco nos custos *ex post*, considerando o problema da organização econômica como um problema de contratação, no qual as firmas passam a ser descritas em relação a outras formas de governança, com diferentes estruturas internas, que se originam por determinada razão (Williamson, 2002).

Ou seja, a partir da NEI, a ECT avança ao propor que, além de custos de produção, tradicionalmente tratados na Economia Clássica e Neoclássica, os custos de transação também influenciam na estrutura interna das firmas, aqui denominadas por estruturas de governança (Williamson, 1985, 1991). Ademais, no mundo real, em que os contratos são naturalmente incompletos, advindos da racionalidade limitada dos agentes e possibilitando espaços para comportamento oportunista, Williamson (1991) assume que a capacidade de adaptação é o problema central da economia, uma vez que essa deve acontecer de forma a atenuar os riscos e os CT inerentes à transação, para garantir a sua eficiência.

Por definição, a estrutura de governança é entendida como “o quadro institucional, no qual a integridade da transação é estabelecida” (Williamson, 1979, p. 235, tradução nossa). Considerar a firma enquanto estrutura de governança implica em assumir que essa possui uma estrutura interna com propósitos e efeitos econômicos, para além dos custos de produção (Williamson, 2000). Além disso, implica ainda em considerar que cada estrutura possui forças e fraquezas e se diferenciam, de maneira comparativa, entre mercado, estrutura híbrida e hierarquia, com foco na redução de custos de transação (Williamson, 1991). Sendo assim, considera-se a governança como um “esforço de manter a ordem, mitigar conflitos e realizar ganhos mútuos” (Williamson, 2002, p. 180, tradução nossa), justificando a transação como a unidade de análise da ECT, uma vez que essa é capaz de reunir os principais conceitos de conflito, mutualidade e ordem (Williamson, 2002).

Nessa ótica, quando se considera a coordenação das transações por meio de estruturas de governança, Williamson (1985) afirma que existem duas abordagens importantes a serem discutidas pela ECT: 1. aspectos comportamentais do homem contratual; 2. atributos das transações, os quais exercem importante função econômica. Por sua vez, ao se tratar dos aspectos comportamentais, Williamson (1985) argumenta que o homem contratual pode ser compreendido a partir de dois pressupostos: racionalidade limitada e comportamento oportunista. No primeiro pressuposto, considera-se a presença de limites na competência cognitiva dos indivíduos, de modo que esses, mesmo que busquem por informações e usem da razão na celebração de contratos, o fazem ainda de forma limitada (Williamson, 1985). Já o oportunismo, é definido por Williamson (1985), como a ação auto interessada, por meio da qual o indivíduo pode mentir e trapacear, prejudicando a outra parte envolvida na transação e contribuindo para maiores custos de transação.

Por sua vez, os atributos da transação também são fatores que influenciam na escolha da estrutura de governança e se dividem em incerteza, frequência e especificidade de ativos. Definida como o grau em que um ativo pode ser realocado para uma segunda transação sem que ocorra a diminuição de seu valor, a especificidade de ativos é o principal fator a ser considerado na escolha da coordenação (Williamson, 1991). De acordo com Williamson (1991), isso se justifica ao considerar que na presença de maior especificidade de ativos, maiores serão os riscos de comportamento oportunista, menor o valor do ativo em uma segunda transação e maiores os custos para a proteção do valor transacionado. Conforme Farina, Azevedo e Saes (1997) ressaltam, quanto maior a especificidade de ativos, maior a dependência

bilateral entre os agentes e maiores serão os custos e problemas de adaptação, gerando, como consequência, maiores custos de transação.

Para Williamson (1996), são considerados seis tipos de especificidades de ativos, os quais podem estar ou não presentes nas transações, influenciando em maior ou menor grau de especificidade. São eles: 1. Especificidade locacional, explicada pela condição de imobilidade de ativos, em que a mudança das instalações se torna custosa; 2. Especificidade de ativos físicos, associada às características específicas do ativo, padronizadas para a transação; 3. Especificidade de ativos humanos, associada ao capital humano da firma; 4. Especificidade de ativos dedicados, em transações que, geralmente, ocorrem investimentos específicos para o agente comprador; 5. Especificidade de marca, associada à marca conquistada pela firma ou ativo transacionado; 6. Especificidade temporal, associada a ativos que perdem seu valor com o passar do tempo (Williamson, 1996; Augusto; Souza; Cario, 2018).

Ao se considerar os outros dois atributos da transação, Williamson (1991) ressalta que a incerteza e a frequência passam a ser especialmente custosas na presença de elevada especificidade de ativos. Ao se tratar da incerteza, Williamson (1985; 1991) argumenta que cada tipo de estrutura possui diferentes capacidades em responder aos distúrbios ambientais, de modo que a eficácia de adaptação em cada uma delas também varia. Dessa forma, na ótica da ECT, as incertezas ambientais e comportamentais se relacionam à capacidade de adaptação das estruturas, se diferenciando em adaptação do tipo A (autônoma), beneficiada pelo mercado, e adaptação do tipo C (coordenada), que se justifica na presença de maior dependência entre os agentes, como na estrutura híbrida e na hierarquia (Williamson, 1991).

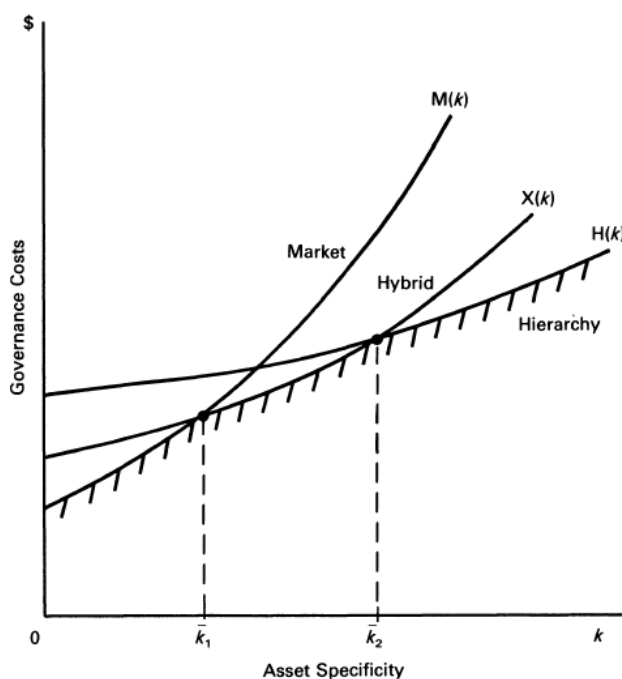
Assim, a governança na ECT se dá por meio de três formas genéricas, consideradas como estruturas polares, as quais se diferenciam em termos de leis contratuais, capacidade de adaptação, intensidade de incentivos e instrumentos de controle (Williamson, 1991). Assim como Crook *et. al.* (2013) descrevem, com base nos trabalhos de Williamson, as transações de mercado (*spot*) se caracterizam pela existência de contratos formais de curto prazo e negociáveis, com maior intensidade de incentivos, maior facilidade na adaptação autônoma e menor capacidade de controle para adaptação coordenada.

Na estrutura híbrida, as transações envolvem duas ou mais firmas, coordenadas por contratos formais de longo prazo e parcerias mais fortes do que as de mercado, como alianças estratégicas, franquias ou *joint ventures*, maiores incentivos do que a hierarquia e maior capacidade de controle do que no mercado. Por fim, na hierarquia, entende-se que transações

que aconteceriam no mercado ou entre diferentes firmas, passam a acontecer internamente em uma única firma, com menor intensidade de incentivos, entretanto, com maior capacidade de controle interno e melhor adaptação coordenada pelo poder de *fiat* (*forbearance*) (Williamson, 1991; 2002; Crook *et. al.*, 2013).

Considerando essas três formas genéricas e se tratando da escolha da estrutura de governança mais eficiente, Williamson (1991) argumenta que essa deve ser feita de maneira comparativa, analisando uma estrutura em relação à sua segunda melhor opção, considerando os atributos da transação e cada uma das características acima descritas. Dessa forma, considera-se que na medida em que se caminha do mercado para a hierarquia, os agentes devem escolher entre maior nível de incentivos ou maior nível de controle da firma (Williamson, 1991). Isso posto, partindo da especificidade de ativos como o principal atributo a ser analisado nessa escolha, Williamson (1991) apresenta o racional exposto pelo esquema da Figura 2.

Figura 2 - Estruturas de governança em função da especificidade de ativos.



Fonte: Williamson (1991, p. 284).

Nesse racional, compreende-se que a estrutura de governança mais eficiente será a que melhor contribui para a redução dos CT, dependendo do grau de especificidade de ativos presente. Sendo assim, na medida em que se aumenta a especificidade de ativos (de k_1 para k_2), as transações deixam de ser coordenadas via mercado (M) até o nível k_1 , e caminham para a forma híbrida (X), entre k_1 e k_2 . Por fim, quando a especificidade fica acima de k_2 , o CT para

proteção contra comportamento oportunista se eleva e a hierarquia (H) passa a ser a escolha mais eficiente para coordenar a transação (Williamson, 1991).

Ainda que a estrutura hierárquica seja considerada como a forma mais eficiente em elevada especificidade de ativos, porque oferece maior controle, Williamson (2002) argumenta que uma fraqueza dessa estrutura é a presença de maiores custos burocráticos. Por esse motivo, a hierarquia geralmente é vista como a última opção para coordenar a transação, dado que ao mesmo tempo em que diminui CT, aumenta os custos para o gerenciamento interno. O autor argumenta que em primeiro lugar deve se tentar a coordenação pelo mercado, depois pela estrutura híbrida e, por fim, quando as alternativas falharem, por meio da estrutura interna (Williamson, 2002).

Compreende-se, portanto, que objetivando a eficiência da transação, a escolha das estruturas de governança pelo olhar da ECT, resulta de uma perspectiva de alinhamento entre a estrutura viável e os atributos da transação, cujo principal objetivo é a redução dos CT para proteção contra comportamento oportunista (Williamson, 1991; Crook *et. al.*, 2013; Zylbersztajn, 2018). Como demonstrado, dentre esses atributos, o principal a ser considerado é a especificidade de ativos, dado que influencia em maiores CT associados à quebra contratual, comportamento oportunista e dependência bilateral entre os agentes (Williamson, 1991). Sendo assim, em busca de eficiência, entendida enquanto a redução dos CT, o racional da ECT estabelece que “conforme a dependência bilateral se constrói, a governança da relação contratual eficiente se move progressivamente de uma simples troca de mercado para a contratação híbrida (com suporte de credibilidade) e, em seguida, para a hierarquia” (Williamson, 2008, p. 5, tradução nossa).

2.3. ECONOMIA DOS CUSTOS DE MENSURAÇÃO (ECM)

O arcabouço teórico da ECM se inicia a partir dos trabalhos seminais de Barzel (1982, 1985, 1997, 2002, 2005). Assim como Zylbersztajn (2018) afirma, diferente da ECT, a ECM ainda carece de mais trabalhos empíricos com o objetivo de contribuir para o avanço da teoria. Essa informação pode ser ratificada pelas pesquisas nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo*, uma vez que foram encontrados menos trabalhos publicados, em comparação com a busca de trabalhos da ECT. Ao buscar pelos termos “*measurement cost*”, “*measurement cost economics*” e “*information asymmetry*” foram encontrados 8.000 trabalhos na *Web of Science*, entretanto, a maior parte desses trabalhos não pertenciam ao campo de estudos da ECM. Dessa forma, filtrando para as categorias “*Economics*”, “*Business*” e “*Management*” da base de

dados, foram identificados 3.197 trabalhos, publicados entre os anos de 2014 e 2025. De forma similar, utilizando os mesmos termos, categorias equivalentes e o mesmo período de publicação, foram identificados 6.695 artigos na *Scopus* e somente 78 trabalhos na *Scielo*. Desse total, observa-se que a maior parte de trabalhos publicados se concentra nos Estados Unidos, China, Reino Unido e Inglaterra.

No Brasil foram encontrados 58 trabalhos na *Web of Science*, 117 na *Scopus* e 48 na *Scielo*, sendo a maioria publicada em inglês. As instituições de ensino brasileiras com maior volume de publicações foram: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por fim, os autores brasileiros com maior volume de trabalhos publicados envolvendo os termos da ECM foram: Maria Sylvia Machionne Saes; Décio Zylbersztajn; José Paulo de Souza; Cristiano da França Cunha; Sandra Mara de Alencar Schiavi; Alexsandro Broedel Lopes; Jaiane Aparecida Pereira; David M. Lapola. Considera-se, portanto, que a ECM é uma orientação teórica importante, mas que ainda pode ser melhor explorada e discutida pelos pesquisadores tanto no campo empírico quanto no teórico, a fim que se desenvolva, atingindo maiores volumes de publicação, assim como a ECT, conforme Zylbersztajn já afirmava (2005; 2018).

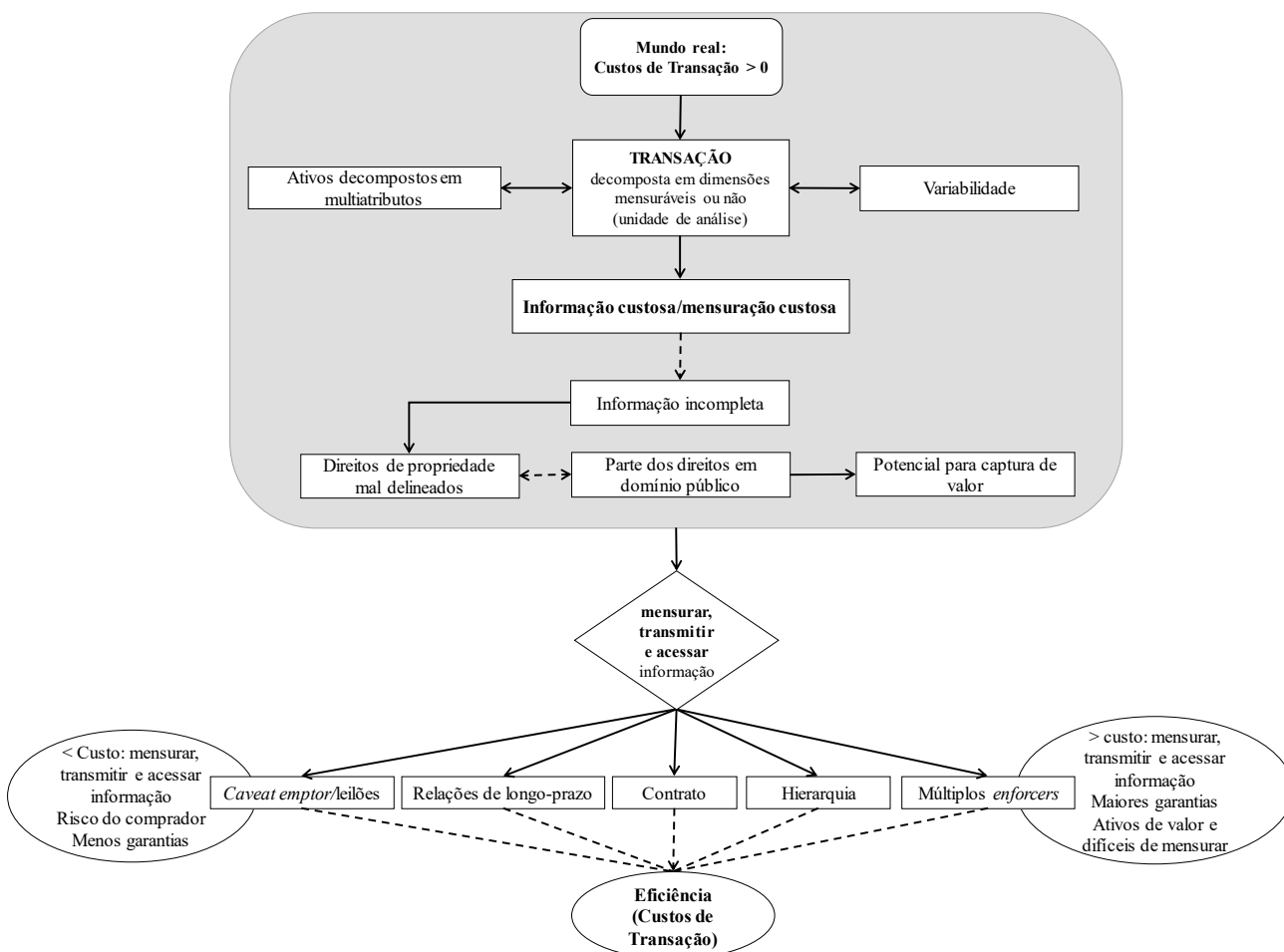
Conforme Barzel e Kochin (1992) afirmam, a Economia dos Custos de Mensuração (ECM) parte do mesmo consenso já aceito pelos economistas pertencentes à NEI: as transações no mundo real são sujeitas a fricções e, dessa forma, os custos de se movimentar o mercado – custos de transação – são positivos. Entretanto, tomando como base os problemas de informação inicialmente tratados por Simon, o diferencial da ECM se dá ao se considerar que a obtenção de informação é custosa e que o mundo real, além de apresentar CT positivos, não é tão explícito como a economia neoclássica sugere (Barzel; Kochin, 1992). Sendo assim, pelo olhar da ECM, os problemas de informação são tidos como o “coração dos custos de transação” (Barzel; Kochin, 1992, p. 21, tradução nossa), os quais passam a ser explorados por Barzel (1982; 2005), tomando como base o Teorema de Coase (1960)⁴ e reconhecendo as contribuições iniciais de Hayek (1937) e Stigler (1961)⁵. Para Barzel (1982), dado que os CT são positivos, a definição e o reforço (*enforcement*) dos direitos de propriedade também serão custosos.

⁴ “Quando os direitos são bem definidos e o custo de transação é zero, a alocação de recursos é eficiente e independente da padronização da propriedade” (Barzel; Kochin, 1992, p. 22, tradução nossa).

⁵ Hayek (1937) contribui para as teorias que se dedicam aos problemas de informação ao enfatizar a necessidade de informação no processo decisório. Por sua vez, Stigler (1961) contribui em transformar a informação em um

Para Barzel e Kochin (1992), a principal contribuição de Coase (1960) é a explícita distinção entre o mundo ideal, em que não é custoso transacionar e a informação é completa e o nosso mundo – real – no qual é custoso transacionar e a informação é incompleta. Conforme se observa pelo mapa conceitual da Figura 3, a ECM se desenvolve em um contexto no qual os custos de transação são positivos, a mensuração é custosa e a informação é incompleta, dado que os ativos são compostos por alguns atributos custosos para mensurar e são sujeitos à variabilidade (Barzel, 1982). De acordo com Barzel (1982), é esse contexto que influencia em direitos de propriedade mal definidos e faz com que uma parte desses direitos sobre os ativos transacionados sempre permaneça em domínio público, sendo sujeitos a captura por um dos lados da transação (Barzel, 1982).

Figura 3 – Mapa Conceitual: Economia dos Custos de Mensuração.



Fonte: autora com base em Barzel (1982; 1997; 2001; 2005).

produto sujeito às análises econômicas, usando de métodos convencionais para analisar esse produto não convencional (Barzel; Kochin, 1992).

Dado esse contexto explícito pela Figura 3, a unidade de análise da ECM, conforme Zylbersztajn (2018) ratifica, é a transação decomposta em dimensões mensuráveis, sendo que cada dimensão carrega um nível de dificuldade na mensuração. Além disso, na ótica da ECM, a transação passa a ser discutida considerando um conjunto de direitos legais e econômicos, os quais são transacionados e protegidos pelo Estado ou pela ordem privada, em uma perspectiva de maximização de valor (Zylbersztajn, 2005; 2018). Assim, a organização da troca, na ECM, se dá por meio de mecanismos de garantia – *caveat emptor* e leilões, relações de longo-prazo, contratos, hierarquia e múltiplos *enforcers* – e a sua escolha acontece em função dos custos associados à mensuração e às dificuldades que emergem na transmissão das informações entre os agentes independentes, na mesma transação (Barzel, 2005).

Pelo racional da ECM, a organização da transação caminha dos mecanismos mais simples, como é o caso do *caveat emptor*, para os mais complexos, na hierarquia e múltiplos *enforcers*, conforme os custos de mensuração e o valor dos ativos se elevam. Considera-se que, em busca de maiores garantias e conforme o custo de mensuração se eleva, os agentes tendem a escolher formas mais complexas de transacionar, como os contratos, a hierarquia ou o conjunto formado por múltiplos *enforcers* (Barzel, 2005). Nesse olhar teórico, a eficiência da transação é discutida em função da produção (mensuração) e transmissão de informação, as quais influenciam nos custos de transação para a garantia dos direitos econômicos transacionados (Barzel, 2005).

Assim como Barzel (2001) argumenta, seguindo o questionamento inicial apresentado pela NEI, a ECM busca oferecer caminhos para mostrar quais ativos devem ser transacionados no mercado e quais devem permanecer dentro da firma. O ponto de partida da ECM é, portanto, considerar que “a informação custosa, e sua contraparte operacional, a mensuração custosa, são os ingredientes básicos na análise das instituições” (Barzel, 2001, p. 1, tradução nossa). Dessa forma, a mensuração é definida como a quantificação da informação, sendo esse o principal fator a influenciar na decisão de se transacionar no mercado ou permanecer internamente na firma (Barzel, 2001).

Ainda assim, em seu trabalho intitulado *Organizational Forms and Measurement Costs*, Barzel (2005) argumenta que além de a informação ser custosa para se produzir, também surgem dificuldades em sua transmissão⁶ para os agentes independentes envolvidos na

⁶ “In the model I adopt here, not only is information costly to produce, but difficulties arise in transmitting it. [...] I focus on the transmission of information by independent transactors across vertical and horizontal production

transação. Para Barzel (2001), a transmissão de informação se refere ao compartilhamento de informação entre os diferentes estágios ou interfaces do sistema produtivo. Portanto, a definição dos CT, pelo olhar da ECM, envolve tanto aspectos da mensuração custosa, quanto o olhar para a transmissão da informação entre os agentes independentes envolvidos na mesma transação. Para tanto, considera-se que, dadas essas dificuldades, os agentes podem se beneficiar de garantias mais complexas – relações verticais ou horizontais – assim como Barzel (2005) exemplifica, retratando as vantagens da união entre os pilotos do Mississippi, para o fortalecimento de suas estratégias, a partir da transmissão de informação.

Portanto, observa-se que, na ECM, o custo de transação pode estar atrelado a diversos fatores, dentre eles: a. custo da mensuração (CM); b. custo da dupla mensuração; c. custo de não se efetivar a transação; d. custo para selecionar outro comprador ou vendedor; e. dificuldades na transmissão da informação entre as diferentes interfaces do sistema produtivo; e f. custos para evitar que seja transmitida a baixa *performance* (Barzel, 1982; 2001; 2005). Em uma definição mais ampla, Barzel (2001) afirma, a partir de Allen (1991), que os CT incluem os recursos usados para proteger e capturar direitos de propriedade, somados às perdas resultantes de esforços potenciais ou reais para a captura e proteção. Dessa forma, o autor estabelece que os custos de transação são a dualidade dos direitos de propriedade, ou seja, discutir sobre custos de transação implica em discutir também sobre direitos de propriedade (Barzel, 2001).

Para explorar tal dualidade, Barzel (1997) descreve o termo “direitos de propriedade” a partir de duas definições: 1. Direitos Legais (de propriedade), os quais são definidos como aqueles em que o Estado garante ao indivíduo; 2. Direitos Econômicos (de propriedade), sendo esses o foco da ECM, entendidos como a “habilidade individual para consumir o bem ou os serviços do ativo direta ou indiretamente pela transação” (Barzel, 1997, p. 6, tradução nossa). Além disso, os direitos legais são considerados como um meio para garantir os direitos econômicos, dado que esses não são constantes, nem absolutos, podendo mudar de acordo com as ações dos indivíduos, além de dependerem diretamente dos esforços para proteção contra as tentativas de captura, por um dos lados da transação (Barzel, 1997).

Sendo assim, Barzel (1997) justifica a importância do direito legal com foco na proteção e no reforço do direito econômico, mas afirma que o primeiro não é condição necessária e nem

stages. I argue that integration is useful for overcoming the difficulties associated with such transmission.” (Barzel, 2005, p. 358).

suficiente para a existência do segundo. Ou seja, considera-se que na ausência do direito legal, os direitos econômicos continuam possuindo seu valor, entretanto, passam a ser protegidos na própria transação, justificando a necessidade dos mecanismos de garantia. Por fim, Barzel (1997) ainda argumenta que a definição dos direitos de propriedade é importante porque é diretamente ligada à configuração dos CT. Sendo assim, em uma definição estrita, os CT, na ótica da ECM, são os custos associados à transferência, captura e proteção dos direitos econômicos, ou ainda, são os custos para a garantia do direito econômico (Barzel, 1997).

Por sua vez, justificando a importância da informação no racional da ECM, Barzel (1997) argumenta que a dificuldade de obter informação pelos dois lados da transação determina a dificuldade de se garantir os direitos econômicos de propriedade. Conforme Foss e Foss (2000) descrevem, a ECM contribui para a discussão de direitos de propriedade ao considerar que esses são definidos de acordo com os atributos que compõem os ativos transacionados. Dessa forma, Barzel (1997) estabelece que sendo custoso mensurar esses atributos completamente, o risco de captura de renda é presente em toda transação e, por consequência, os direitos nunca serão completamente assegurados. Ou seja, como um racional para a ECM, considera-se que quanto maior a dificuldade para se obter e distribuir informação sobre os atributos que compõem os ativos, em razão da variabilidade e da mensuração custosa, mais difícil será para definir e reforçar os direitos dos agentes.

Ademais, dado que os direitos de propriedade não são perfeitamente delineados, uma parte deles permanece em domínio público. Para Barzel (1997), a oportunidade de captura de renda é equivalente à oportunidade de encontrar propriedade em domínio público, ou seja, um ativo permanece em domínio público quando os recursos necessários para adquirir o bem não pertencem a ninguém e esse pode ser usufruído sem custos por um dos lados da transação. Nesse sentido, a ECM trata do termo “captura” de renda em domínio público porque essa é diferente de uma compra no mercado, uma vez que o dono do ativo não recebe sobre essa parte capturada (Barzel, 1997).

Dada a importância da informação na garantia dos direitos de propriedade, Barzel (1982) desenvolve o modelo da ECM a partir de alguns pressupostos: a. a informação é custosa para se produzir; b. existem dificuldades na transmissão da informação; c. a informação sobre o ativo se refere à informação sobre os atributos que definem e compõem esse ativo; e d. a mensuração é considerada como uma forma de quantificar a informação, mas é sujeita a erros e quanto maior a variabilidade do ativo, maior a dificuldade em acessar as informações sobre o mesmo. Sendo assim, o custo de transação, na ECM, é discutido em função dos custos de

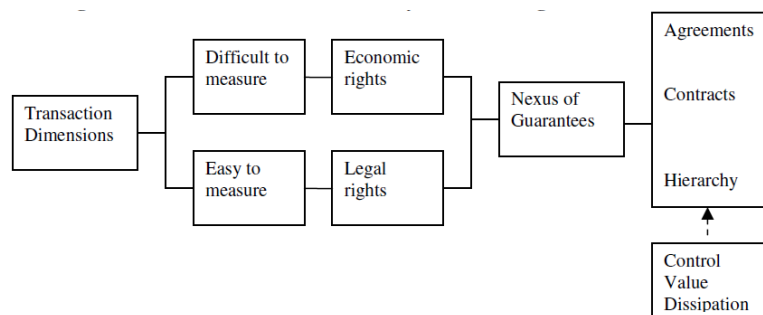
mensuração e das condições de transmissão da informação, com foco na garantia dos direitos econômicos de propriedade e na maximização do valor transacionado (Barzel, 2005).

Nesse sentido, a transação pode ser governada por uma variedade de mecanismos de garantias (*enforcement*), sendo que cada um deles se diferencia de acordo com os níveis de informação exigidos e são entendidos enquanto as diferentes formas utilizadas para proteger e garantir os direitos de propriedade transacionados (Barzel, 2005). Na ótica da ECM, portanto, “os indivíduos organizarão a transação para maximizar o seu valor recebido, considerando os custos convencionais e os custos para captura de renda, sendo, esses últimos, parte dos custos de transação” (Barzel, 1997, p. 30, tradução nossa). Ademais, sendo a mensuração custosa e sujeita a erros, os mecanismos de garantia são definidos como as salvaguardas ou a proteção para os erros da mensuração e para os problemas de informação inerentes à transação (Barzel, 1982; 2005).

Para orientar a escolha de tais mecanismos, Barzel (2005) parte do pressuposto que, em uma transação, tanto o vendedor quanto o comprador necessitam de informações acerca dos ativos transacionados e sobre os termos que coordenam a troca. Na ECM, a mensuração orienta essa escolha porque, por definição, ela é uma forma particular de quantificar a informação e os agentes somente aceitam transacionar quando reconhecem que tem a ganhar na troca (Barzel, 2005; 1982). Sendo assim, para que as transações aconteçam, os indivíduos tendem a considerar os mecanismos de garantia que melhor ofereçam proteção aos direitos de propriedade, considerando os custos para mensurar e as condições de transmissão da informação, dada a presença de ativos decompostos em atributos mais ou menos custosos de se mensurar (Barzel, 1982).

Conforme Zylbersztajn (2018) demonstra, por meio da Figura 4, na ótica da ECM, a firma é considerada como um conjunto de contratos – tanto do direito econômico quanto do direito legal – de modo que a sua coordenação se dá, no geral, por meio de acordos informais, contratos ou hierarquia. A escolha dos mecanismos, nessa vertente, é com o olhar para o controle da dissipação e para maximização de valor, ou seja, os mecanismos são adotados de forma a minimizar a perda de valor sujeito à captura por um dos lados da transação e para maximizar o valor transacionado. Por meio dessa figura, observa-se que transações cujas dimensões são mais difíceis para mensurar tendem a ser garantidas pelo lado do direito econômico, na hierarquia, enquanto transações cujas dimensões são fáceis de se mensurar, são garantidas pelo lado do direito legal, com o uso de contratos, por exemplo.

Figura 4 - Escolha dos mecanismos de garantia



Fonte: Zylbersztajn (2018, p. 6).

Nesse esquema, Zylbersztajn (2018) exemplifica o racional estabelecido pela ECM quando se considera a escolha dos mecanismos de garantia em função da disponibilidade de informação pela mensuração, com foco na maximização de valor. Dessa forma, além da firma ser considerada como um conjunto de contratos, considera-se que essa também nasce como uma resposta aos custos de mensuração e monitoramento dos ativos transacionados (Barzel; Kochin, 1992). De forma geral, os autores observam que quando os custos de mensuração são positivos e as dimensões mais difíceis de serem mensuradas, os agentes tendem a escolher por mais garantias – contrato e hierarquia – em troca de menor liberdade, conferida no mercado ou na relação *caveat emptor*.

Ao se tratar de cada um desses mecanismos, Barzel (2005) inicia seu modelo com base nas transações do tipo *caveat emptor* e leilões. Para o autor, essas são as formas mais simples de se efetuar uma transação e acontecem quando as partes envolvidas não mantêm relação de longo-prazo, sendo também consideradas as formas que menos oferecem garantias aos agentes. Nesse tipo de transação, o vendedor mensura os ativos para evitar que esses sejam avaliados a um preço baixo, enquanto o comprador efetua a mensuração para evitar pagar um valor além do esperado. Nesse tipo de transação, o risco é do comprador e ele somente consegue mensurar, de fato, o ativo durante o consumo, quando a transação já não pode mais ser desfeita (Barzel, 2005). Esse é o tipo de transação que menos oferece garantias aos agentes envolvidos e, dessa forma, Barzel (2005) desenvolve seu modelo com foco nos outros mecanismos derivados da relação de longo-prazo.

A relação de longo-prazo é definida pelo autor como a forma principal para oferecer garantias aos dois lados da transação, além de apresentar uma mudança radical quando se compara com as transações do tipo *caveat emptor*. Por contar com promessas implícitas ou explícitas sobre os atributos mensurados, os compradores economizam nos custos de mensuração *ex ante*, ou durante a transação, e passam a mensurar somente durante o uso ou

consumo do ativo (Barzel, 2005). Esse tipo de mecanismo geralmente é reforçado pela reputação dos agentes e pelo fortalecimento de marcas, dado que o risco moral prejudicaria uma das partes envolvidas na relação. Conforme Barzel (2005) argumenta, quanto mais o vendedor tem a ganhar quebrando suas promessas, mais fortes as relações tendem a ser e maior deve ser o investimento nas mesmas.

Implícito nesse mecanismo anterior, o uso de contratos, geralmente, tem uma parte do acordo coordenada e reforçada pela relação de longo-prazo e divide a variabilidade para os dois lados da transação (Barzel, 1997; 2005). Na relação contratual, o Estado não participa efetivamente da transação, mas reforça a necessidade de se cumprirem os acordos, configurando uma participação indireta do macro ambiente institucional na transação. Nesse mecanismo de garantia, o comprador se beneficia da possibilidade de verificar e realizar a mensuração durante o uso dos ativos, mas diferente do mecanismo anterior, ele tem a garantia de que seus direitos serão assegurados pelo poder legal do Estado. Entretanto, para que sejam viáveis, os atributos dos ativos devem ser facilmente mensuráveis e verificáveis, dado que, conforme Barzel (2005) estabelece, atributos fáceis de se mensurar e de verificar podem ser contratados, enquanto atributos difíceis de se mensurar tendem a ser coordenados pela relação de longo-prazo ou hierarquia (Barzel, 2005).

Sendo assim, a hierarquia é justificada quando o custo para mensurar e distribuir informação a respeito dos produtos intermediários, entre duas ou mais firmas, se eleva. Para Barzel (1982), conforme a produção dos ativos se torna mais especializada, esse passa por diversos estágios até atingir o consumidor e a diferença no aumento do seu valor se torna um potencial para a captura de renda. Na ótica da ECM, o elevado custo para mensurar esses estágios da produção e transmitir a informação entre as firmas é o que determina a escolha pela integração vertical, sendo esse um mecanismo de garantia adotado como forma para economizar nos custos de mensuração. Sendo assim, Barzel (2005) estabelece que ativos de valor, cuja produção é composta por diferentes etapas, e compostos por atributos difíceis de mensurar tendem a ser internalizados, com foco na proteção contra a captura de quase-renda (Barzel, 2005).

Por fim, Barzel (2005) argumenta que os agentes, buscando reforçar seus acordos, se beneficiam da combinação entre mais de um tipo de mecanismo, denominada como múltiplos *enforcers*. Nessa combinação, considera-se que a relação contratual entre os agentes é apenas parte de um acordo e sempre requer o reforço da relação de longo-prazo, sendo que essa última, por sua vez, necessita de investimentos no relacionamento entre os agentes. Na ECM, portanto,

o uso simultâneo de contratos e de relação de longo-prazo, pode reduzir a necessidade de investimentos em capital reputacional, ao mesmo tempo em que protege os agentes (Barzel, 2005).

Na ótica da ECM, os mecanismos de garantia são adotados como formas para reduzir os custos de mensuração tanto para o lado do vendedor, quanto para o lado do comprador. Além disso, de acordo com Barzel (1982), tais custos ainda podem ser reduzidos com o investimento em uniformidade, reduzindo o risco da variabilidade, atrelado ao fortalecimento da marca e da reputação dos agentes. A uniformidade de produto diminui o custo de mensuração pelo consumidor no momento da compra, e permite ao vendedor efetuar a mensuração durante a produção do bem, como etapas de controle de qualidade (Barzel, 1982).

Isso posto, o racional para a escolha dos mecanismos de garantia na ótica da ECM é determinado em função do custo de mensuração e das condições para a transmissão de informação entre os agentes, em uma perspectiva de maximização de valor (Barzel, 2001; 2005; Zylbersztajn, 2005; Souza; Bankuti, 2012). Considera-se que quando a mensuração pode ser realizada a baixos custos, o contrato externo à firma, tendo a garantia de salvaguardas contratuais e proteção do Estado, é a alternativa que oferece maior proteção aos agentes e redução dos custos de transação. Entretanto, na medida em que se eleva o custo de mensuração, os agentes necessitam de mais mecanismos para a proteção dos direitos transacionados (Barzel, 2005; Zylbersztajn, 2005).

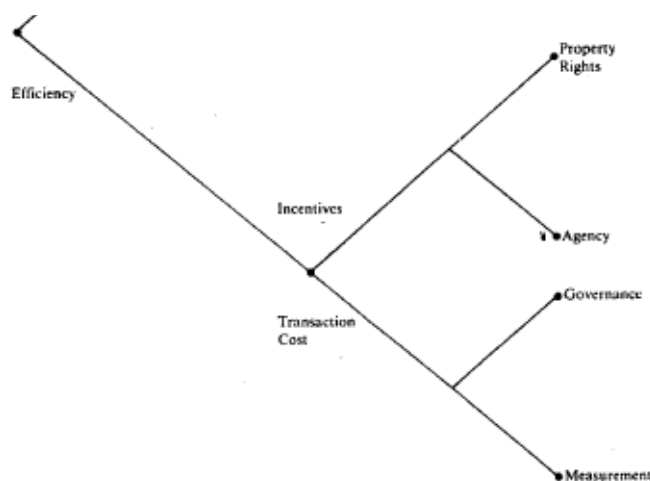
Dessa forma, assim como Barzel (2005) apresenta, ativos de valor e fáceis de mensurar podem ser garantidos por contrato, enquanto ativos de valor, mas difíceis e custosos de mensurar são coordenados e transacionados por mecanismos mais complexos, como a integração vertical ou o reforço pela relação de longo-prazo e múltiplos *enforcers*⁷. Sendo assim, a eficiência da transação, pelo olhar da ECM, é determinada pela redução dos custos de transação para a garantia dos direitos econômicos, a qual, por sua vez, é estabelecida em função dos custos para mensurar e das condições para transmitir informação sobre os atributos que compõem os ativos, em busca da maximização de valor da transação (Barzel, 2005).

⁷ *We expect highly valued attributes that are relatively easy to measure to be guaranteed by contract. On the other hand, we expect valuable but costly-to-measure attributes to be placed in the long-term relation component of the agreement (Barzel, 2005, p. 361).*

2.4. DISCUSSÃO TEÓRICA: A ECT E A ECM

Conforme descrito nos tópicos anteriores, a ECT e a ECM são teorias derivadas da NEI e têm sua origem na discussão das transações do mundo real, no qual os custos para efetuar a troca entre os agentes são positivos. Entretanto, ainda que apresentem a mesma origem, conforme se observa pela Figura 5, cada teoria estabelece caminhos distintos em busca de eficiência na transação. Ou seja, são teorias que se originam nas discussões de eficiência, com o olhar para a redução dos custos de transação, mas de um lado a ECT se fundamenta nas discussões de governança, enquanto a ECM considera as discussões da mensuração sobre os direitos de propriedade (Williamson, 1985; Zylbersztajn, 2018).

Figura 5 – Mapa Cognitivo dos Contratos.



Fonte: adaptado de Williamson (1985, p. 24).

Pelo lado da ECT, Williamson (1985) estabelece o caminho da governança em função do alinhamento entre os atributos da transação – com destaque para a especificidade de ativos – e as estruturas de governança, com foco na redução dos CT. Pelo lado da ECM, Barzel (1982) desenvolve a teoria em função da mensuração, uma vez que, no mundo real, além dos CT positivos, observa-se heterogeneidade de ativos, os quais são decompostos em atributos e sujeitos à variabilidade e problemas de informação, influenciando em riscos de captura dos direitos econômicos de propriedade, em domínio público. Na ECM, portanto, considera-se que a eficiência é discutida em função da redução dos CT para a garantia dos direitos econômicos de propriedade e para a maximização do valor transacionado.

Assim como Williamson (1985) afirma, a ECT e a ECM são teorias interdependentes na discussão de eficiência das transações, no mundo real. Ao se tratar dos direitos de propriedade transacionados, Williamson (1991) estabelece que “a performance econômica é

fortemente determinada pela definição dos direitos de propriedade” (Williamson, 1991, p. 287, tradução nossa). Em complementaridade, conforme Foss e Foss (2000) destacam, as discussões da ECM contribuem com esse olhar ao definir que os ativos são decompostos em atributos mensuráveis, os quais, por sua vez, definem os direitos legais e econômicos de propriedade envolvidos na transação. Portanto, Barzel (1982; 1997) justifica a importância da mensuração e da transmissão de informação como um dos principais fatores para garantir esses direitos.

Ao se considerar os custos de transação, tanto Williamson (1985; 1991) quanto Barzel (1982; 1997; 2005) apresentam contribuições para a coordenação da transação no mundo real, entretanto, cada autor apresenta uma definição particular. Em comum, iniciam suas discussões a partir de Coase (1937; 1960), considerando que os custos são positivos e, sendo assim, influenciam nas decisões de fazer ou comprar e no modo em que os agentes escolhem transacionar seus ativos. Porém, Williamson (1985) afirma que o objetivo da ECT é discutir formas para se economizar nos custos de transação, para além dos custos de produção, tradicionalmente tratados pela economia neoclássica.

Nesse sentido, o autor observa que, ao se tratar dos custos da firma, é comum que esses sejam divididos em custos fixos e variáveis, entretanto, “essa é apenas uma questão de distinção contábil” (Williamson, 1985, p. 54, tradução nossa). Para explorar o caminho da governança, para além dos custos de produção, o autor argumenta que parte desses custos fixos e variáveis carregam custos resultantes ou relacionados à negociação e renegociação, classificados de acordo com seu grau de especificidade⁸. Sendo assim, pelo olhar da ECT, a decisão de fazer ou comprar se dá considerando, além dos custos de produção, os custos de transação associados à especificidade dos ativos transacionados, os quais, juntos, compõem a estrutura de custos fixos e variáveis da firma (Williamson, 1985).

Por outro lado, ao considerar a transação como a atividade mais básica da economia, Barzel (1982; 2005) define que para que essa aconteça, os indivíduos precisam de informação sobre os produtos e sobre os termos em que a mesma acontecerá. No modelo da ECM, a informação é custosa para se produzir e surgem dificuldades para se transmitir entre os agentes. Além da configuração sobre os CT apresentada pela ECT, pelo olhar da ECM, observa-se que esses custos também se referem à proteção dos direitos de propriedade e estão relacionados à

⁸ “Thus, costs are distinguished as to fixed (*F*) and variable (*V*) parts. But they are further classified as to the degree of specificity, of which only two kinds are recognized: wholly specific (*k*) and nonspecific (*v*)” (Williamson, 1985, p. 54).

produção (mensuração) e às condições de transmissão da informação entre os agentes envolvidos na mesma transação.

Conforme já exposto pelos racionais da ECT e da ECM, observa-se que as discussões sobre governança fortalecem a busca pela mitigação de conflitos, geração de ordem e realização de ganhos mútuos. No entanto, quando se considera cada teoria, de forma particular, o olhar para a coordenação apresenta distinções. Para Barzel (1982), coordenar a troca implica em considerar a proteção dos direitos econômicos de propriedade, dados os problemas de informação. Por sua vez, para Williamson (1985; 1991), a coordenação envolve discussões acerca do alinhamento entre as estruturas de governança e os atributos da transação – com foco na especificidade de ativos – para a proteção contra o comportamento oportunista dos agentes.

Considerando a relação entre as teorias, Williamson (1991) reconhece que o olhar para a economia dos custos de transação, com foco na especificidade de ativos é o fator principal da ECT, mas não é o único importante na coordenação da transação. Por sua vez, Barzel (2005) afirma que a especificidade de ativos é apenas mais uma característica de atributos difíceis de se mensurar e sujeitos à captura de renda em domínio público. Dessa forma, o autor ainda argumenta que, na presença da mensuração, existem outras soluções para o problema da captura de quase-renda, além da integração vertical tratada pela ECT (Barzel, 2001).

Contribuindo para essas discussões, Zylbersztajn (2018) apresenta o modelo da Figura 6, no qual se discute a coordenação da transação em função dos principais fatores tratados por cada teoria: os custos de mensuração, que configuram os mecanismos de garantia (*enforcement*), e a especificidade de ativos, que determina a escolha das estruturas de governança.

Figura 6 – A ECT e a ECM na coordenação da transação.

		Asset specificity		
		$k = 0$	$k = \infty$	
Measurement Costs	MC = 0	Market	Vertical Integration	ECT
		External Contract	External Contract	ECM
	MC = ∞	Market	Vertical Integration	ECT
		Vertical Integration	Vertical Integration	ECM

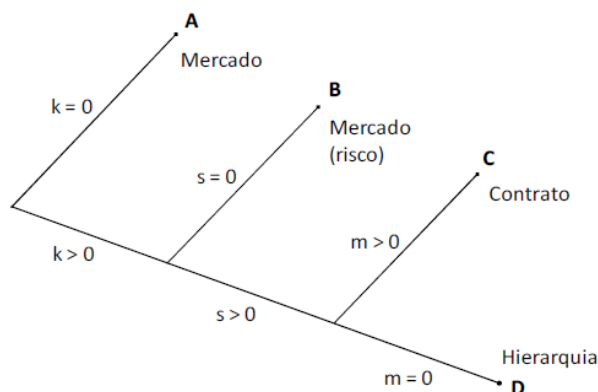
Fonte: adaptado de Zylbersztajn (2018, p. 13).

Nesse modelo, observa-se que as teorias se alinham na coordenação via **mercado**, dado que, nessa estrutura, a especificidade de ativos é baixa ($k = 0$) e a mensuração também não é custosa ($MC = 0$). Por outro lado, quando a especificidade de ativos é elevada ($k = \infty$) e a mensuração não é custosa ($MC = 0$), a estrutura mais eficiente pela ECT é a **integração vertical**. Entretanto, seguindo o racional da ECM, havendo a possibilidade de mensurar os ativos com baixos custos ($MC = 0$), a relação **contratual** ainda é uma escolha eficiente, mesmo na presença de elevada especificidade de ativos (Williamson, 1985; Barzel, 2005; Zylbersztajn, 2018).

Em contraste com a ECT, Barzel (2005) define que o contrato considerado pela ECM carrega consigo o caráter legal do Estado, sendo capaz de oferecer maiores garantias do que os contratos clássicos abordados no modelo de Williamson (1985). Conforme Ito e Zylbersztajn (2016) argumentam, dada a possibilidade de mensuração (menos custosa), os atributos especificados em contrato são protegidos pelo direito legal e tem menor risco de apropriação de valor por um dos lados da transação. Por outro lado, atributos não especificados em contrato, permanecem sob o domínio do direito econômico, sem a proteção do Estado e sob maiores riscos de apropriação de valor (Barzel, 1997; Ito, Zylbersztajn, 2016).

O modelo da Figura 7, desenvolvido por Souza e Bankuti (2012) com base em Williamson (2005), explicita essa discussão. Conforme os autores ratificam, o uso de salvaguardas na transação ($s > 0$), advindos dos mecanismos de garantia e da mensuração, reduz a possibilidade de ações oportunistas e incertezas, além de inserir algum nível de proteção. Por esse olhar, somente ativos específicos ($k > 0$), cujos atributos são difíceis de mensurar (mensuração altamente custosa – $m = 0$) são internalizados, dadas as dificuldades em garantir direito econômico de propriedade e evitar a apropriação de quase-renda (Souza; Bankuti, 2012).

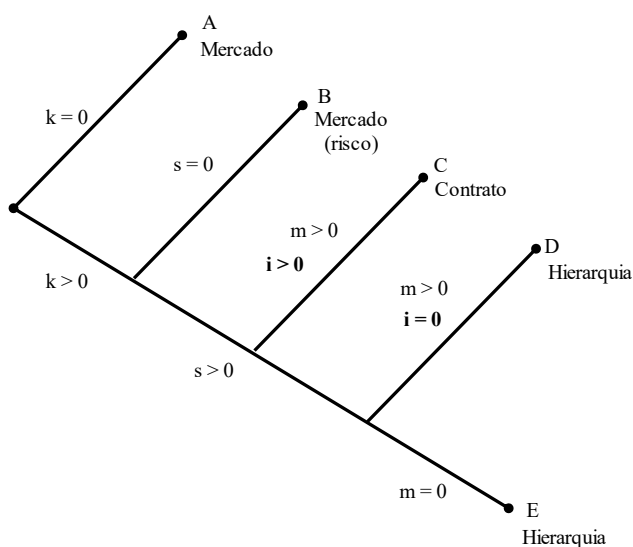
Figura 7 – Esquema contratual no contexto da ECT e da ECM.



Nesse modelo, a escolha das estruturas e mecanismos para coordenar a transação foi discutida somente a partir do grau de especificidade e da possibilidade de se mensurar os ativos em baixo custo. Entretanto, um terceiro fator importante considerado por Barzel (2005) – a **transmissão de informação** entre os agentes – não participa desse esquema, mas, assim como o autor argumenta, também influencia na eficiência da transação. Ou seja, além da especificidade e do custo para se mensurar os ativos, propõe-se, nesta tese, que a transmissão de informação também influencia na coordenação da transação. Dito de outro modo, esse fator é especialmente importante nos casos em que a mensuração é efetuada a baixos custos, mas as dificuldades na transmissão da informação podem ser prejudiciais para a garantia dos direitos econômicos para um dos lados da transação.

Para tanto, na Figura 8, observa-se a influência desse terceiro fator na coordenação das transações, de modo que, em transações de elevada especificidade ($k > 0$), facilidade de mensuração ($m > 0$) e facilidade de transmissão da informação ($i > 0$), o contrato permanece como estrutura eficiente. Por outro lado, em transações de média ou elevada especificidade ($k > 0$), facilidade de mensuração ($m > 0$), mas com problemas na transmissão da informação ($i = 0$), essa estrutura deixa de ser eficiente, oferecendo maiores riscos de captura dos direitos de propriedade e maiores custos quando comparada com a hierarquia.

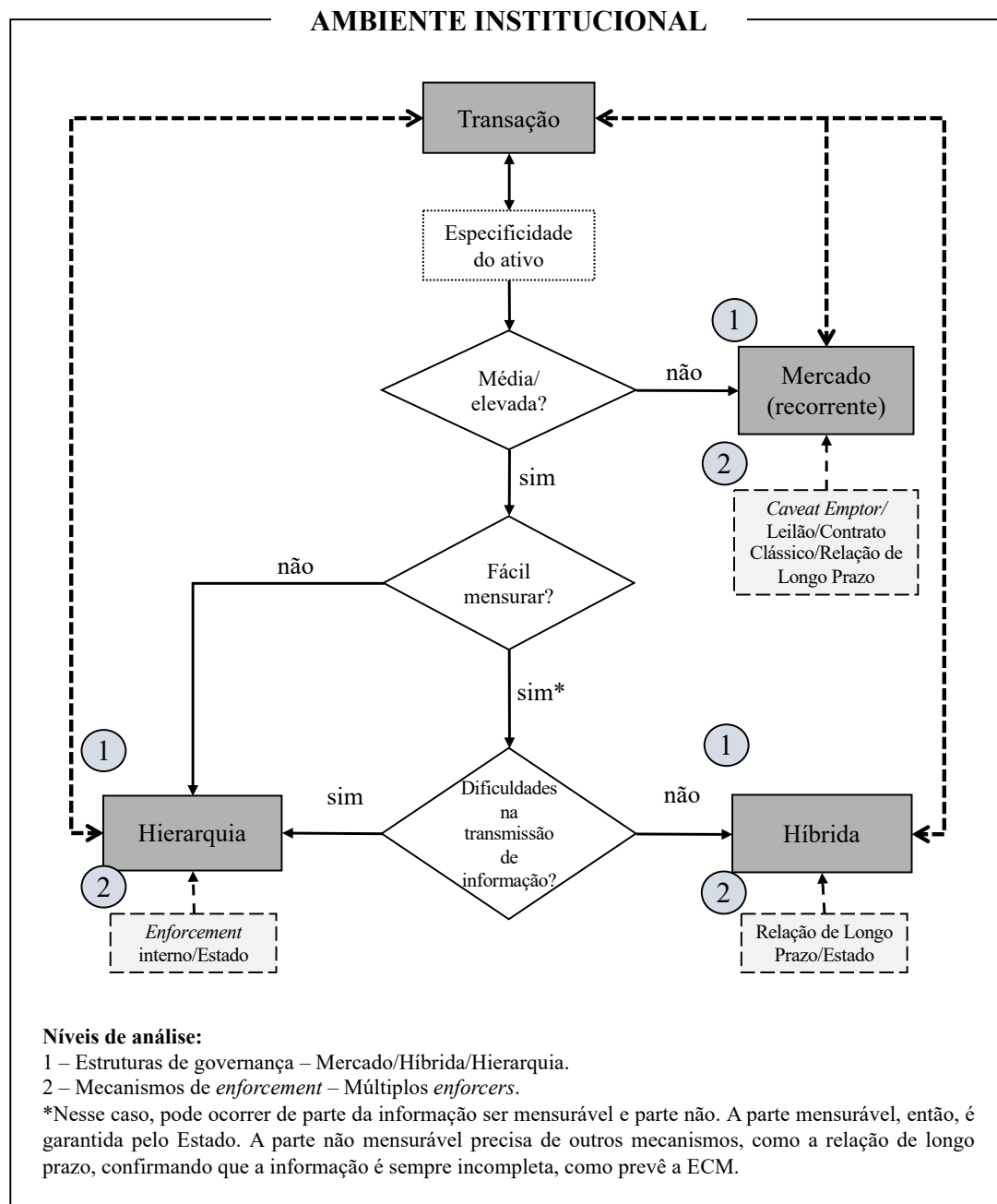
Figura 8 – Esquema contratual considerando a transmissão da informação.



Fonte: adaptado de Souza e Bankuti (2012, p. 87), a partir de Barzel (2005) e Williamson (2002).

Isso posto, a fim de se operacionalizar essa discussão, propõe-se, nesta tese, um *framework* dinâmico⁹ para a escolha da coordenação envolvendo os conceitos da ECT e da ECM, conforme se observa pela Figura 9.

Figura 9 - *Framework* teórico-analítico para a escolha da coordenação pela ótica da ECT e da ECM.



Fonte: autora.

⁹ O *framework* é dinâmico porque se propõe a análise da coordenação em etapas cíclicas, considerando a especificidade de ativos (etapa 1), a mensuração (etapa 2) e a transmissão de informação (etapa 3).

De acordo com o *framework* e as discussões já apresentadas, as decisões de fazer ou comprar podem ser discutidas considerando, de um lado o grau de especificidade de ativos presente, e, por outro lado, os aspectos da mensuração, conforme se define na proposição **P1**:

P1: A eficiência na transação se estabelece tanto em função, principalmente, da **especificidade de ativos** (ECT) quanto em função da **mensuração** e da **transmissão** de informação (ECM).

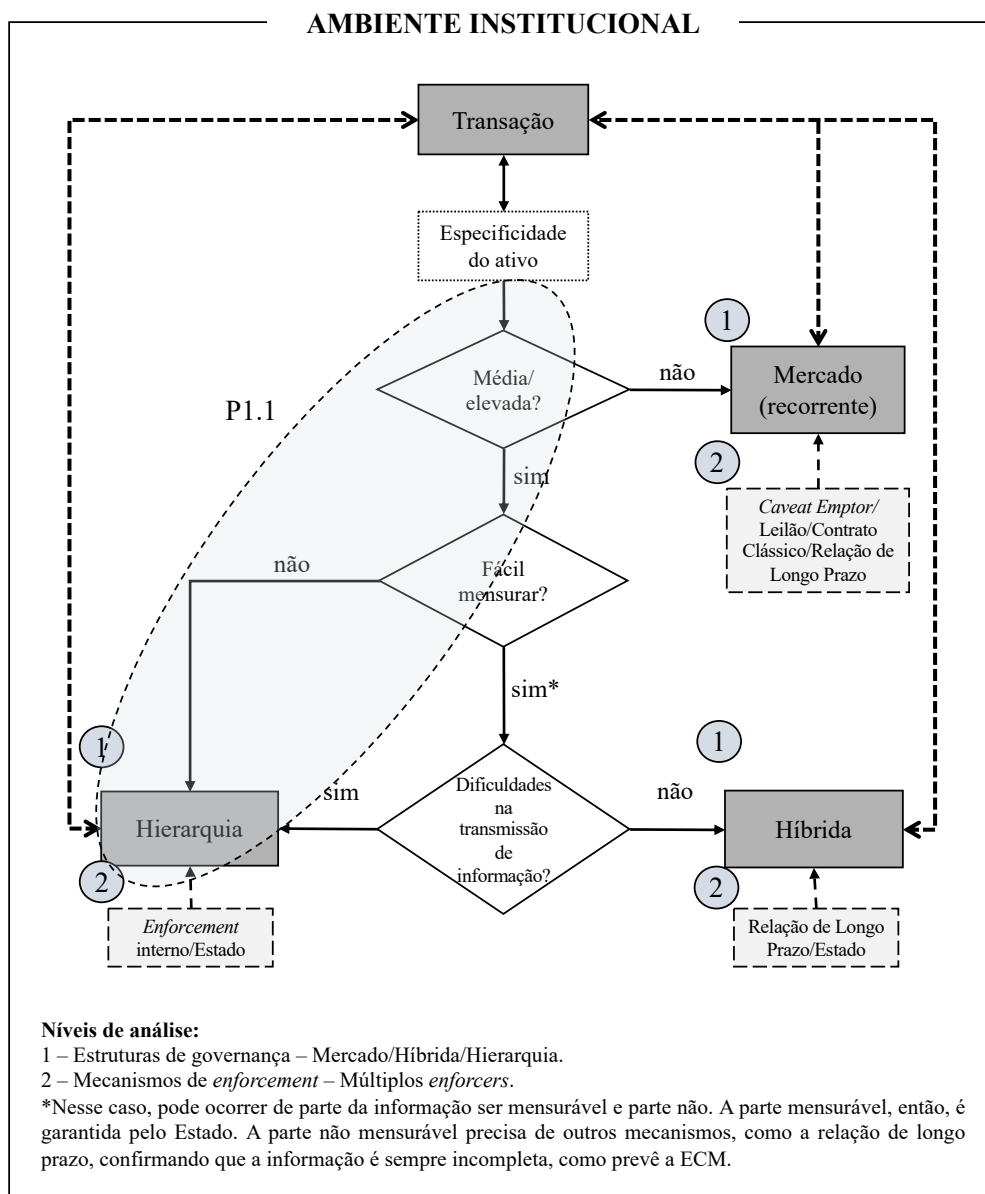
Portanto, seguindo a proposta do *framework* teórico-analítico, a escolha da coordenação sob o olhar da ECT e ECM é dividido em três estágios.

No primeiro estágio, segue-se o racional primário da ECT, conforme Williamson (1985, 1991, 2000) já indicava, considerando que o aumento da especificidade de ativos eleva também as possibilidades de captura de quase-renda e dependência bilateral. Nesse estágio, na presença de baixa especificidade, a transação se direciona diretamente para o **mercado**, uma vez que o risco de captura não é elevado e a mensuração não é custosa. Nesse caso, aplicam-se os pressupostos definidos tanto pela ECT quanto pela ECM, conforme os modelos anteriores já demonstraram.

Entretanto, considerando os riscos advindos do aumento na especificidade de ativos e que esses passam a ser ainda mais problemáticos diante os problemas de informação (Barzel, 1982), são propostos os outros dois estágios de análise. No segundo estágio, deve-se observar, além da especificidade, as condições da mensuração. Seguindo o racional proposto pela ECM, ativos de valor (média/elevada especificidade de ativos), com dificuldades na mensuração, são transacionados e controlados internamente, de maneira mais eficiente, na hierarquia, conforme também se espera pela ECT e se estabelece pela sub proposição **P1.1**, representada pela Figura 10:

P1.1: Em transações de média ou elevada especificidade, com **dificuldades na mensuração**, a integração vertical (hierarquia) é a estrutura mais eficiente para coordenar a transação.

Figura 10 – Estágio 2 de análise: sub proposição P1.1.



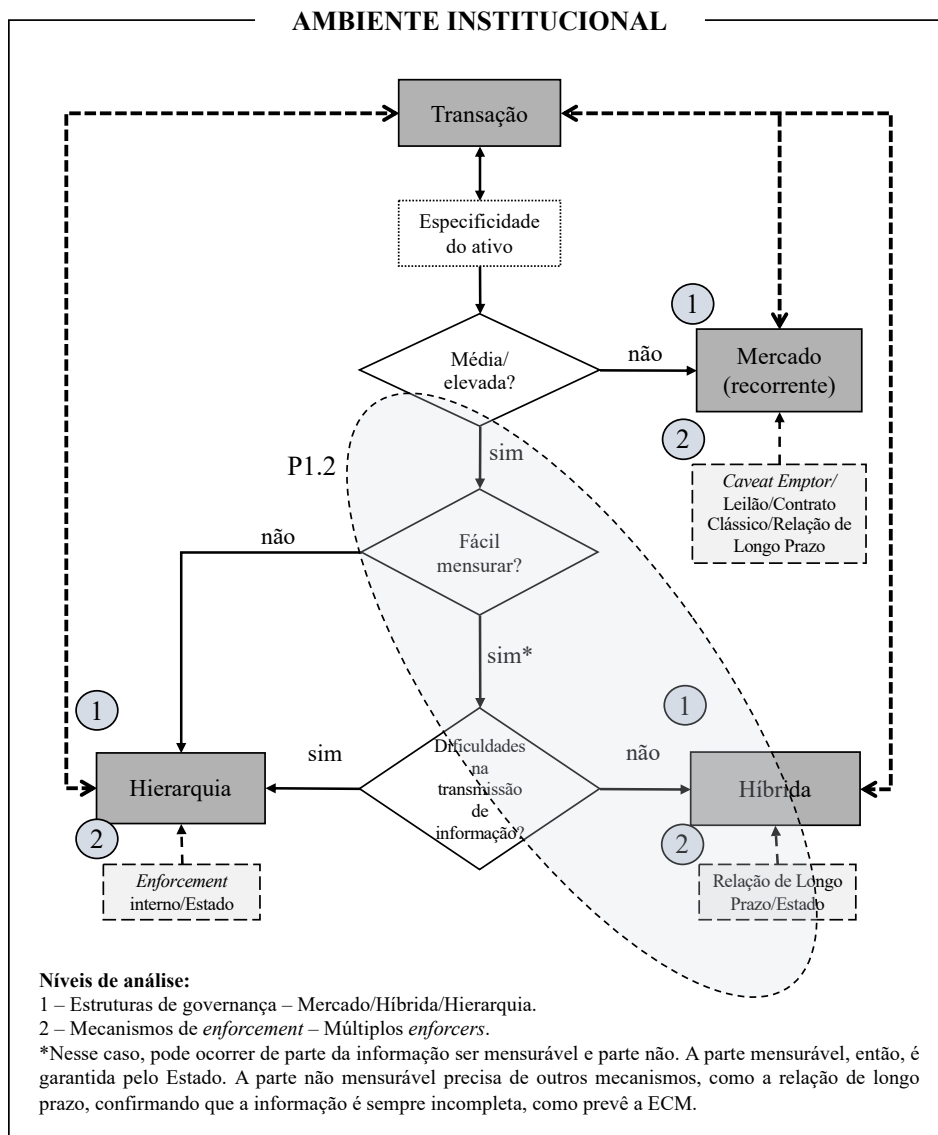
Fonte: autora.

Por outro lado, para ativos de valor e de fácil mensuração, a estrutura híbrida e contrato são considerados como a escolha eficiente para se coordenar a transação, tanto na ótica da ECM quanto na ECT. No entanto, argumenta-se que, a informação produzida pela mensuração, ainda que não seja de forma completa, pode ou não ser transmitida a todos os agentes participantes da transação. Nesse sentido, a proteção dos direitos de propriedade ainda pode ser prejudicada para um dos lados da transação, mesmo na possibilidade de fácil mensuração das dimensões que compõem o valor do ativo. Isso justifica o terceiro estágio de análise proposto pelo *framework*, antes de se optar pela forma híbrida, conforme os modelos de Zylbersztajn (2005; 2018) e Souza e Bankuti (2012) sugerem.

No terceiro momento de análise, considera-se a possibilidade de **transmissão de informação** produzida pela mensuração a todos os agentes, de modo a assegurar os direitos de propriedade transacionados, conforme as discussões estabelecidas inicialmente por Barzel (2005). Dessa forma, é esperado que, ativos de valor, de fácil mensuração e com facilidade na transmissão da informação entre os agentes sejam transacionados, de forma mais eficiente, na estrutura híbrida, em concordância com os modelos anteriormente apresentados, conforme se propõe pela sub proposição **P1.2**, representada na Figura 11:

P1.2: Em transações de média ou elevada especificidade, com **facilidade** na mensuração e na transmissão de informação, a estrutura **híbrida** é a mais eficiente para coordenar a transação.

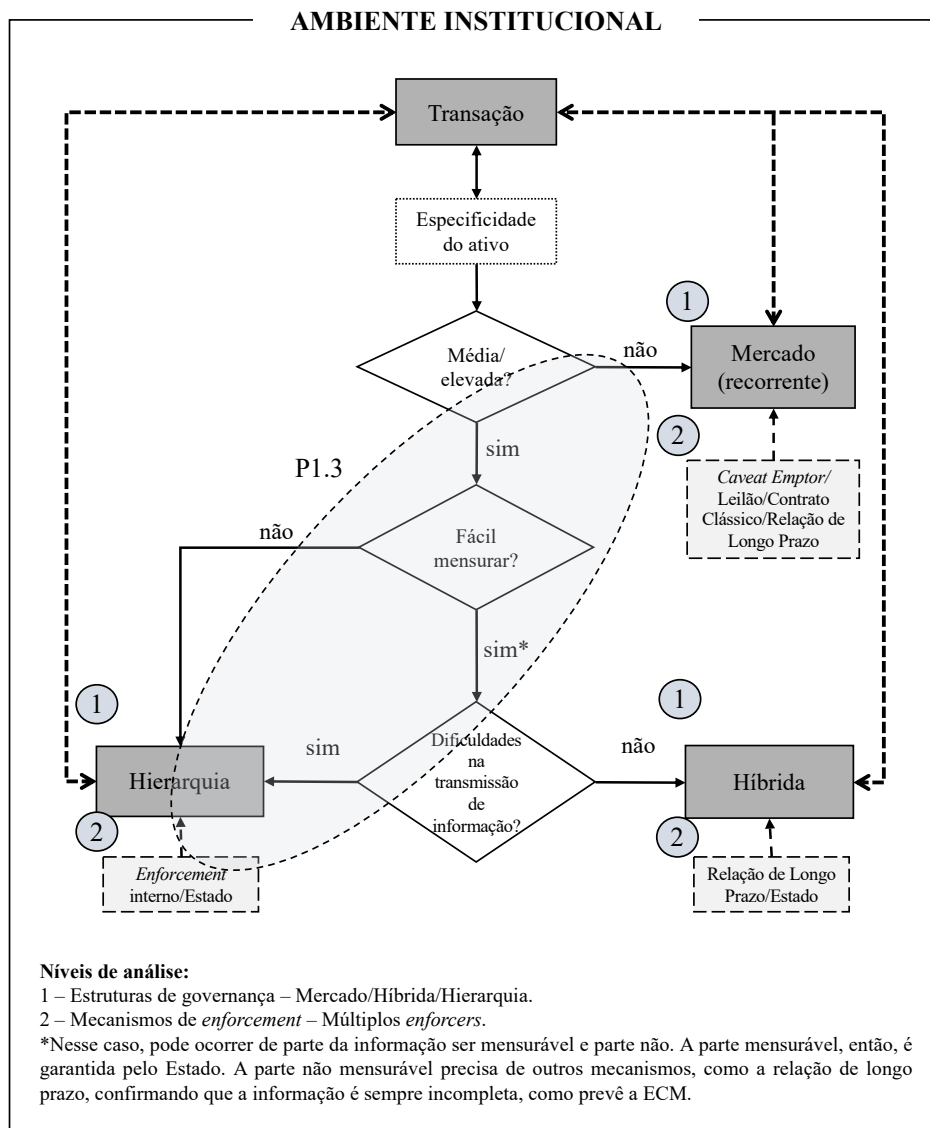
Figura 11 – Estágio 3 de análise: sub proposição P1.2.



Entretanto, quando se considera a transação envolvendo ativos de valor, fácil mensuração, mas **com dificuldades na transmissão da informação** para um dos agentes, propõe-se que a proteção dos direitos de propriedade passa a ser melhor garantida internamente, na hierarquia. Nesse caso, a hierarquia se torna mais eficiente do que a coordenação pela forma híbrida, conforme Barzel (2005) explicita e se observa pela sub proposição **P1.3**, representada na Figura 12:

P1.3: Em transações de média ou elevada especificidade, com **facilidade na mensuração**, mas **dificuldades na transmissão de informação**, a possibilidade de apropriação é intensificada e a integração vertical (hierarquia) passa a ser a estrutura mais eficiente para coordenar a transação.

Figura 12 – Estágio 3 de análise: sub proposição P1.3.



Além disso, ressalta-se ainda, de acordo com o *framework* apresentado, que essas estruturas de governança são sustentadas pelos mecanismos de garantia vigentes na transação, os quais tem relação também com o nível de especificidade de ativos e disponibilidade de informação (BARZEL, 2001; 2005). No mercado, os mecanismos vigentes são a relação do tipo *caveat emptor*, leilões, relação contratual (clássica) e reforço do Estado. Por sua vez, na estrutura híbrida, a relação contratual é também reforçada pela relação de longo prazo e pelo reforço do Estado, garantindo os atributos especificados em contrato. Por fim, na hierarquia, o direito de propriedade é reforçado pelo *enforcement* interno (poder de *fiat*) e pelo Estado, através da relação de emprego, por exemplo (Barzel, 2001).

Isso posto, a partir dessas proposições, propõe-se que a organização da transação pode ser mais eficiente quando orientada pelo olhar complementar entre a ECT e a ECM, especialmente quando se insere a transmissão da informação, além da especificidade de ativos e da mensuração, na escolha pela integração vertical ou estrutura híbrida. Sendo assim, a **tese** deste trabalho propõe que:

As discussões de eficiência devem considerar o grau de **especificidade de ativos** e as condições da **mensuração** e da **transmissão** da informação, visando ao alinhamento na **coordenação** e à garantia de **direitos de propriedade** entre os agentes na transação.

Por fim, assim como se observa pela teoria, esses dois caminhos se originam nas discussões de custos de transação e se dividem em dois braços interdependentes (Williamson, 1985). Ainda que diversos trabalhos se dediquem a compreender essa relação, o presente estudo buscou contribuir com essa discussão demonstrando que esses dois caminhos podem convergir nas discussões de eficiência da transação, considerando, de um lado, a proteção contra comportamento oportunista e custos de negociação e renegociação – tratados pela ECT – e, de outro lado, a garantia dos direitos econômicos de propriedade, em uma perspectiva de maximização de valor, tratada pela ECM, conforme se demonstra pelas proposições teóricas, sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Proposições: coordenação envolvendo a ECT e a ECM.

ECT	ECM	Autores	Proposições	Sub proposições	Esquema de análise
<p>A eficiência da transação se dá pelo alinhamento entre as estruturas de governança e os atributos da transação. O olhar para a economia dos custos de transação, com foco na especificidade de ativos é o fator principal da ECT, mas não é o único fator importante na organização da transação.</p>	<p>A especificidade de ativos é apenas mais uma característica de atributos difíceis de se mensurar e sujeitos à captura de renda em domínio público. Na presença da mensuração, existem outras soluções para o problema da captura de quase-renda além da integração vertical, tratada pela ECT. As decisões de fazer ou comprar podem ser discutidas considerando, de um lado o grau de especificidade de ativos presente, e, por outro lado, os aspectos da mensuração.</p>	<p>Williamson (1985); Barzel (2001; 2005); Zylbersztajn (2018).</p>	<p>P1: A eficiência na transação se estabelece tanto em função, principalmente, da especificidade de ativos (ECT) quanto em função da mensuração e da transmissão de informação (ECM).</p>	<p>P1.1: Em transações de média ou elevada especificidade, com dificuldades na mensuração, a integração vertical (hierarquia) é a estrutura mais eficiente para coordenar a transação.</p> <p>P1.2: Em transações de média ou elevada especificidade, com facilidade na mensuração e na transmissão de informação, a estrutura híbrida é a mais eficiente para coordenar a transação.</p> <p>P1.3: Em transações de média ou elevada especificidade, com facilidade na mensuração, mas, dificuldades na transmissão de informação, a possibilidade de apropriação é intensificada e a integração vertical (hierarquia) passa a ser a estrutura mais eficiente para coordenar a transação.</p>	<p style="text-align: center;">Esquema de análise</p> <p style="text-align: center;">AMBIENTE INSTITUCIONAL</p> <p>Níveis de análise: 1 – Estruturas de governança – Mercado/Híbrida/Hierarquia. 2 – Mecanismos de <i>enforcement</i> – Múltiplos <i>enforcers</i>.</p> <p>*Nesse caso, pode ocorrer de parte da informação ser mensurável e parte não. A parte mensurável, então, é garantida pelo Estado. A parte não mensurável precisa de outros mecanismos, como a relação de longo prazo, confirmando que a informação é sempre incompleta, como prevê a ECM.</p>
Tese:					
As discussões de eficiência devem considerar o grau de especificidade de ativos e as condições da mensuração e da transmissão da informação, visando ao alinhamento na coordenação e à garantia de direitos de propriedade entre os agentes na transação.					

Fonte: autora com base no referencial teórico.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral do trabalho foi compreender como a especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina. Por ser um objetivo compreensivo, foram utilizados métodos de pesquisa qualitativos, os quais se baseiam no estudo do campo empírico, a partir da orientação teórica adotada pela pesquisa. Por sua vez, visando a contribuir com a teoria e com os SAGs estudados, esse olhar teórico-empírico foi orientado pelas proposições teóricas e pela tese deste trabalho.

3.1. NATUREZA, TIPO E RECORTE DE PESQUISA

Alinhado aos seus objetivos geral e específicos, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, com recorte temporal transversal. Assim sendo, buscou apresentar e caracterizar os dados da realidade para, posteriormente, fornecer informação e conhecimento, conforme Richardson (2012) estabelece. Ademais, sendo uma pesquisa descritiva, objetivou fornecer conhecimentos acerca do fenômeno estudado, considerando suas especificidades e principais características (Triviños, 2007).

Ao se considerar o recorte temporal da pesquisa, optou-se pelo recorte do tipo transversal, no qual a coleta de dados é realizada em um período específico, a partir de representantes selecionados e pertencentes ao SAG estudado (Richardson, 2012). Neste estudo, este recorte foi adotado, uma vez que se planejou compreender a coordenação, nas transações entre produtores e processadores do SAG de carne bovina, sendo que a coleta de dados foi iniciada em 2023, com dados secundários, e se estendeu até o final de 2024, com a obtenção de dados primários, após a aprovação pelo comitê de ética¹⁰ da UEM (CEP/UEM). Sendo assim, o objeto de pesquisa desta tese foi o SAG de carne bovina, enquanto a unidade de análise da pesquisa foi a transação entre os agentes, seguindo os moldes da ECT e da ECM.

Dado que esta foi uma pesquisa qualitativa, os métodos de coletas de dados devem ser se aproximar ao máximo da realidade, podendo envolver observação, entrevistas e documentos como sons, e-mails, álbuns e outras formas. De acordo com Creswell (2007), os dados da pesquisa qualitativa envolvem as informações contidas em texto, palavras ou imagens. Por definição, considera-se, que a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa, uma vez

¹⁰ Projeto aprovado pelo CEP/UEM – CAAE: 77994924.5.0000.0104.

que se objetiva a interpretação dos dados por parte do pesquisador (Creswell, 2007). Assim, os métodos de coleta de dados utilizados nesta tese são explorados, a seguir.

3.2. DADOS E INSTRUMENTOS DE COLETA

Para atender ao seu objetivo compreensivo, a coleta de dados aconteceu em duas etapas, considerando dados primários e dados secundários. De acordo com Richardson (1999), os dados primários são definidos como os dados nos quais o pesquisador estabelece relação de trabalho direta com o campo empírico, desde a coleta, descrição e análise dos resultados. Por sua vez, os dados secundários envolvem informações nas quais o pesquisador não estabelece relação de trabalho direta com o campo, mas sim, os adquire a partir de outros estudos científicos publicados, ou de informações contidas em documentos, jornais, revistas ou bancos de dados (Minayo, 2008).

Sendo assim, na primeira etapa deste trabalho, foram coletados dados secundários para identificar a coordenação vigente no SAG e caracterizar os atributos das transações entre produtores e processadores desse sistema agroindustrial. Tais dados foram coletados durante o ano de 2023, a partir de trabalhos científicos publicados entre os anos de 2018 e 2023, a partir de pesquisas nas bases científicas *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo* e *Google Scholar*. Os critérios de seleção para esses estudos foram: a. descrever o SAG de bovinos no Brasil; b. descrever os atributos da transação, considerando a especificidade de ativos, as incertezas e a frequência; c. discutir as estruturas de governança e mecanismos de garantia vigentes no SAG; d. considerar a influência da mensuração na coordenação dos sistemas agroindustriais. A partir desses critérios, foram selecionados 23 trabalhos, os quais foram lidos e as informações encontram-se descritas na seção 4.

Em conjunto com esses estudos, foram considerados dados publicados em relatórios emitidos por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, foram ainda observados os relatórios publicados por entidades relacionadas ao sistema agroindustrial, como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/ESALQ/USP).

Por sua vez, na segunda etapa desta pesquisa, foram coletados os dados primários, envolvendo o olhar dos segmentos produtor e processador sobre as eficiências e deficiências da coordenação, objetivando atender aos dois últimos objetivos específicos do estudo e operacionalizar o *framework* teórico-analítico. Para tanto, a coleta de dados foi por meio de

entrevistas semiestruturadas com produtores e processadores (frigoríficos e cooperativas) de carne bovina, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Para Triviños (2007), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados, que utiliza um roteiro contendo questionamentos a partir de teorias ou hipóteses, as quais se relacionam ao tema da pesquisa. Ademais, essa ainda é considerada semiestruturada, porque é orientada por um roteiro com as perguntas principais, que podem ser alteradas, subtraídas ou acrescidas de novas perguntas, de acordo com as demandas, no momento da entrevista (Manzini, 1990).

Para este estudo, foram elaborados dois roteiros de pesquisa, sendo que um se destina à coleta de dados com produtores e outro se destina às entrevistas com os processadores. Por objetivar a convergência dos dados, ambos roteiros apresentam as mesmas perguntas, sendo apenas adaptado à realidade de cada agente. Essas perguntas estão contidas no Quadro 2 e foram divididas de acordo com os objetivos da pesquisa e categorias de análise, orientados pelas proposições teóricas e tese já apresentadas. Os roteiros de pesquisa encontram-se disponibilizados, na íntegra, nos apêndices A (roteiro para produtores) e B (roteiro para processadores).

Quadro 2 – Roteiro de entrevistas de acordo com os objetivos do estudo.

Objetivos da pesquisa	Categorias de análise	Roteiro de entrevistas
<p>Caracterizar a especificidade de ativos e como acontecem os processos de mensuração e de transmissão da informação nas transações entre produtores e processadores do SAG de carne bovina, nos termos do <i>framework</i> proposto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mensuração; • Transmissão de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Além do peso, o que é medido para determinar a qualidade do animal e da carne? Quem mede? Todas essas características são pagas pelo frigorífico? Valorizam algo que é diferente dos outros processadores? Diferencia por boi, novilha, vaca? • O que é considerado para desconto do preço? Isso é formalizado ou combinado na negociação? • É fácil ou difícil de se realizar essa medição? O que é fácil e o que é difícil medir? • O custo é alto ou baixo? É fácil por que tem alguma tecnologia empregada? Ou é difícil por que exigiria algum custo? Tem problema? • Como/quando acontecem essas medições? Qual a influência disso no preço pago, tem um percentual? • Essa medição acontece mais de uma vez? Se sim, em quais situações e por quê? Quem pode fazer? • Quando identificam problemas que afetam a qualidade da carne, o que acontece? Quem fica responsável pelas perdas? • Existem casos em que não precisa conferir se as características do animal entregue foram medidas adequadamente? Quais? (Relação de longo prazo?) • Você recebe as informações sobre a medição e pagamento do processador? Por quais meios? Como isso influencia suas decisões de investimento na atividade? • Quando você as recebe? Antes ou depois da formalização do pagamento? • Essa informação permite novas negociações ou é apenas para conferência? Essas informações influenciam em futuras vendas? • Você compreende facilmente as informações que recebe? • Já existiram discordâncias quanto às informações apresentadas? Se sim, como resolveram? • Quais informações o comprador precisa para comercializar que só você tem? Tem problema?
<p>Analisar como o grau de especificidade de ativos, a mensuração e as condições de transmissão da informação contribuem para a coordenação e para a proteção dos direitos de propriedade envolvidos na negociação entre produtores e processadores do SAG de carne bovina.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Especificidade de ativos; • Mensuração; • Transmissão de informação; • Estruturas de governança; • Mecanismos de <i>enforcement</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> • Quais características diferenciam os animais que você vende/compra? Tem uma raça de preferência do comprador? • A distância entre as propriedades e os frigoríficos influencia na negociação? • Depois que você fecha a venda, quando você entrega os animais? Caso mude essa data combinada, pode afetar a qualidade e o preço? • Precisa de um comprador/ produtor específico? • Caso o processador/ produtor deixe de comprar/vender de você, qual seria o impacto causado? Quais os custos apareceriam? Perderia a qualidade da carne para uma segunda negociação? • Existem alternativas de venda? Quais? • E se você parar de vender/comprar, eles encontram facilmente outro produtor/processador com características semelhantes ao seu produto? • Em uma escala de 0 a 10, o quanto você se considera dependente do processador? • Foi realizado algum investimento para a produção de acordo com exigências dos processadores, além dos estabelecidos pela lei? • Por que você vende sempre para o mesmo processador? Tem algum motivo? • Como é feita a negociação para aquisição? É rápido ou demorado? Sempre foi dessa forma? Por qual motivo é assim? (M;H;IV) • Essas aquisições são formalizadas ou são informais? Toda vez que vai vender tem que negociar? Quando é a primeira compra, o que leva em consideração? • Como é o sistema de pagamentos? (Peso vivo ou peso morto?) • Como/quando é feito o pagamento? Com qual periodicidade? Como isso foi estabelecido? • Quantas vezes, por ano, acontece essa negociação e a venda dos animais? • O tempo vendendo para o mesmo frigorífico influencia como na negociação? (RLP; reputação) • Quais garantias vocês têm na negociação? Quem garante? Como os aparatos legais auxiliam nisso? (Estado; contrato; RLP; marcas; reputação). • Já aconteceram problemas de quebra dos acordos? Quais os motivos? Como resolveram? • Já deixou de vender para algum processador? Se sim, por quais motivos? • Algum processador já deixou de comprar de você? Se sim, por quais motivos? • Quais problemas normalmente acontecem na compra e na venda? • O quanto o valor acordado na negociação pode mudar para mais ou para menos? Por quais motivos? • O que faz para garantir que você esteja recebendo um valor adequado, de acordo com a qualidade da carne e do animal? A forma de negociação (formal ou informal) te ajuda nisso?

Fonte: autora.

Ademais, buscando compreender as eficiências e deficiências da coordenação, orientado pelo olhar das teorias, objetivou-se realizar a coleta de dados com os produtores e processadores pertencentes à mesma transação, quando possível. Nesta pesquisa, a coleta de dados foi realizada tanto de forma presencial quanto à distância, dependendo da disponibilidade dos entrevistados, dado que na pesquisa qualitativa, o pesquisador tem como opções conduzir o roteiro de perguntas presencialmente, por telefone ou utilizando grupos focais (Creswell, 2007). Ao todo foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas com produtores e processadores do SAG de carne bovina.

Desse total, foram realizadas 8 entrevistas presenciais, sendo que algumas aconteceram nas dependências da UEM, e 20 entrevistas à distância, por telefone ou vídeo chamada,

considerando a localização e a preferência dos participantes. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos a 1 hora e, com o consentimento dos entrevistados, foram gravadas e, posteriormente, transcritas para a interpretação e análise dos resultados. Apenas 3 participantes não consentiram a gravação, mas a entrevista aconteceu normalmente e os dados foram registrados, por meio de anotações da pesquisadora. Para a proteção dos dados de identificação, cada participante foi codificado conforme consta na seção de descrição dos resultados, em seguida, as entrevistas foram transcritas em documentos de texto e analisadas no *software* Atlas.ti.

Ao se considerar que na pesquisa qualitativa o enfoque é o aprofundamento e a compreensão do fenômeno, conforme Minayo (2008) afirma, nesta pesquisa, os sujeitos de pesquisa foram selecionados por acessibilidade ou conveniência, na medida em que se conseguiu a aceitação dos agentes para participar das entrevistas. Além disso, a seleção dos entrevistados seguiu os seguintes critérios: para o produtor, produzir gado para abate, atuando, ao menos, na etapa de engorda dos animais e venda para abate; para o processador, atuar na compra de animais para abate e negociação com pecuaristas.

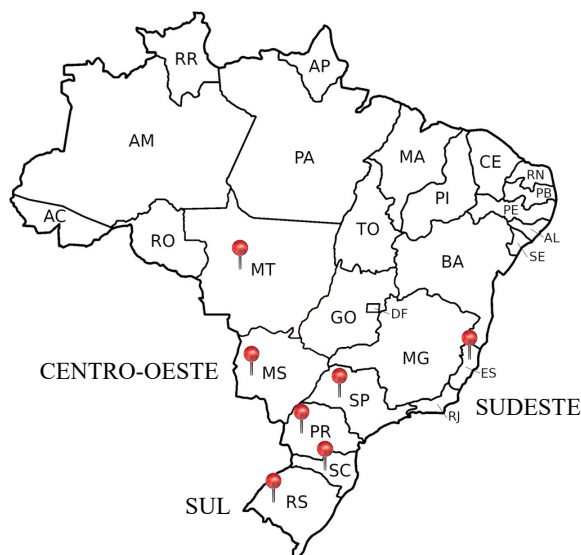
Por fim, a quantidade de entrevistas realizadas foi definida seguindo o critério de obtenção de regularidades na informação obtida, conforme indicado por Merriam (1998) e Gaskell (2002). Tal critério estabelece que conforme as informações obtidas nas entrevistas passarem a ser recorrentes, sem o surgimento de novas categorias, o pesquisador pode considerar que os dados coletados se aproximam o máximo da perspectiva da população, na realidade. A partir desses critérios estabelecidos e da aprovação no comitê ética da UEM, a coleta de dados primários se estendeu até o final de 2024.

Dessa forma, o estudo contou com a participação de 28 representantes do SAG de carne bovina, no Brasil. Desses, 20 são produtores de carne bovina e 8 são processadores, divididos entre frigoríficos e cooperativas de abate. Objetivando a heterogeneidade dos dados e a operacionalização do *framework* teórico-empírico, não foi definida, inicialmente uma única região para a aplicação da pesquisa. O contato inicial com os participantes foi por meio de indicação de outros pesquisadores, de conhecidos e dos próprios participantes.

A partir do contato inicial, as entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade e aceite dos agentes em participar da pesquisa, desde que esses se enquadrassem nos critérios previamente definidos. Nesse caso, foram selecionados produtores e processadores de carne bovina pertencentes à região Sul, localizados nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, à região Centro-Oeste, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e à região

Sudeste, nos estados de São Paulo e Espírito Santo, conforme se identifica na Figura 13. Cada um desses participantes é caracterizado na seção destinada à descrição dos resultados.

Figura 13 – Identificação das regiões participantes da pesquisa.



Fonte: autora com base em dados do IBGE.

3.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A etapa de análise e a interpretação dos dados coletados seguiu os critérios definidos pela Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). De acordo com Vieira e Zouain (2005), esse tipo de análise é importante nos estudos qualitativos porque busca compreender os significados contidos nas mensagens, indo além e se dedicando a entender aquilo que está implícito nos discursos. É, portanto, um método de análise que se conduz a partir de descrições sistemáticas, interpretando as mensagens e contribuindo para um nível de compreensão para além da leitura comum (Moraes, 1999).

Buscando operacionalizar essa análise, Bardin (2011) estabelece três fases principais para sua execução: “a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2011, p. 124). Sendo assim, a análise deste estudo foi dividida seguindo essas três fases indicadas pela literatura.

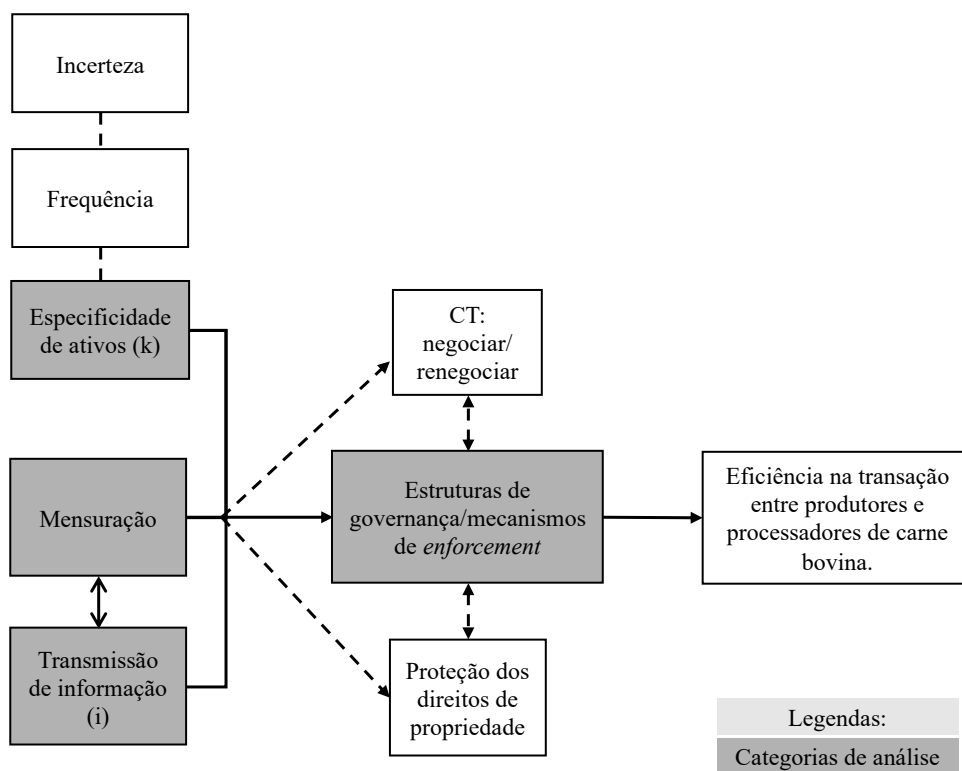
A **pré-análise** é a primeira etapa a influenciar na obtenção dos resultados, a partir dos dados coletados no campo empírico. Essa é a fase de organização, que tem como foco sistematizar e operacionalizar as ideias iniciais da pesquisa. Envolve a decisão sobre quais documentos serão considerados no estudo, a formulação dos objetivos e de categorias que irão fundamentar a interpretação final do pesquisador. É nesse momento que também acontece a

preparação dos instrumentos de coleta de dados, o planejamento do registro dos dados e a forma com que eles serão armazenados e caracterizados (Bardin, 2011). Nesta pesquisa, o problema teórico, a descrição das particularidades do campo empírico, os objetivos do estudo, as proposições teóricas, o *framework* teórico-analítico e a tese foram elaborados nessa fase inicial e orientaram as próximas etapas, que se relacionam ao trabalho de campo, à coleta de dados primários e à interpretação dos principais resultados e conclusões.

Na segunda fase, denominada por **exploração do material**, foram realizados os procedimentos de codificação, decomposição ou enumeração dos dados coletados. Para Bardin (2011), a codificação do texto é importante porque estabelece as razões pelas quais se analisam os conteúdos, definindo como esses serão analisados e contribuirão com o estudo. Para tanto, essa etapa prevê a escolha de categorias de análise, as quais reúnem grupos de elementos com características em comum, denominadas a partir de um título genérico. Conforme se define pelo método, essas categorias podem ser definidas previamente pelo pesquisador e podem ser acrescidas de novas categorias que surgirem durante a coleta dos dados (Bardin, 2011).

Neste estudo, para atender ao objetivo analítico da pesquisa, as categorias de análise emergiram da tese e do *framework* teórico-analítico proposto, com o objetivo de operacionalizar e aprofundar a discussão sobre os conceitos da ECT e da ECM, bem como do seu último objetivo específico (analítico). Dessa forma, as categorias estabelecidas para orientar a análise e interpretação dos dados são: especificidade de ativos; mensuração; transmissão de informação; estruturas de governança e mecanismos de *enforcement*. Essas categorias se apresentam na Figura 14, que descreve o racional estabelecido considerando a eficiência na transação entre produtores e processadores de carnes bovina, a partir dos caminhos da governança e da mensuração.

Figura 14 – Categorias de análise da pesquisa.



Fonte: autora.

Considerada como a última etapa da análise, **o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação** devem ser o foco de toda investigação qualitativa, produzindo inferências válidas, a partir de induções sobre os dados coletados (Bardin, 2011). Sendo assim, para apresentar as inferências da análise, na presente pesquisa, as entrevistas foram gravadas com a permissão dos participantes, os dados foram posteriormente transcritos em documentos do *Microsoft Word*, categorizados e codificados com o auxílio do *software* Atlas.ti. Por fim, foi feita a interpretação das informações, apresentando as inferências obtidas considerando a triangulação entre: a. os dados primários, fornecidos pelas entrevistas; b. os dados secundários, coletados previamente; c. as proposições teóricas e a tese considerando os caminhos da governança e da mensuração.

3.4. DEFINIÇÕES CONSTITUTIVAS E OPERACIONAIS

De acordo com Kerlinger (2000), as definições constitutivas são definidas pelo conceito teórico das categorias de análise, previamente estabelecidas e determinadas de acordo com o referencial teórico definido no trabalho. Além disso, para que essas sejam efetivas na análise dos resultados, devem estar acompanhadas de suas definições operacionais, as quais são consideradas como uma tradução do conceito teórico para o campo empírico, conferindo

significado prático ao teórico e detalhando as atividades necessárias para se identificar as definições constitutivas durante a coleta de dados.

Na pesquisa científica, essas definições funcionam como instruções, que auxiliam o pesquisador a acessar a realidade estudada (Kerlinger, 2000). Em outras palavras, as definições constitutivas se referem aos conceitos chave, derivados da teoria, que orientam a análise e obtenção dos dados empíricos. Já as definições operacionais funcionam como a tradução desses conceitos para a realidade do objeto estudado, explicando como a teoria se aplica ao estudo do tema proposto. Nesta tese, as definições constitutivas e operacionais das categorias de análise orientaram a elaboração dos roteiros de entrevistas e foram base para a análise dos resultados, de acordo com as proposições e a tese. Essas são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias de análise: definições constitutivas e operacionais

Categorias de análise	Definições constitutivas	Definições operacionais
Especificidade de ativos	Considerada como o grau em que um ativo pode ser realocado para uma segunda transação, sem que ocorra a diminuição de seu valor. (WILLIAMSON, 1991).	Possibilidade de perda de valor para a negociação com outros agentes e critérios específicos que dificultem a compra ou a venda de outros agentes.
Mensuração	A mensuração é considerada como uma forma de quantificar a informação, mas, é sujeita a erros e quanto maior a variabilidade do ativo, maior a dificuldade em acessar as informações sobre o mesmo. Quanto maior a dificuldade para se mensurar esses atributos, mais custosa é a mensuração e mais difícil será a proteção dos direitos econômicos transacionados (BARZEL, 1997).	Identificação das características do produto, que são valorizadas e medidas, bem como as dificuldades de realização (técnicas e de processo) e variabilidades, que os agentes ficam sujeitos durante a transação e que afetam o valor final do produto negociado.
Transmissão de informação	A transmissão de informação se refere ao compartilhamento de informação entre os diferentes estágios do sistema produtivo, é a transferência da informação gerada pela mensuração de um segmento a outro (BARZEL, 2001). A informação é custosa para se produzir e existem dificuldades também na transmissão da informação aos agentes envolvidos na transação (BARZEL; 1997; 2005).	Dificuldades associadas ao registro e compartilhamento de informações na transação, a confiabilidade da informação transmitida, além do seu efeito no valor do produto e a qualidade da informação para beneficiar a negociação.
Estruturas de governança	Por estrutura de governança, entende-se como “o quadro institucional, no qual a integridade da transação é estabelecida” (WILLIAMSON, 1979, p. 235, tradução nossa). As estruturas de governança se dividem em mercado, híbrida ou hierarquia e cada uma dispõe de forças e fraquezas que, alinhadas aos atributos da transação, justificarão a escolha da forma mais eficiente para coordenar as transações (WILLIAMSON, 2002).	É o arranjo escolhido entre as partes para realizar a negociação e a compra e venda entre os agentes. Essa pode ser realizada por meio de parcerias, relações de mercado, contratos tácitos ou formais, acordos entre produtores e processadores e iniciativas de integração vertical.
Mecanismos de enforcement	São as formas variadas de garantir ou fazer valer os direitos sobre o ativo transacionado, são as salvaguardas ou a proteção para os erros da mensuração e para os problemas de informação inerentes à transação (BARZEL, 1982; 2005). Esses podem ser: contrato, leilão, compra de risco, relação de longo prazo, integração vertical ou múltiplas garantias (contrato e relações de longo prazo, amparados pela estrutura legal).	Formas de proteção disponíveis ou escolhidas para as partes, para obter garantias sobre o valor dos ativos nas transações e negociações, considerando os processos para mensuração e transmissão de informação. Essas garantias podem ser formalizadas, informais (relacionamento), reputação e marca, internalizadas ou estarem sujeitas a acordos antes ou após a transação.

Fonte: elaborado pela autora, a partir do referencial teórico.

3.5. CONFIABILIDADE E VALIDADE DA PESQUISA

Assim como nas ciências naturais, na pesquisa social, a busca pelo descobrimento das verdades do mundo real também é o principal objetivo. Entretanto, diferente das pesquisas naturais, a pesquisa social não conta com a força dos testes numéricos para se aferir a confiabilidade e a validade da pesquisa (Oliveira; Piccinini, 2009). Ainda assim, de acordo com Oliveira e Piccinini (2009), a pesquisa social conta com o rigor dos métodos adotados e o comprometimento com a construção do conhecimento científico, os quais são os elementos principais para demonstrar a confiabilidade e a validade da pesquisa qualitativa.

Ademais, Merriam (1998) destaca a importância da adequação e veracidade dos instrumentos de coleta, das técnicas utilizadas para a análise de dados, e do grau de relação entre os resultados e conclusões com os dados coletados no campo empírico. Ao se tratar da confiabilidade dos dados, considera-se, a coerência entre os dados coletados e os resultados e conclusões do estudo, principalmente. Visando garantir essa coerência, a autora estabelece que a confiabilidade pode ser alcançada por meio de técnicas como a posição do pesquisador, a triangulação dos dados e o auxílio de auditorias (Merriam, 1998).

Sendo assim, neste estudo, a busca pela confiabilidade da pesquisa se deu por meio da triangulação de dados, como já mencionado, considerando a combinação e o confronto entre os dados primários, os dados secundários e o referencial teórico. Além disso, foi também utilizada a técnica voltada para a posição do pesquisador, por meio da qual se buscou descrever, detalhadamente, o percurso metodológico adotado para o planejamento, coleta, análise dos dados e interpretação dos principais resultados e conclusões. Por sua vez, essa descrição detalhada visa a contribuir também para a validade da pesquisa, através de uma densa descrição do fenômeno estudado (Merriam, 1998).

De acordo com Kvale (1995), a validade da pesquisa qualitativa pode ser expressa em todos os momentos nos quais o pesquisador a desenvolve, desde a problematização inicial do tema – usando de coerência teórico-empírica – até a verificação e decisão de quais elementos são relevantes para serem discutidos e apresentados como resultados. Conforme o autor descreve, a validade é considerada enquanto validade interna e validade externa. A primeira se refere ao grau em que os resultados traduzem a realidade estudada, enquanto a segunda se refere à possibilidade de replicação dos resultados da pesquisa, por outros estudos futuros (Merriam, 1998).

Para Oliveira e Piccinini (2009), uma das vertentes para a validade na pesquisa qualitativa é a validade transacional, por meio da qual se objetiva um processo interativo entre o pesquisador e os dados coletados. O objetivo da validade enquanto processo transacional é o alcance do maior nível de correspondência possível entre os resultados da pesquisa e o que se apresenta na realidade. Para isso, o pesquisador pode se utilizar de técnicas que o possibilitem corrigir possíveis enganos durante a análise dos dados primários e secundários, diminuindo possíveis vieses na pesquisa. Essas técnicas se dividem em duas principais: triangulação dos dados, que também garante a confiabilidade da pesquisa, e a consulta aos entrevistados, a fim de se validar os resultados e conclusões advindos da análise dos dados (Oliveira; Piccinini, 2009).

Acompanhadas dessas técnicas, Merriam (1998) ainda estabelece que a validade interna pode ser alcançada considerando outros fatores como: observação no longo prazo; exame pelos pares; participação colaborativa de pesquisa e vieses do pesquisador. Nesta pesquisa, conforme já explicitado, a validade interna foi obtida considerando a triangulação dos dados, a qual também visa garantir a sua confiabilidade. Ademais, a validade interna também foi obtida considerando a avaliação por pares, além da busca pela convergência de dados coletados a partir das visões dos dois agentes envolvidos na mesma transação (produtores e processadores).

Por fim, ao se considerar a validade externa, Merriam (1998) ressalta que, por se tratar de um estudo qualitativo, em que se busca compreender um fenômeno particular em profundidade, a replicação e generalização dos resultados é limitada, quando se compara com estudos quantitativos. Ainda assim, para aumentar a possibilidade de os resultados de um estudo qualitativo possuírem também validade externa, duas estratégias principais podem ser adotadas: descrição densa e rica; tipicidade e categoria modal (Merriam, 1998). A descrição densa e rica busca fornecer o máximo de informações possíveis para que os leitores compreendam a execução do estudo e decidam se esse pode contribuir para seus futuros estudos. Por sua vez, por meio da tipicidade e categoria modal, buscou-se descrever tipicamente os métodos adotados e os resultados alcançados, de modo que os futuros leitores possam fazer comparações com seus próprios estudos. Além disso, ao se considerar a afirmação de Vieira e Zouain (2005) de que uma teoria forte pode dar validade a um trabalho qualitativo, as bases teóricas adotadas permitem ratificar sua validade.

Nesta pesquisa, a validade externa foi obtida a partir de uma descrição densa e minuciosa a respeito do tema estudado, do objeto de pesquisa e das principais contribuições teóricas, considerando as teorias da ECT e da ECM. De forma particular, considera-se que a

discussão teórica desta pesquisa pode atingir validade externa, uma vez que os conceitos e considerações sobre a especificidade de ativos, mensuração e transmissão de informação podem ser a base teórica para pesquisas em diversos setores, para além do sistema agroindustrial caracterizado no presente estudo. Em conjunto com essa descrição, as categorias de análise foram descritas de modo que se permite sua transferência e replicação para outros estudos.

Além disso, ainda que carregue a densidade teórica da ECT e da ECM, o *framework* teórico-analítico proposto é genérico, permitindo a sua replicação, validação e discussão em outras pesquisas, com diferentes aplicações empíricas. Sendo assim, a confiabilidade e a validade interna e externa desta pesquisa foram monitoradas utilizando as seguintes técnicas: triangulação de dados; posição do pesquisador; avaliação por pares; descrição densa e minuciosa; e tipicidade e categoria modal. Destaca-se ainda que, o uso do *software* Atlas.ti para a codificação e análise dos dados também contribuiu para esse processo, ao facilitar a identificação das convergências entre as informações apresentadas pelos entrevistados.

Por fim, a validade da pesquisa se justifica ao se considerar que esse método contempla a estrutura mínima indicada por Augusto *et. al.* (2013), ao se tratar de pesquisas teórico-empíricas orientadas pela ECT. De acordo com os autores, para a melhor compreensão do fenômeno estudado, é necessário que as pesquisadas derivadas da ECT adotem ao menos um dos critérios apresentados no Quadro 4. Nesta pesquisa, identifica-se a presença da seguinte estrutura: pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, com abordagem teórico-empírica; recorte transversal; coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas e dados secundários em pesquisa bibliográfica; análise pelo método da Análise de Conteúdo.

Quadro 4 - Aspectos metodológicos para orientação de pesquisas qualitativas envolvendo a ECT.

Natureza	Tipo de pesquisa	Abordagem	Recorte	Métodos de coleta	Tipos de dados	Método de análise
Qualitativa	Exploratória	Teórico	Transversal	Entrevista	Primários	Análise de conteúdo
	Descritiva	Teórico-empírico	Longitudinal	Observação	Secundários	Análise de discurso
			Transversal com perspectiva longitudinal	Pesquisa documental ou bibliográfica	Primários e secundários	Outros
				Questionário		

Fonte: Augusto *et. al.* (2013, p. 761).

4. O SISTEMA AGROINDUSTRIAL (SAG) DE CARNE BOVINA

4.1. CONTEXTO GERAL

O SAG de carnes brasileiro é um dos mais competitivos do agronegócio nacional. Em 2017, esse sistema agroindustrial foi responsável por, aproximadamente, 31% do PIB do agronegócio, considerando os setores de carne bovina, suína e de frango (FGV, 2022). Especificamente, o SAG de bovinos apresentou um movimento financeiro de R\$ 913,14 bilhões, incluindo todos os negócios e movimentações relacionados à cadeia, desde valores dos insumos utilizados na pecuária, passando por investimentos em genética, sanidade animal, nutrição, exportações e vendas no mercado interno (ABIEC, 2022). Em 2023, a produção de carne bovina foi recorde, destacando-se o aumento na produtividade média por animal, devido a esses investimentos já destacados (CEPEA, 2023). Observa-se, portanto, que esse SAG tem importância tanto para os seus segmentos principais, quanto para os outros segmentos relacionados, os quais mantêm relações comerciais.

No contexto mundial, o Brasil se destaca como o segundo maior produtor de carne bovina, sendo responsável por 13 % da produção mundial. Nessa posição, o país fica somente atrás dos Estados Unidos (EUA), cuja produção representa 17% do total produzido no mundo. Ainda assim, o rebanho brasileiro é considerado o maior do mundo, somando, aproximadamente, 197 milhões de cabeças, o que representou 11% do rebanho mundial, em 2021, conforme se observa na Tabela 1 (ABIEC, 2022).

Tabela 1 – Maiores produtores e maiores rebanhos de carne do mundo, em 2021.

País	Rebanho bovino, considerando rebanho bubalino nos países de maior expressão - em milhões de cabeças	% do rebanho mundial	Produção de Carne Bovina, considerando carne bubalina nos países de maior expressão (1000 TEC.)	% da produção mundial
EUA	91,99	5,49%	12.703,34	17,87%
Brasil	196,47	11,72%	9.714,25	13,66%
China	91,78	5,47%	6.748,08	9,49%
Argentina	54,66	3,26%	3.010,56	4,23%
Índia	305,40	18,22%	2.421,59	3,41%
Paquistão	92,14	5,50%	2.243,94	3,16%
México	36,41	2,17%	2.122,31	2,98%
Austrália	24,47	1,46%	2.120,49	2,98%
Rússia	17,97	1,07%	1.636,11	2,30%
França	17,96	1,07%	1.432,86	2,02%
Turquia	18,42	1,10%	1.115,19	1,57%
Uzbequistão	13,28	0,79%	960,61	1,35%
Colômbia	28,51	1,70%	751,77	1,06%
Paraguai	14,16	0,84%	566,71	0,80%
Outros	672,97	40,14%	71.100,35	33,13%
Total	1.676,59	100%	71.100,35	100%

Fonte: ABIEC, 2022, p. 47.

Somado a essa posição, conforme os dados da Tabela 2, o Brasil é considerado o maior exportador de carne bovina do mundo, exportando, em média, 2500 toneladas de carne, sendo

esse valor 25% do que foi produzido no país, em 2021. Após do volume de exportação nacional, a Austrália é considerada a segunda maior exportadora, seguida dos EUA, com volumes de exportação de 1.416,9 e 1.709,9 toneladas, respectivamente, no mesmo ano (ABIEC, 2022).

Tabela 2 – Maiores exportadores de carne bovina do mundo, em 2021.

Exportação e Produção Mundial de Carne Bovina e Bubalina (1000 TEC.)				
Ranking 2021	Exportações	Produção (1.000 tec.)	Importações	Exportação sobre Produção + Importação
Brasil	2.478,2	9.714,2	78,4	25,3%
Austrália	1.416,9	1.837,5	20,9	76,2%
EUA	1.709,9	12.699,0	1.508,8	12,0%
Índia	1.278,8	2.421,6	0,0	52,8%
Argentina	823,7	3.010,6	8,4	27,2%
Nova Zelândia	688,1	718,9	9,9	94,4%
Países Baixos	660,7	420,2	464,4	74,6%
Polônia	640,4	556,0	47,4	106,1%
Irlanda	651,7	614,5	36,0	100,1%
Canadá	624,4	1.500,8	214,0	36,4%
Uruguai	558,0	614,1	31,0	86,5%
Alemanha	374,5	1.097,2	468,9	23,9%
Paraguai	500,0	554,8	3,3	89,6%
México	340,4	2.121,0	194,5	14,7%
França	279,0	1.415,3	305,4	16,2%
Espanha	255,4	688,8	129,3	31,2%
Bélgica	200,1	261,7	98,3	55,5%
Bielorrússia	187,3	335,1	11,3	54,0%
Nicarágua	177,6	159,8	1,0	110,4%
Reino Unido	173,2	885,0	378,9	13,7%
Itália	170,4	793,9	395,9	14,3%
Áustria	163,9	228,0	61,3	56,6%
Outros	953,0	28.680,3	10.838,6	2,4%
Total	15.305,6	71.328,2	15.305,6	21,4%

Fonte: ABIEC, 2022, p. 48.

Além disso, de acordo com os dados da Tabela 3, observa-se que os principais destinos da carne brasileira exportada são China, Hong Kong, Estados Unidos, Chile e União Europeia, sendo que a China adquiriu 39% desse volume exportado, também em 2021 (ABIEC, 2022).

Tabela 3 – Principais destinos da carne brasileira exportada, em 2021.

Países	Volume (toneladas)	Volume (%)
China	723.656	39,20%
Hong Kong	219.933	11,91%
Estados Unidos	138.783	7,52%
Chile	110.567	5,99%
União Europeia	77.266	4,19%
Egito	72.968	3,95%
Emirados Árabes Unidos	49.487	2,68%
Filipinas	46.350	2,51%
Arábia Saudita	40.059	2,17%
Paraguai	39.799	2,16%
Outros	327.375	17,73%
Mundo	1.846.243	100%

Fonte: ABIEC, 2022, p. 61.

Por sua vez, quando se consideram os dados de consumo, o Brasil é o terceiro maior consumidor de carne bovina no mundo, ficando atrás dos Estados Unidos e da China. Em 2021,

foram consumidas no Brasil, aproximadamente, 7.314,4 toneladas de carne, sendo o consumo per capita de 34,4 kg por habitante, ao ano. Já nos EUA, o consumo per capita foi de 37,8 kg por habitante e na China de 6,8 kg por habitante, entretanto, o consumo total do país foi de 9.591,1 toneladas e o consumo total dos EUA de 12.497,9 toneladas, no mesmo ano (ABIEC, 2022).

No Brasil, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram, juntas, os maiores rebanhos do país. De acordo com dados da ABIEC (2024), a região Centro-Oeste concentrou, ao final de 2024, um rebanho de, aproximadamente, 65.000.000 de cabeças de gado. Na região Sudeste, identificou um rebanho de, aproximadamente, 34.000.000 de cabeças de gado, enquanto na região Sul, um rebanho de 20.000.000 de cabeças de gado (ABIEC, 2024). Ainda assim, de acordo com dados do mesmo relatório, é na região Norte que se identifica o maior rebanho nacional com, aproximadamente 50.000.000 de cabeças de gado. De forma particular, no Brasil, o estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste, é o líder na criação de gado, com um valor aproximado de 32,4 milhões de cabeças – 14,4% do rebanho nacional. Em segundo lugar, o estado de Goiás, na mesma região, representa 10,8% do rebanho brasileiro (IBGE, 2022).

Conforme a Tabela 4, considerando os estados participantes da pesquisa, observa-se que, em MS, ES, SP, PR e RS, a maior parte do rebanho do estado (acima de 50%) é destinado exclusivamente à pecuária de corte. Somente em SC, a criação de gado exclusivamente para corte represente 34%, de modo que a pecuária tem maior representatividade em outros segmentos, como o da pecuária leiteira, por exemplo. Nesse sentido, destaca-se que com a exceção de SC, os outros estados participantes da pesquisa trabalham, em maior proporção, exclusivamente com a cria, recria e engorda de animais para abate.

Tabela 4 – Tamanho do rebanho por estado brasileiro.

Estados	Rebanho em 2013 (cabeças)	Porcentagem do rebanho do Estado no total do Brasil em 2013 (%)	Rebanho estimado em 2023 (cabeças)	Participação do rebanho do Estado no total do Brasil (%)	Crescimento do rebanho nos últimos 10 anos (%)	Participação de animais exclusivamente destinados a corte por Estado em 2023 (%)	Rebanho com aptidão genética para corte em 2023	Participação de animais com aptidão para corte em 2023 (%)	Número de propriedades com bovinos (unidades)
Rondônia	9.875.607	5,69%	13.804.405	7,00%	39,78%	96,34%	13.682.223	99,11%	73.129
Acre	2.150.375	1,24%	4.148.949	2,10%	92,94%	98,01%	4.128.955	99,52%	22.649
Amazonas	1.259.012	0,73%	1.490.369	0,76%	18,38%	90,35%	1.455.567	97,66%	14.612
Roraima	684.429	0,39%	1.056.736	0,54%	54,40%	95,97%	1.046.427	99,02%	6.903
Pará	14.420.408	8,31%	20.133.156	10,21%	39,62%	92,34%	19.760.082	98,15%	97.769
Amapá	36.661	0,02%	24.854	0,01%	-32,21%	64,28%	22.706	91,36%	684
Tocantins	6.509.566	3,75%	9.352.176	4,74%	43,67%	89,88%	9.123.172	97,55%	50.451
Maranhão	5.445.839	3,14%	7.441.757	3,77%	36,65%	84,22%	7.157.668	96,18%	91.296
Piauí	1.434.525	0,83%	1.197.387	0,61%	-16,53%	88,91%	1.165.270	97,32%	70.480
Ceará	1.902.130	1,10%	2.352.009	1,19%	23,65%	46,62%	2.048.362	87,09%	114.714
Rio Grande do Norte	762.203	0,44%	991.943	0,50%	30,14%	51,57%	875.753	88,29%	39.150
Paraíba	1.055.807	0,61%	1.258.016	0,64%	19,15%	54,55%	1.119.728	89,01%	82.761
Pernambuco	1.291.130	0,74%	1.881.154	0,95%	45,70%	43,93%	1.626.024	86,44%	107.939
Alagoas	789.184	0,45%	956.463	0,49%	21,20%	46,67%	833.080	87,10%	42.300
Sergipe	891.742	0,51%	962.630	0,49%	7,95%	62,40%	875.078	90,90%	43.783
Bahia	8.218.196	4,73%	11.440.831	5,80%	39,21%	83,86%	10.994.147	96,10%	297.894
Minas Gerais	19.672.608	11,33%	21.015.215	10,66%	6,82%	54,95%	16.263.410	77,39%	385.488
Espírito Santo	1.658.534	0,96%	2.047.357	1,04%	23,44%	80,19%	1.949.277	95,21%	33.128
Rio de Janeiro	1.992.083	1,15%	2.223.048	1,13%	11,59%	73,40%	2.080.016	93,57%	32.273
São Paulo	8.372.674	4,82%	8.418.280	4,27%	0,54%	75,06%	7.517.058	89,29%	107.255
Paraná	8.438.727	4,86%	6.505.678	3,30%	-22,91%	54,19%	4.596.706	70,66%	170.296
Santa Catarina	3.744.663	2,16%	3.949.662	2,00%	5,47%	34,18%	2.623.085	66,41%	132.522
Rio Grande do Sul	11.513.545	6,63%	9.581.142	4,86%	-16,78%	67,07%	8.011.967	83,62%	261.717
Mato Grosso do Sul	19.581.547	11,28%	16.044.534	8,14%	-18,06%	98,36%	15.980.770	99,60%	54.931
Mato Grosso	24.429.674	14,07%	29.215.448	14,82%	19,59%	98,61%	29.117.131	99,66%	92.723
Goias	17.377.779	10,01%	19.627.537	9,95%	12,95%	75,76%	18.132.741	92,38%	126.100
Distrito Federal	63.221	0,04%	55.986	0,03%	-11,44%	68,97%	17.370	31,03%	1.468
BRASIL	173.571.868	100,00%	197.176.715	100,00%	13,60%	81,03%	182.203.773	92,41%	2.554.415

Fonte: ABIEC, 2024, p. 47.

4.2. AMBIENTE INSTITUCIONAL

Quando se consideram as restrições presentes no SAG de carnes bovina, observa-se que essas podem estar associadas tanto a restrições formais, quanto a restrições informais, ratificando North (1990) e Williamson (2000). No caso do regramento formal¹¹ vigente nesse sistema agroindustrial, foram identificados decretos, leis, e instruções normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023), conforme se observa no Quadro 5.

¹¹ O regramento formal vigente pode ser acessado na biblioteca dos [Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade \(RTIQ\)](#) dos Produtos de Origem Animal, regulados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Quadro 5 – Regramento formal vigente no SAG de carne bovina.

Regramento formal	Objetivo
Portaria nº 612, de 05 de outubro de 1989	Aprovar o Novo Sistema Nacional de Tipificação de Carcaças Bovinas.
Instrução normativa nº 83, de 21 de novembro de 2003	Aprovar os regulamentos técnicos de identidade e qualidade de carne bovina em conserva (<i>corned beef</i>) e carne moída de bovino.
Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017	Regulamentar a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
Instrução normativa nº 17, de 29 de maio de 2018	Aprovar o Regulamento Técnico sobre a identidade e requisitos de qualidade que deve atender o produto carne temperado, na forma desta Instrução Normativa.
Instrução normativa nº 92, de 18 de setembro de 2020	Dispor sobre a Identidade e os Requisitos de Qualidade do Charque, da Carne Salgada Curada Dessecada, do Miúdo Salgado Dessecado e do Miúdo Salgado Curado Dessecado.
Portaria SDA nº 664, de 30 de setembro de 2022	Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de carne moída.
Portaria SDA nº 723, de 23 de dezembro de 2022	Aprovar o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade para carne maturada de bovino.

Fonte: autora com base no regramento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2023).

No geral, essas regras estão voltadas tanto para a padronização das carcaças comercializadas, quanto para os padrões sanitários e de qualidade da carne bovina. Além disso, observam-se casos específicos associados à diferenciação e qualidade dos ativos transacionados, como é o caso das instruções normativas (IN) e portarias referentes à regulamentação de qualidade do charque, carne salgada curada dessecada, carne bovina em conserva, carne moída e carne maturada. Considera-se, portanto, que o ambiente institucional formal define regras que influenciam na qualidade do produto comercializado, as quais, por sua vez, influenciam na coordenação da transação envolvendo os diversos segmentos desse sistema agroindustrial (North, 1990; Williamson, 2000).

Ademais, observa-se que o regramento informal também influencia na coordenação desse SAG, sendo esse associado principalmente às exigências de qualidade pelo mercado consumidor (Caleman; Zylbersztajn, 2012; Shanoyan; Bankuti; Colares-Santos, 2019). Dada essa exigência, o SAG de carnes é, atualmente, dividido de acordo com os níveis de qualidade produzidos e exigidos, os quais, por sua vez, influenciam também na especificidade de ativos e nos mecanismos de coordenação adotados. Ademais, considera-se também a presença de restrições impostas pelas certificações, exercidas por uma terceira parte envolvida nas transações entre produtores e processadores de carnes com qualidade diferenciada, conforme se discute a seguir (Guimarães *et. al.*, 2020).

4.3. COORDENAÇÃO DO SAG

Como se observa, o SAG de bovinos tem sido objeto de muitos estudos ao longo dos anos. Em 1998, Siffert Filho e Faveret Filho descreveram esse SAG a partir de suas características de diversidade e descoordenação. Existe diversidade de raças, de sistemas de criação, de condições sanitárias de abate e de formas de comercialização, além de baixa estabilidade nas transações entre criadores, frigoríficos, atacadistas e varejistas. Nesse estudo, os autores observaram que a coordenação das transações era inteiramente via mercado, sendo que os produtores tinham vantagens na negociação, dada a possibilidade de reter os animais no pasto. Por outro lado, a diferenciação dos produtos era baixa e o pecuarista que investia em maior qualidade (novilho precoce) não recebia nenhum valor a mais na negociação (Siffert Filho; Faveret Filho, 1998).

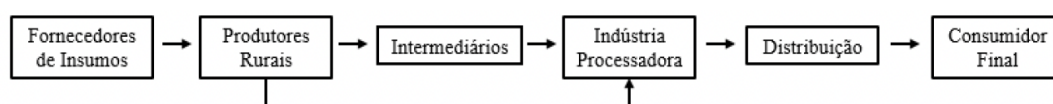
Mais de 20 anos depois, estudos mais recentes têm identificado mudanças nas transações desse SAG, especialmente envolvendo os segmentos produtor e processador. Essas mudanças, em grande parte, foram impulsionadas pelo crescente apelo por carnes de maior qualidade, o que exigiu também uma reformulação nas relações verticais do sistema agroindustrial (Shanoyan; Bankuti; Colares-Santos, 2019). Dessa forma, observa-se que existe também uma multiplicidade e diversidade na coordenação das transações, a qual envolve desde estruturas simples de mercado até estruturas mais complexas (integração vertical), no caso da comercialização de carnes com elevados níveis de qualidade (Guimarães *et. al.*, 2020; Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019).

Nesse caso, o SAG de carne bovina é dividido em subsistema convencional, com menor exigência de qualidade, e subsistema diferenciado, com maiores níveis de qualidade exigidos (Guimarães *et. al.*, 2019; Santos *et. al.*, 2019). Esses dois subsistemas se diferenciam em termos de especificidade de ativos e estruturas de governança adotadas. Entretanto, ambos apresentam falhas de coordenação, especialmente quando se consideram os problemas associados à dependência bilateral, especificidade de ativos, incertezas, frequência, custos de mensuração, transmissão de informação e formação dos preços pagos ao produtor na negociação com os processadores (Souza; Souza, 2020; Pereira *et. al.*, 2022).

No subsistema convencional, a cadeia produtiva é composta por fornecedores de insumos, produtores, intermediários, processadores – abatedouros e frigoríficos, distribuidores (açougues, supermercados, mercearias, boutiques de carne) e consumidor final, conforme se observa pela Figura 15. Nesse sistema, a venda do gado pode ser feita de forma direta entre o produtor e a indústria de processamento, ou por meio de intermediários. Esses, por sua vez,

podem ser um comprador ligado à determinada indústria (que recebe comissão pela venda) ou um profissional autônomo – que representa diversas agroindústrias e estabelece uma relação de confiança com o produtor, recebendo comissão tanto do produtor quanto da indústria. Ou ainda, pode existir também a figura de um “*marchand*”, que compra o animal do produtor, abate em um frigorífico terceirizado e vende a carne no varejo (Caleman; Zylbersztajn, 2012; Guimarães *et. al.*, 2020).

Figura 15 – Segmentos do subsistema convencional da pecuária bovina de corte



Fonte: Guimarães *et. al.*, 2020, p. 12.

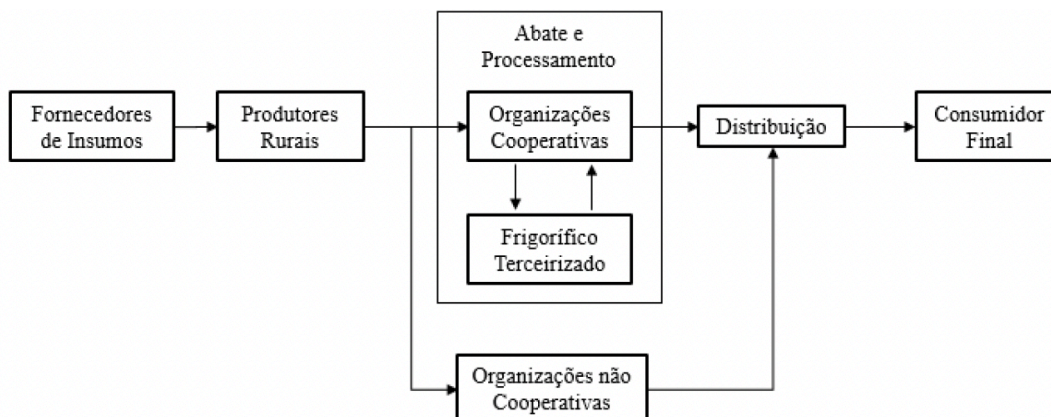
Além disso, nesse subsistema, os preços são geralmente definidos pela indústria processadora, de acordo com as variações de mercado, obedecendo às leis de oferta e demanda (Caleman; Zylberstajn, 2012). Assim como Santos *et. al.* (2021) destacam, nesse subsistema, o investimento em qualidade na propriedade rural é, em muitos casos, prejudicado, dado que os produtores nem sempre têm garantias de que receberão pelo valor investido. Sendo assim, a especificidade de ativos não é elevada, e os padrões de qualidade se referem aos requisitos mínimos exigidos pelo regramento formal presente no SAG, como dimensões de peso, preço e quantidade, facilmente verificáveis e mensuráveis (Caleman; Sproesser; Zylbersztajn, 2008).

Somado a esse contexto, conforme Guimarães *et. al.* (2020) destacam, a carne bovina é um ativo multidimensional, carregando dimensões de valor como couro, vísceras, ossos, cor, gordura, marmoreio, sanidade animal, dentre outros. No subsistema convencional, essas dimensões não são avaliadas e nem negociadas na transação entre produtores e processadores, abrindo espaço para a captura de valor por um dos lados da transação. Ademais, observam-se ainda problemas relacionados à assimetria de informação entre os agentes, além de maior potencial para riscos advindos dos problemas de informação, especialmente no caso de produtores com menor investimento em qualidade (Oliveira *et. al.*, 2019; Shanoyan; Bankuti; Colares-Santos, 2019).

Por sua vez, o subsistema diferenciado é composto por mais estágios, para além dos já caracterizados no subsistema convencional, conforme se observa na Figura 16. Nesse sistema, a comercialização do gado entre o produtor e a indústria pode envolver organizações cooperativas, frigoríficos terceirizados e organizações não cooperativas. Além disso, dadas as exigências por maior qualidade, esses sistemas contam com certificações de terceira parte para

reforçar os acordos estabelecidos entre os agentes (Caleman; Sproesser; Zylbersztajn, 2008; Guimarães *et. al.*, 2020).

Figura 16 – Segmentos do subsistema diferenciado da pecuária bovina de corte



Fonte: Guimarães *et. al.*, 2020, p. 18.

Quando se considera a especificidade de ativos, Caleman e Zylbersztajn (2011) ressaltam que, nesse sistema, investimentos específicos são realizados para cumprir com as exigências de diferenciação e padrões de qualidade. A especificidade de ativos se eleva e as dimensões de valor do ativo passam a envolver fatores como acabamento de gordura, cor, sabor, textura, idade, peso, homogeneidade do lote, condições físicas da carcaça e estresse do animal (Caleman; Zylbersztajn, 2009; Guimarães, *et. al.* 2020). Nessas condições, os custos de mensuração também se elevam, uma vez que nem todas essas dimensões são facilmente observáveis, sendo observados custos *ex ante* e *ex post* a transação, a depender das dimensões consideradas (Pereira *et. al.*, 2022). Sendo assim, conforme Oliveira *et. al.* (2019) afirmam, os riscos advindos dos problemas de informação continuam presentes, assim como no subsistema convencional.

Por outro lado, no subsistema diferenciado, as transações deixam de ser coordenadas via mercado (*spot*) e passam a ser coordenadas por uma variedade de estruturas (Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019). Conforme Guimarães *et. al.* (2020) ratificam, dada a complexidade desse subsistema, não existe um padrão de coordenação e as transações acontecem envolvendo desde alianças estratégicas (horizontais e verticais), sistemas certificados, contratos formais e informais, até a integração vertical (Siffert Filho; Faveret Filho, 1998; Caleman; Sproesser; Zylbersztajn, 2008; Galuchi; Mozambani; Batalha, 2019; Guimarães *et. al.*, 2020).

Por fim, observa-se que não existe uma padronização quando se considera a coordenação no SAG de bovinos. Entretanto, predomina um crescente movimento em busca de

diferenciação e aumento nos padrões de qualidade. Nesse sentido, conforme Souza e Souza (2020) afirmam, independentemente da estrutura de coordenação adotada, os agentes que detém de mais informações no momento da transação, têm mais condições para proteger seus direitos de propriedade, sendo menos expostos aos riscos de captura de valor, especialmente na transação envolvendo ativos de elevada especificidade, como é o caso da carne bovina.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, cumprindo com os objetivos geral e específicos deste trabalho, são detalhados, inicialmente, os participantes da pesquisa. Em seguida, são apresentados os dados primários, de acordo com as categorias de análise e de modo a atender ao segundo objetivo específico. Por fim, é apresentada a análise e discussão dos resultados, com base no *framework* teórico-analítico e nas proposições do estudo, de forma a se cumprir o último objetivo específico e discutir as proposições e a tese da pesquisa.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

5.1.1. Produtores do SAG de carne bovina

Para a coleta de dados primários, foram entrevistados 20 produtores de gado de corte, sendo responsáveis, preferencialmente, pela etapa de engorda dos animais e venda para abate. Esses produtores são codificados de P01 até P20 e se apresentam no Quadro 6, agrupados de acordo com a localização das propriedades, as quais se localizam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Conforme se observa no Quadro 6, foram entrevistados: 8 produtores da Região Sul, localizados nos Estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS); 8 produtores da região Sudeste, sendo 7 produtores do Estado de São Paulo (SP) e 1 do Espírito Santo (ES); 4 produtores da região Centro-Oeste, todos localizados no Estado do Mato Grosso do Sul (MS).

Ressalta-se que, alguns desses produtores possuem propriedades em outros estados, no entanto, para fins de padronização, foi considerada a localização da propriedade principal. Nesse caso, todos os produtores engordam os animais e vendem dentro do mesmo estado. De acordo com os entrevistados, isso acontece por contarem com frigoríficos próximos, para economizarem em impostos na venda e para evitarem o transporte dos animais em longas distâncias.

Em relação ao tempo de atuação na atividade, em média, os participantes atuam há mais de 20 anos nesse setor, sendo que o mais novo está há 4 anos e os mais antigos estão há mais de 40 anos na atividade. Seguindo um dos critérios de seleção para o estudo, todos os produtores são responsáveis, ao menos, pela etapa de engorda dos animais. No entanto, a maioria deles é responsável pelo ciclo completo: cria, cria e engorda. A maioria dos entrevistados vende para apenas 1 frigorífico e atua no segmento diferenciado de produção, sendo que a pecuária de corte é considerada a principal fonte de renda da propriedade – acima de 50%. Além disso, seguindo outro critério de seleção do estudo, todos esses produtores realizam a venda para frigoríficos,

de modo que nenhum é responsável pelo abate, com exceção do produtor P20. Nesse caso, o produtor terceiriza o abate para um frigorífico e vende a carcaça desossada diretamente para açougues de sua região.

Quadro 6 – Produtores de carne bovina participantes da pesquisa.

Produtores						
Código (P)	Localização	Tempo na atividade (anos)	Etapa de produção	Tamanho propriedade (ha)	Tamanho do rebanho (cabeças)	Representação da pecuária na renda total (%)
Região Sul: Paraná; Santa Catarina; Rio Grande do Sul						
P01	PR	4	Engorda	968	235	10%
P10	PR	36	Cria/Recria/Engorda	484	1000	90%
P15	SC	40	Cria/Engorda	121	1.500	20%
P16	RS	10	Cria/Recria/Engorda	600	500	65%
P17	RS	10	Cria/Recria/Engorda	600	300	100%
P18	PR*; MS	15	Cria/Recria/Engorda	121	700	100%
P19	PR	25	Cria/Recria/Engorda	2.420	4.000	80%
P20	PR	6	Engorda	3,63	120	100%
Região Sudeste: São Paulo; Espírito Santo						
P05	SP	34	Recria/Engorda	1.016	1.000	50%
P06	SP	40	Recria/Engorda	49	100	100%
P07	SP*; MT	40	Cria/Recria/Engorda	170	3.000	70%
P08	SP	3	Cria/Recria/Engorda	121	500	30%
P09	SP	40	Recria/Engorda	4.000	58.000	70%
P11	SP	50	Recria/Engorda	250	400	50%
P12	ES*; MA; PA	20	Cria/Recria/Engorda	968	12.000	100%
P13	SP*; MT	20	Engorda	242	1.500	30%
Região Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul						
P02	MS	30	Cria/Recria/Engorda	980	1.000	100%
P03	MS	12	Cria/Recria/Engorda	1.600	1.800	100%
P04	MS	35	Cria/Recria/Engorda	8.000	12.000	100%
P14	MS	56	Recria/Engorda	1.694	200	40%

*Localização principal

Fonte: autora.

Por fim, ao se observar o tamanho das propriedades, houve um equilíbrio entre pequenas, médias e grandes propriedades, sendo essas distribuídas pelas três regiões consideradas pelo estudo. Dentre elas, destacam-se as maiores propriedades (acima de 1000 hectares): 1. P19, localizada no Paraná, com 2.240 hectares e 4.000 cabeças de gado; 2. P05, com 1.016 hectares e 1.000 cabeças de gado e P09, com 4.000 hectares e 58.000 cabeças de gado, localizadas em São Paulo; 4. P03, com 1.600 hectares e 1.800 cabeças de gado e P04,

com 8.000 hectares e 12.000 cabeças de gado, localizadas em Mato Grosso do Sul. Ainda assim, mesmo em propriedades menores, encontram-se grandes rebanhos criados em confinamento, como é o caso dos produtores P10, P15, P07, P13 e P02. Embora não possa ser deduzido para toda a cadeia, pelo grupo de entrevistados, pode se concluir que existe uma maior concentração de produtores que dependem, quase que na sua totalidade, da produção bovina, nas regiões de MS e PR, quando comparados com o estado de São Paulo.

5.1.2. Processadores do SAG de carne bovina

Neste estudo, visando a garantir a heterogeneidade dos dados, foram ouvidos ainda 08 processadores de carne bovina, sendo esses representados por 6 frigoríficos e 2 cooperativas de abate, conforme se observa pelos dados do Quadro 7. Esses participantes são codificados entre F01 e F08, sendo 5 localizados na região Sul, 2 na região Sudeste e 1 na região Centro-Oeste, alguns com outras plantas de abate no Brasil.

Quadro 7 - Processadores de carne bovina participantes da pesquisa.

Processadores (Frigoríficos/Cooperativas)									
Código (F)	Localização (região)	Tipo	Tempo na atividade (anos)	Volume de abates diário (cabeças)	Número de produtores fornecedores	Produção própria? (%)	Abrangência territorial (Compra e venda)	Exportação	Percentual exportado
F01	Sul	Frigorífico	40	200	800	Não	PR; SP	Sim	5%
F02	Sudeste	Frigorífico	21	100	1.000	Sim (10%)	SP	Não	(-)
F03	Sul	Cooperativa	3	40	70	Não	PR	Não	(-)
F04*	Centro-Oeste	Frigorífico	70	34.000	70.000	Sim	Global	Sim	(-)**
F05	Sul	Cooperativa	21	100	214	Não	PR; SP	Não	(-)
F06	Sudeste	Frigorífico	21	960	8.000	Sim (30%)	SP; MS; PR; MT; MG; GO	Sim	4%
F07	Sul	Frigorífico	19	12	3 (cria)	Sim (100%)	PR; SP	Não	(-)
F08	Sul	Frigorífico	19	850	10.000	Sim (30%)	PR; MG; SP; RJ; RS; SC	Sim	80%

*F04: dados gerais envolvendo outras plantas de abate.

**dados não informados pelos participantes.

Fonte: autora.

Com exceção do participante F03, que atua no segmento há 3 anos, todo o restante está, em média, há 20 anos na atividade, sendo os mais antigos os frigoríficos F01, F02, F04, F05 e F06. No geral, com exceção do frigorífico F01, que atua no segmento convencional, todo o restante atua ou no segmento diferenciado ou nos dois segmentos. Além disso, os frigoríficos F01, F04, F06 e F08 trabalham também com a exportação para a China, principalmente.

Destaca-se, ainda, que o participante F02 trabalha há mais de 20 anos como corretor na compra de gado para frigoríficos, além de possuir o próprio frigorífico.

Dentre esses entrevistados, destacam-se os frigoríficos F01 e F04, com o maior tempo de atuação, sendo 40 anos e 70 anos, respectivamente. Em particular, o frigorífico F04, conta com produção própria, além da compra de produtores, e é responsável também pelo maior volume de abates, apresentando o volume de abate diário de 34.000 cabeças de gado em todas as suas plantas. Além disso, esse frigorífico trabalha com, aproximadamente 70.000 produtores distribuídos por todos os estados brasileiros, conta com 33 filiais em diferentes estados e atende mais de 300.000 clientes nos segmentos convencional e diferenciado, exportando parte de sua produção para países como Estados Unidos, Uruguai, China, Canadá, dentre outros.

Seguido desse frigorífico, outros 2 participantes apresentam alto volume de abate: F06; F08. O frigorífico F06, trabalha há 21 anos na atividade e abate, aproximadamente, 960 cabeças de gado, diariamente. Esse participante estabelece relação de compra e venda com 8.000 produtores e tem 30% de produção própria, atuando nos segmentos convencional e diferenciado. Além disso, esse frigorífico distribui a carne em mais de 10.000 pontos comerciais e exporta uma pequena parte (4%) de sua produção para a China.

Por sua vez, o frigorífico F08, atua na atividade há 19 anos e abate, diariamente, em média, 850 cabeças de gado, comprando de, aproximadamente, 10.000 produtores, sendo responsável também por 30% da sua produção. Diferente do processador F06, esse frigorífico tem apenas 1 planta de abate e não conta com filiais, mas possui mais de 100.000 clientes distribuídos em diversos Estados do Brasil. No entanto, diferente dos outros entrevistados, esse frigorífico destina 80% de sua produção para a China, Estados Unidos, Chile, Uruguai, Rússia, Canadá e outros. Além deles, destaca-se a participação de 2 cooperativas de abate (F05 e F03), sendo que a F05 já atua no mercado há mais de 20 anos e a F03 atua no mercado há 3 anos. Ambas estabelecem relação de compra e venda com um número menor de produtores, em média 100 produtores, e não contam com produção própria. Atuando no segmento diferenciado, não trabalham com exportação e distribuem a carne dentro do mesmo estado.

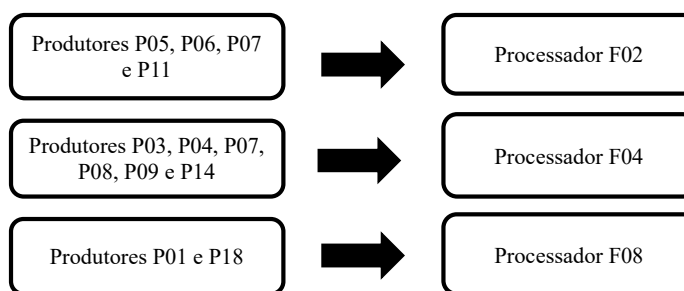
Por fim, destaca-se o entrevistado F07, que é responsável por 100% de sua produção. Esse processador trabalha com as raças Wagyu e Angus e cruzamento entre essas duas raças. Esse é um caso particular, em que o participante fornece os embriões, terceiriza a etapa da cria para produtores parceiros e internaliza as etapas de recria, engorda, processamento e distribuição, para consumidores finais e varejo. O abate é realizado em um frigorífico terceirizado e são vendidas as peças de carne já embaladas. Esse processador atua no segmento

diferenciado, vende a carne para, aproximadamente, 38 clientes (restaurantes, hotéis e consumidores finais) e não trabalha com exportação.

5.1.3. Produtores e processadores na mesma transação

Considerando o olhar de eficiência da transação e objetivando a convergência entre os dados coletados, foram entrevistados agentes pertencentes à mesma transação, buscando ouvir produtores e processadores que comercializam o gado de corte entre si. Foram entrevistados, portanto, 12 produtores e 3 processadores que participam da mesma transação, conforme se observa na Figura 17. Na região Sudeste, os produtores P05, P06, P07 e P11 vendem os animais para abate no frigorífico F02. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, os produtores P03, P04, P07, P08, P09 e P14 vendem para o frigorífico F04, de abrangência nacional. Por fim, os produtores P01 e P18 vendem para o frigorífico F08, da região Sul.

Figura 17 – Transação entre produtores e processadores entrevistados.



Fonte: autora.

5.2. COORDENAÇÃO DA TRANSAÇÃO ENTRE PRODUTORES E PROCESSADORES DO SAG

Seguindo a proposta do *framework* teórico analítico, os participantes da pesquisa foram divididos em três grupos, considerando, inicialmente, o grau de especificidade de ativos. Isso se justifica ao se considerar que, para Williamson (1991), quanto maior o grau de especificidade, maiores serão os riscos de comportamento oportunista, menor o valor do ativo em uma segunda transação e maiores os custos de transação. Sendo assim, para a divisão dos participantes, foram considerados os seis tipos de especificidade definidos por Williamson (1996) e a possibilidade de perda de valor para uma segunda transação, conforme os pressupostos da ECT. Destaca-se ainda que, de modo geral, as especificidades temporal e locacional estão presentes em todas as transações.

Conforme exposto pela maioria dos entrevistados, a distância entre as propriedades e os frigoríficos é um fator importante (especificidade locacional), de modo que, em muitos casos,

os frigoríficos somente compram de propriedades distantes quando se justifica a compra pela qualidade dos animais. Por sua vez, a especificidade temporal foi identificada ao se considerar que, quando os animais já ganharam peso suficiente e estão prontos para o abate, o ganho em cobertura e acabamento de gordura não muda muito e a alimentação se torna somente um custo, sem retorno, conforme a fala do produtor P04: “não muda a qualidade, mas muda o nosso custo. Ele vai comer uma ração, alguma coisa e começa a ficar caro para nós, porque não ganha o peso para pagar aquela ração”.

Além disso, para a maior parte dos participantes, a incerteza, notadamente nos aspectos ambientais, conforme discute Williamson (1991), é um fator presente em todos os grupos e está relacionada aos fatores ambientais, que têm efeito sobre o custo com a alimentação dos animais, e ao valor da arroba praticado pelo mercado. Esse último tem efeito principalmente na negociação das transações em baixa e média especificidade, dado que o valor da arroba muda diariamente e influencia nas negociações de compra e venda entre o produtor e o processador, em todas as regiões participantes do estudo. De acordo com a maioria dos entrevistados, a negociação acontece com base no valor da arroba praticado no mercado, que é derivado da lei de oferta e demanda, principalmente. Nesse valor, dependendo dos casos, podem haver diferenciações – bonificações ou penalizações – a partir das características de qualidade (peso, idade, raça e cobertura de gordura) observadas na compra.

A especificidade de ativos, identificada por Williamson (1991), como o mais importante atributo, neste estudo permitiu a divisão dos grupos em baixa, média e elevada especificidade, considerando a capacidade de adaptação dos agentes na transação. De forma particular, **no primeiro grupo**, são apresentados produtores e processadores com baixa especificidade de ativos, conforme se observa pelos Quadros 8 e 9, respectivamente. Nesse grupo, destaca-se, além das especificidades já indicadas, apenas a especificidade de marca, associada à raça dos animais criados pelos produtores. Com exceção do produtor P03, todos os outros trabalham com animais das raças Nelore e Angus, predominantemente. No entanto, conforme os próprios entrevistados indicam, são animais de raça, mas são criados de modo a atender a qualidade mínima padrão exigida atualmente pelo mercado. Ou seja, não são animais de descarte, com uma qualidade inferior, mas são animais que apresentam somente as características básicas para se conseguir uma boa negociação: peso e cobertura de gordura.

Quadro 8 – Grupo de produtores: baixa especificidade de ativos.

Baixa especificidade (Produtores)*						
Participantes	Raça	Sistema de pagamento	Mensuração	Transmissão de Informação	Estrutura de Governança	Mecanismos de Garantia
P03	Sem raça específica	Peso morto	Medição visual; peso; GMD; acompanhamento de abate	Relatório de Romaneio de abate	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; Marca; RLP
P06	Nelore	Peso vivo	Medição visual; peso	(-)	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP
P07	Nelore; Angus (Boi China)	Peso vivo e peso morto	Medição visual; peso; rastreabilidade	Relatório de Romaneio de abate (peso morto)	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; Estado (Notas Fiscais; Promissórias)
P08	Nelore; Angus	Peso morto	Medição visual; peso; dieta; acompanhamento de abate	(-)	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP
P12	Nelore	Peso morto	Medição visual; peso	Relatório de Romaneio de abate.	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP
P13	Nelore	Peso vivo	Medição visual; peso	(-)	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP
P16	Bradford	Peso morto	Medição visual; acompanhamento de abate	Relatório de Romaneio de abate.	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP
P17	Brangus	Peso morto	Medição visual; acompanhamento de abate	Relatório de Romaneio de abate.	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação
P19	Nelore; Angus; Brangus	Peso vivo	Medição visual; peso	(-)	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP

*Baixa especificidade: especificidade de marca (raça), que não gera perda de valor ao vender para outros agentes.

Fonte: autora.

Quadro 9 – Grupo de processadores: baixa especificidade de ativos.

Baixa especificidade (Processadores)*						
Participantes	Raça	Sistema de pagamento	Mensuração	Transmissão de Informação	Estrutura de Governança	Mecanismos de Garantia
F01	Sem raça específica	Peso vivo e peso morto	Medição visual; peso; exames pré-abate	Relatório de Romaneio de abate.	Mercado (recorrente)	<i>Caveat emptor</i> ; Reputação; RLP; Estado
F04	Nelore; Angus; Outros	Peso morto	Medição visual; peso; exames pré-abate; rastreabilidade; classificação de carcaça pós abate	Relatório de Romaneio de abate.	Mercado (recorrente)	Contrato de volume; Reputação; RLP

*Baixa especificidade: agentes que facilmente encontram produtores no mercado, sem um critério de seleção específico para a compra de gado.

Fonte: autora.

A baixa especificidade, nesse caso, não implica na produção de animais de baixa qualidade, mas sim, a produção de animais com um padrão mínimo de qualidade exigido para comercialização, conforme as falas dos entrevistados. Em concordância com estudos anteriores, como os de Guimarães *et. al.*, 2020 e Galuchi, Mozambani e Batalha, 2019, identificou-se, nas

entrevistas, que o mercado do boi passou por mudanças nos últimos anos, elevando o padrão mínimo de qualidade¹² exigido na compra e venda entre o segmento produtor e processador. Nesse sentido, produtores que não trabalham com animais dentro desse padrão mínimo exigido pelo mercado, peso e cobertura de gordura, apresentam cada vez mais dificuldades para conseguir uma boa negociação na venda, conforme a fala do produtor P06, no Quadro 10. Além disso, esses são produtores que afirmaram não perder valor caso necessitem negociar com outros agentes, justamente pela qualidade apresentada por seus animais. A fala do produtor P12, no Quadro 10, exemplifica essa posição.

Sendo assim, considerando o racional da ECT (Williamson, 1985), no caso desses produtores, a especificidade de ativos, associada à qualidade dos animais é um fator que facilita a negociação para uma segunda transação, sem que haja perda de valor, o que se estabelece como novo padrão de especificidade. Em outras palavras, a produção de um gado de qualidade foi considerada, pelos participantes desse grupo, como um fator que diminui a dependência do produtor no frigorífico, especialmente nos casos em que se possuem alternativas de venda na região. Pelo olhar da ECT, na baixa especificidade não existe perda de valor para uma segunda negociação (Williamson, 1985), justificando o enquadramento desses participantes nesse grupo.

Por sua vez, os processadores F01 e F04 se enquadram no grupo de baixa especificidade de ativos por comprarem animais sem algum critério específico de exclusão, como se observa pela fala do frigorífico F01, constante no Quadro 10, mas considerando o padrão mínimo de qualidade, já mencionado. De forma particular, o processador F04 se enquadra em baixa especificidade por aceitar tanto animais de raça, como Angus, por exemplo, quanto animais cruzados. Além disso, por ser um dos maiores frigoríficos do país, atualmente, absorve um grande volume de gado de diferentes regiões e diferentes padrões, não estabelecendo dependência do produtor na negociação, de modo que consegue negociar em uma segunda transação, sem que haja perda de valor. Ainda de acordo com os entrevistados, esse frigorífico é um dos responsáveis por formar o valor da arroba, negociado semanalmente, nas transações de compra e venda da carne bovina no país.

Quanto à estrutura de governança da transação entre produtor e processador, todos os agentes pertencentes a esse grupo adotam a estrutura de mercado, em busca de maior liberdade

¹² De acordo com os dados da pesquisa, o padrão mínimo de qualidade se refere ao peso mínimo aceitável pelo comprador e a observação da cobertura de gordura. Ou seja, são animais criados para o corte e não animais de descarte, como aqueles advindos da pecuária leiteira, por exemplo.

na negociação, o que se alinha à hipótese de alinhamento de Williamson (1985). Pelo lado do produtor, a maioria dos entrevistados informa vender para o frigorífico que oferece o melhor preço. As falas dos produtores P03, P07, P12 e P19, constantes no Quadro 10, ratificam essa posição. De forma semelhante, os frigoríficos desse grupo compram de todos os produtores disponíveis para a venda, em sua região, e não estabelecem relação de parceria ou exclusividade com algum deles. No entanto, para a maioria dos entrevistados nesse grupo, a relação de compra e venda se repete (frequência recorrente), geralmente, entre os mesmos agentes, conforme afirmação na fala do frigorífico F01, no Quadro 10. Assim, a baixa especificidade ratifica os pressupostos da ECT, levando a coordenação para o mercado, conforme explicitado por Williamson (1985).

Por sua vez, quando se considera a mensuração, nesse grupo de baixa especificidade, a medição de qualidade acontece, predominantemente, de forma visual, pela experiência adquirida tanto pelos produtores quanto pelos processadores, na maior parte dos casos. Além disso, é controlada a dieta e medido o peso dos animais, diariamente, e no momento da venda e embarque para o frigorífico. Considerando esses procedimentos, os processos de mensuração adotados nesse grupo são relativamente fáceis, para a maioria dos participantes, e acontecem a um baixo custo, como se exemplifica pela fala do produtor P13, no Quadro 10. Isso remete para um mecanismo de garantia do tipo *caveat emptor*, conforme discutido em Barzel (2005), mas que apresenta custos de mensuração. Nesse caso, uma prática frequentemente adotada pela maioria dos produtores é o acompanhamento do abate, nos casos em que o sistema de pagamentos se dá pelo peso morto, configurando custos com dupla mensuração, conforme indicado por Barzel (2005).

Mesmo nessa relação via mercado, com exceção dos produtores P06, P08, P13 e P19, todos os outros recebem o Relatório de Romaneio de Abate, com as informações sobre o tipo do animal (raça), maturidade (precocidade) e cobertura de gordura. Nesse SAG, a disponibilidade de informação pós-abate é atrelada, principalmente, ao sistema de pagamentos adotado pelos agentes. Nos casos em que se transacionam pelo peso vivo, os produtores não recebem informação pós-abate e o preço é formado pelo peso da balança no momento do carregamento dos animais. Já quando o sistema de pagamentos é formado pelo peso morto, a informação sempre é necessária, uma vez que o preço final é atrelado às condições de mensuração pós abate, conforme os participantes descrevem. Ainda assim, essa informação é somente para conferência e não permite renegociações, conforme as falas do frigorífico F04 e do produtor P16, no Quadro 10.

Ou seja, ainda que baixo, existe o custo de controle e medição diários, no momento da venda e durante o abate, configurando custos advindos de dupla mensuração para a garantia dos direitos de propriedade, conforme discutido em Barzel (2005), complementando a estrutura de governança pelo mercado. A fala do produtor P08, no Quadro 10 ratifica essa posição e exemplifica os problemas tradicionais desse SAG, advindos de conflitos históricos entre o segmento produtor e processador, já mencionados por Siffert Filho e Faveret Filho (1998), Galuchi, Mozambani e Batalha (2019) e Guimarães *et. al.* (2020). Além disso, mesmo com a disponibilização da informação, essa é somente para conferência e, dados esses problemas, não influencia na garantia dos direitos de propriedade. Nesse sentido, seguindo o racional da ECM, identifica-se a presença de custos advindos da busca por proteção de direito econômico pelos produtores por meio da dupla mensuração, dado que existem desconfianças de apropriação, conforme Barzel (2005) já discutia.

Em termos de garantias, as transações entre os agentes desse grupo se configuram como relações de risco tanto para o comprador, quanto para o vendedor, denominada pela ECM como a relação do tipo *caveat emptor* (Barzel, 2005). A fala do produtor P12, no Quadro 10, exemplifica essa posição. Para Barzel (2005), nesse tipo de relação, o vendedor mensura os ativos para evitar que sejam avaliados a um preço baixo e o comprador efetua a mensuração para evitar pagar um valor além do esperado. De acordo com a teoria, esse é o mecanismo mais simples e o risco é do comprador, que somente consegue mensurar o ativo durante o consumo, quando a transação não pode mais ser desfeita. No entanto, o risco não está na variação das dimensões, mas sim do não recebimento.

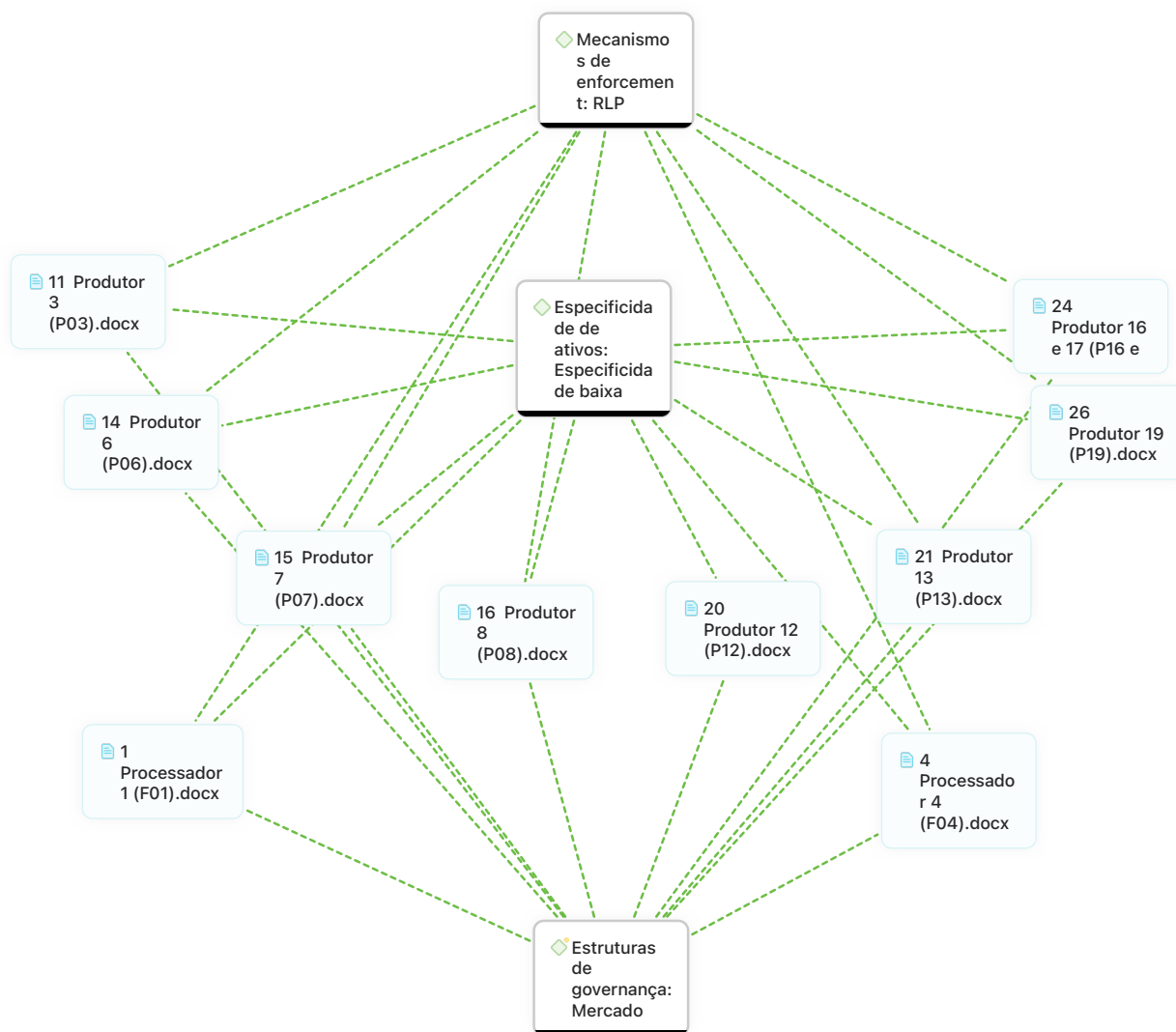
Assim, de acordo com a maioria dos entrevistados, nesse grupo, a relação *caveat emptor* é combinada com outros mecanismos de garantia, como uma forma de se proteger os direitos transacionados. Esses mecanismos são: relação de longo-prazo (RLP), dado que os agentes estabelecem uma relação de longos anos com seus compradores e vendedores; Estado, uma vez que os agentes reconhecem como garantias as Notas Fiscais de compra e venda; reputação e fortalecimento de marcas (fala dos produtores P06 e P10, no Quadro 10). Nesse caso, complementando a teoria de Barzel (2005), mesmo no mercado, em que se esperam mecanismos menos complexos, a relação *caveat emptor* se agrega a outros mecanismos caracterizando múltiplos *enforcers* para a garantia de recebimento do valor acordado.

Além disso, conforme a fala do produtor P03, não existe formalização nas transações, os acordos são verbais e, no máximo, formalizados por conversas em *WhatsApp*, sendo que a relação de longo prazo (RLP) é considerada como o principal mecanismo de garantia de

recebimento, pela maior parte dos participantes. Como exceção, é destacada a fala do frigorífico F04, que pode estabelecer, em alguns casos, contratos formais como um mecanismo de garantia. No caso desse participante, portanto, são identificados diferentes tipos de mecanismos de garantia e de estrutura de governança, dependendo, principalmente, do volume de animais comprados.

Sendo assim, nesse grupo, os agentes adotam de múltiplos *enforcers* para garantir o direito de propriedade transacionado, mesmo na estrutura de mercado. Pelo racional da ECM, é esperado que no mercado existam mecanismos menos complexos, como a relação *caveat emptor* (Barzel, 2005). No entanto, dados os problemas já descritos, os agentes tendem a buscar por mais mecanismos que auxiliem na proteção dos direitos de propriedade transacionados, notadamente para recebimento dos valores estabelecidos. Nesse sentido, conforme se observa na Figura 18, advinda do Atlas.ti, todos os entrevistados desse grupo identificam a RLP como um mecanismo de garantia (de recebimento) associado à estrutura de mercado, valorizando-se a recorrência da transação entre os agentes.

Figura 18 – Rede Atlas.ti: coordenação em baixa especificidade de ativos.



Fonte: autora.

Quadro 10 - Principais falas: participantes - baixa especificidade de ativos.

Baixa especificidade		
Participantes	Destaques	Categorias de análise
F01	"A nossa empresa não trabalha com grife. Quando a gente fala em raça, Angus, por exemplo, está na moda hoje e algumas empresas se especializaram nisso. A gente trabalha no mercado geral, bruto."	Especificidade de ativos
F04	"Então, hoje existe uma dependência dessa empresa, pelo tamanho que ela é. Os outros frigoríficos não absorveriam o volume de gado que existe dentro do estado."	
P06	"Não, consigo vender. Como a gente trabalhado com um gado de maior qualidade, não me atrapalha. Eu já vendi ele para outros lugares, não me atrapalhou. Mas é muito importante isso aí. A pessoa, se ela tiver um gado de boa qualidade, ela tem essa vantagem".	
P12	"Acha outra, a procura é muito grande. Se eles pararem de comprar, a gente vende para outro na mesma hora."	
F04	"Ela é visual. Tem uma pessoa que foi treinada por alguém lá. Já trabalhei dentro da indústria por quatro anos. Eu trabalhei dentro da indústria um tempo atrás, só que na minha época não existia isso, né? O gado passava normal, sem classificação de cobertura. Começou a classificação de cobertura pagando gratificação, ia aumentando o preço de acordo com a cobertura. Com o passar do tempo, essa classificação veio ao contrário, existe um preço base. Se ela dá a classificação ruim, você perde no preço base."	Mensuração
P08	"Antes de sair, eu peso na fazenda aqui, porque existem muitos, muitos frigoríficos roubam sim. Eu pesando aqui, eu sei quanto que vai dar ele morto."	
P13	"Só pesa na fazenda e é no olho, se tá mais gordinha ou mais magrinha."	
F01	"Sai no relatório. Existe um acerto para cada pecuarista, aparece o que foi avaliado e precificado em cada animal. [...] É suficiente, flui. Nunca tivemos um problema judicial por conta de negociação."	Transmissão da informação
F04	"Ela é mais para conferência. Ninguém é perfeito. As vezes ocorre de existir um erro no valor. Como a gente mexe com muito. Eu não confiro muito valores. Eu olho muito o peso, que é o que agrada o produtor. Já chegou de eu olhar o valor e ver que tá errado. Ai eu ligo lá na empresa e eles corrigem na hora. E já houve de o pecuarista me ligar, falar que ficou diferente do que foi combinado, ai eu ligo na empresa, converso. Até hoje, 100% dos erros foram corrigidos."	
P08	"Não, não manda. Se não tem reclamação é porque é o que já sabe."	
P13	"Não, nem quero saber, ai depois é problema dele. Se perguntar se o gado deu bom, nunca deu, uma quebrou uma coisa, sempre tem algum problema. Nunca ele vai falar que o gado tá bom, se ele falar que tá bom, ele sabe que eu vou querer cobrar mais na hora de vender."	
P16	"É uma conferência, geralmente não tem debate, é aquilo ali e acabou."	

Continua na próxima página [...]

Quadro 10 - Principais falas: participantes - baixa especificidade de ativos (continuação).

P03	"Hoje, uma das coisas que ajuda demais é que nós estamos no meio de oito grandes frigoríficos. Eu vendo pra todos eles. É lógico que eu tenho minhas preferências."	Estrutura de Governança
P07	[...] "Para quem paga mais. São as mesmas pessoas que a gente cota. E aí tem gente que já paga um pouco mais no a vista. Então é bem assim, de negociação mesmo. E é toda semana, meu pai, se quiser saber preço, meu pai sabe de todo mundo."	
P12	"Geralmente, eu já coloco o preço porque eu sei que está girando mais ou menos. Por exemplo, essa semana eu vendi e eu sabia que o preço tava 215. Ai eu já coloquei que o valor do meu era 220 e mandei para os três para ver se tinha interesse. Aquele que fala tem, eu vendo, bem rápido também. Essa semana mesmo, os 2 aqui do ES, o que aceitou pagar mais, eu vendi."	
P19	"Eu teria que procurar outro parceiro. Eu não vejo assim grandes problemas, se eu tiver que procurar outro. Quanto menos frigorífico tiver, mais difícil você fica de negociar. Com menos poder de negociação você fica. Mas, eu não vejo problema em mudar. Então, não vejo assim que seria uma situação que iria acarretar em prejuízo. Eu acredito que é mais a questão mesmo para a gente ter um conforto, um relacionamento. Agora, em termos do negócio em si, não vejo isso como um prejuízo pelo fato de não me atender e ter que procurar outro frigorífico."	
F01	"Tem produtor que ou ele ou a família, há, no mínimo, uns 30 anos. Só por telefone. Hoje em dia, whatsapp é documento. Se precisar fazer uma execução judicial, você consegue. E não tem contrato, nada, formaliza ali, confirmas na conversa e acabou."	Mecanismos de Enforcement
F04	"Antes da pandemia ou alguma coisa assim, porque lá atrás eu também trabalhei um pouco isso, antes, existia uns contratos mais garantidor de preço. Hoje, alguns, mesmo no volume, é negociado o preço do dia. Lá atrás negociava para garantir um preço. Hoje não tem tanto isso. Ano passado o arroba chegou a quase 320, hoje chegou a 225. É uma defasagem de 100 reais, imagina se tivesse feito um contrato a esse preço no fim do ano passado, o frigorífico ia tomar um prejuízo muito grande. [...] A garantia, assim, eu fiz uma negociação hoje, eu anoto na minha agenda e passo para o frigorífico. É lançado essa negociação no sistema do frigorífico. Em São Paulo já sabem quantos animais fechou o mês, puxando no sistema. Outra garantia é a nota. O gado que vai ser o embarque dele amanhã, a nota já retirada hoje, hoje em dia isso é de praxe. É o que garante que a mercadoria vai ser entregue. Agora a questão de valores é a conversa minha com o produtor e o meu repasse para a empresa. A garantia dos 30 dias, é a confiança, a confiabilidade."	
P03	"É sempre no fio do bigode. Não tem contrato, não tem nada. É mercado mesmo, no fio do bigode. No máximo, formaliza em uma mensagem no Whatsapp. Faz uns quatro, cinco anos. Sou bem fechado com eles. Às vezes aparece uma oportunidade de negócio que se for melhor, ai tem que assistir o abate. Eu acho que fica na própria marca mesmo. Com o F04 e outro são os únicos que eu bato no prazo. Com os menores, é só a vista."	
P06	"O tempo e a reputação, só isso. De resto, não tem nada."	
P12	"É a nota fiscal, ele vai entrar na justiça, mas o cara quebrou, não tem como pagar, você não vai receber. O risco é só do produtor. Eles não têm não. Eles podem ter se for vender para fora lá a prazo também, é a mesma coisa. É um ciclo."	

Fonte: autora.

Por sua vez, **no segundo grupo**, identificam-se os produtores e processadores caracterizados em média especificidade de ativos, conforme se observa nos quadros 11 e 12. Nesse grupo, identificam-se, de acordo com os pressupostos estabelecidos pela ECT (Williamson, 1996), além da especificidade locacional e temporal, as especificidades: 1. especificidade de marcas, associada à raça dos animais; 2. especificidade de ativo humano, dado as parcerias construídas por relação de longos anos, que geram confiança no negociador. Sendo esse último um dos principais fatores considerados pelos entrevistados como gerador de perda

de valor para uma segunda transação, na visão da maioria dos produtores, conforme se exemplifica pela fala do produtor P15, no Quadro 13.

Quadro 11 – Grupo de produtores: média especificidade de ativos.

Média especificidade (Produtores)*						
Participantes	Raça	Sistema de pagamento	Mensuração	Transmissão de Informação	Estrutura de Governança	Mecanismos de Garantia
P01	Angus (Boi China)	Peso morto	Medição visual; peso	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
P02	Nelore; Angus; Brangus	Peso morto	Medição visual; peso; dieta; fotos; acompanhamento de abate	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
P04	Nelore; Angus; Pardo Suíço	Peso morto	Medição visual; peso diário; controle por sistemas; rastreabilidade; acompanhamento de abate	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)**	Reputação; Marca; RLP; Estado (Notas Fiscais; Promissórias)
P05	Nelore	Peso vivo	Medição visual; peso	(-)	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
P09	Nelore; Angus (Boi China)	Peso morto	Medição visual; peso diário; dieta; rastreabilidade; controle por sistemas	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato formal - volume)**	Contrato; Reputação; RLP
P10	Angus	Peso morto	Medição visual; peso; rastreabilidade	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (Contrato formal)	Contrato; Reputação; RLP
P11	Nelore	Peso vivo	Medição visual; peso	(-)	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
P14	Nelore; Angus	Peso morto	Medição visual; peso; rastreabilidade	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)**	RLP
P15	Angus; Red Angus; Aberdín Angus	Peso morto	Medição visual; peso; dieta; rastreabilidade	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
P18	Sem raça específica	Peso vivo	Medição visual; peso	Relatório de Romaneio de abate	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
P20	Sem raça específica	Peso morto	Medição visual; peso; dieta	Feedback de clientes (açougues)	Hierarquia.	Reputação; RLP

*Média especificidade: produtores que perdem valor ou encontram dificuldades ao vender para outros agentes.

**Vendem para o frigorífico F07, mas, a relação é com o corretor.

Fonte: autora.

Quadro 12 – Grupo de processadores: média especificidade de ativos.

Média especificidade (Processadores)*						
Participantes	Raça	Sistema de pagamento	Mensuração	Transmissão de Informação	Estrutura de Governança	Mecanismos de Garantia
F02	Angus	Peso vivo	Medição visual; peso; acompanhamento de abate; exames pré-abate; classificação pós abate	Fotos e feedback sobre a qualidade.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
F03	Nelore; Angus (precocidade)	Peso morto	Medição visual; peso; exames pré-abate; classificação de carcaça pós abate	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
F05	Raças destinadas a corte e apenas de produtores cooperados	Peso morto	Medição visual; peso; acompanhamento da produção; rastreabilidade; exames pré abate; classificação de carcaça pós abate	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato formal - cota)	Reputação; Marca; RLP
F06	Nelore (animais castrados ou confinamento)	Peso morto	Medição visual; peso; exames pré-abate; classificação de carcaça pós abate	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; RLP
F08	Nelore; Angus	Peso morto	Medição visual; peso; acompanhamento da produção; rastreabilidade; exames pré abate; classificação de carcaça pós abate	Relatório de Romaneio de abate.	Híbrida (contrato tácito - Whatsapp)	Reputação; Marca; RLP

*Média especificidade: agentes que possuem critérios específicos para a compra de gado.

Fonte: autora.

Além disso, no caso dos produtores P02, P04, P09, P10, P14, P20, identifica-se a especificidade de ativos dedicado, relacionada ao alto volume de entrega e à produção dos animais direcionada para o comprador parceiro, o que representaria uma dificuldade na venda para outros processadores. Em particular, o produtor P20 se enquadra em média especificidade por destinar toda a sua produção aos açougues da sua região, perdendo valor caso entregue para frigoríficos. O entrevistado engorda os animais de modo a atender as exigências dos açougues e, em caso de venda para o frigorífico, existe a perda de valor, dado que seus animais não possuem uma raça específica, e o frigorífico não pagaria o valor necessário para pagar seus custos com a dieta dos animais, principalmente, conforme sua fala no Quadro 13.

Nesse grupo, a especificidade se eleva, pois, além de se observar os requisitos mínimos de qualidade – como peso e cobertura de gordura – outros critérios passam a ser identificados

na negociação entre os produtores e processadores. Tais critérios são: raça; precocidade; cor e uniformidade no acabamento e cobertura de gordura; rastreabilidade; boas práticas de manejo. Configura-se, portanto, de acordo com o racional da teoria, uma relação de maior dependência bilateral entre os agentes, dado o aumento na especificidade, que pode influenciar no aumento os custos advindos da proteção contra comportamento oportunista (Williamson, 1985; 1991).

Já os processadores desse grupo adotam critérios específicos no momento da compra do gado para abate, como, por exemplo: animais de confinamento; animais de produtores cooperados; animais castrados; peso; idade (precocidade); animais de raças Nelore, Angus ou outras destinadas ao corte e “Boi China”¹³. A fala do frigorífico F03, no Quadro 13, exemplifica essa posição. Ou seja, são frigoríficos e cooperativas que encontram outros produtores com as características necessárias para a compra do gado, mas que podem enfrentar dificuldades iniciais em termos de negociação, garantia de qualidade dos animais e cumprimento de critérios definidos por certificações, como é o caso do processador F08, por exemplo.

Observa-se que, nesse grupo, os produtores e processadores buscam firmar parcerias, evitando transacionar com agentes diferentes e priorizando a compra e a venda de gado para abate dentro da parceria, conforme as falas dos produtores P11 e P15, no Quadro 13. Nesse sentido, os produtores vendem, preferencialmente, somente para o mesmo frigorífico ou cooperativa e, da mesma forma, os processadores compram dos mesmos produtores, com frequência recorrente. Essas parcerias são firmadas considerando a reputação estabelecida entre os agentes, o valor da arroba pago pelos animais e as especificidades já apresentadas, configurando a estrutura de governança híbrida para coordenar a transação, o que ratifica Williamson (1985, 1991). Ainda assim, a negociação por preço é frequente e acontece a cada transação, todas as vezes em que os animais são comprados, para a maior parte dos entrevistados, dada a variação de preço no mercado (incerteza).

No entanto, mesmo existindo essa relação firmada entre os agentes, a transação é coordenada, na maioria dos casos, somente por um contrato informal, tácito¹⁴, dado que as informações de compra e venda são formalizadas somente por conversas, normalmente por *WhatsApp*, conforme explicita o produtor 18, em sua fala no Quadro 13. Exceções a esse caso

¹³ De acordo com os entrevistados, o “Boi China” é o tipo de animal que apresenta os critérios de qualidade já destacados, mas é um animal que produz uma carne mais magra, com menor cobertura gordura, quando comparada com as carnes comercializadas no Brasil, geralmente da raça nelore.

¹⁴ Considerando os conceitos discutidos por Barzel (1997), esse tipo de contrato se relaciona às promessas implícitas feitas entre os agentes, em seus acordos, não sendo formalizado e não carregando o caráter do direito legal como um mecanismo de garantia.

são o produtor P09, que possui um contrato formal de volume com o frigorífico F04, o produtor P10, que estabelece contrato de compra e venda com uma cooperativa de abate, certificada em animais da raça Angus, e a cooperativa F05, que estabelece contratos formais somente para a aquisição de cotas de seus cooperados. Nesses casos, conforme se observa pela fala dos produtores, no Quadro 13, a negociação por preço não é frequente e acontece somente quando os contratos são estabelecidos.

Nota-se que os produtores P04 e P20, investem ainda em iniciativas de integração vertical, buscando conseguir um valor maior na venda dos animais para abate. No caso do produtor P04, a maior parte de sua produção é vendida para o frigorífico F04. No entanto, de acordo com sua fala, no Quadro 13, os animais com qualidade superior, que não seriam valorizados corretamente pelo frigorífico, em sua visão, são vendidos diretamente para boutiques de carne por meio de uma cooperativa criada por ele e por outros produtores de sua região.

No caso do produtor P20, é realizada a integração do segmento de distribuição, dado que esse agente terceiriza o abate e vende a carne desossada, em açougues de sua região. De acordo com a fala do produtor, a transação com os açougues é coordenada pela estrutura híbrida. A venda para o frigorífico é de forma esporádica e é vista, pelo produtor, como a última opção. Esses são dois casos de produtores que utilizam da hierarquia como uma forma de se proteger contra perdas advindas do comportamento oportunista (Williamson, 1991), e em busca de garantir maior valor na transação, dado a variação na especificidade dos ativos transacionados.

Seguindo o racional da ECT, considera-se que existe o alinhamento definido por Williamson (1991), de modo que a elevação no grau de especificidade de ativos se combina com o uso de formas mais complexas para a coordenação. Nesse caso, as transações desse grupo são coordenadas pela estrutura híbrida, como se espera pela ECT. Mas, essa transação, na maior parte dos casos, é coordenada por um acordo verbal entre os agentes e o contrato formal é utilizado somente em casos específicos, alinhando-se ao pressuposto da teoria. Esse é um dado que ratifica estudos empíricos anteriores já realizados no SAG (Oliveira *et. al.*, 2019; Guimarães *et. al.*, 2020), em que se identifica o predomínio de relações informais de parceria entre o segmento produtor e processador desse sistema.

Ao se considerar a ECM, nesse grupo, a mensuração é realizada, pela maioria dos entrevistados, pela medição visual e acompanhamento de peso dos animais, assim como no grupo 1, conforme a fala do produtor P11, no Quadro 13. No entanto, existem casos em que se utilizam outras tecnologias associadas, como o ultrassom de carcaça, brincos para

rastreabilidade e uso de sistemas para o controle do índice GMD dos animais (Ganho Médio Diário), como exemplifica a fala do produtor P09, no mesmo quadro. No caso dos processadores, é realizada também a classificação de carcaça pós-abate, que influencia na remuneração para o produtor, de acordo com a qualidade da carne, seguindo os critérios de peso, cor, idade, acabamento e cobertura de gordura¹⁵. Além disso, os processadores F05 e F08 realizam o acompanhamento da produção, visitando periodicamente as propriedades e orientando os produtores.

Na maior parte dos casos, a transmissão da informação é feita por meio do Relatório de Romaneio de Abate, especialmente nos casos em que se utiliza o sistema de pagamentos com base no peso morto. Assim como no grupo anterior, essa informação é somente para conferência e, muitas vezes, somente é possível renegociar, ou buscar maiores ganhos, na próxima transação. Como uma exceção, destaca-se que o produtor P20 recebe a informação diretamente dos açougues, especialmente nos casos em que a qualidade da carne é diferente da esperada. Ainda assim, mesmo recebendo as informações pelo relatório, os produtores P02 e P04 realizam o acompanhamento de abate, como uma forma de garantir que os descontos serão aplicados de forma justa após o abate, configurando custos com dupla mensuração para a garantia dos direitos de propriedade, de acordo com os pressupostos da ECM (Barzel, 1982; 2005).

Outra exceção é o caso do frigorífico F02 que, mesmo utilizando do sistema de pagamentos com base no peso vivo, informa aos produtores o resultado pós-abate com imagens e *feedbacks* sobre a qualidade dos animais. Na visão do entrevistado, essa é mais uma forma de estreitar o relacionamento, estabelecer maior confiança com o produtor e incentivar a produção de animais de maior qualidade, conforme sua fala no Quadro 13. Além disso, quando vende para outros frigoríficos maiores de sua região, esse entrevistado também acompanha os abates e fornece a informação aos produtores.

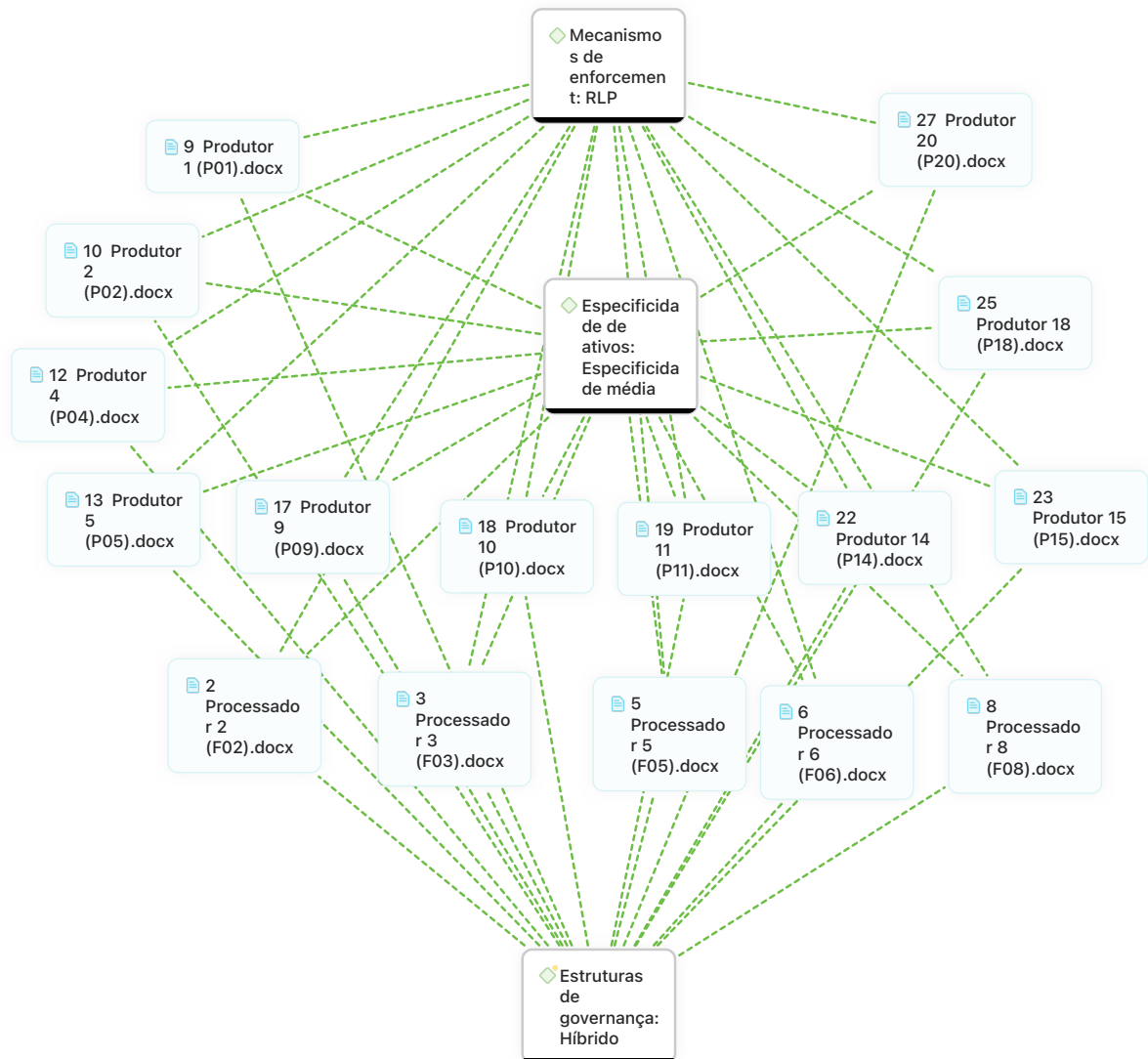
Sendo assim, com exceção dos participantes P09, P10 e F05, que possuem contratos formalizados como mecanismos de garantia – com reforço do Estado – a estrutura de governança híbrida, na maior parte dos casos, é reforçada, principalmente, pela relação de longo-prazo entre os agentes. Conforme se observa pela Figura 19, todos os agentes pertencentes ao grupo de média especificidade consideram a RLP como a principal garantia na

¹⁵ De acordo com os dados da pesquisa, a cobertura de gordura se refere à camada externa de gordura visível nos animais e na carne. Já o acabamento de gordura se relaciona a outros critérios como: uniformidade na cobertura, cor e espessura da gordura, além da gordura distribuída internamente na carne (marmoreio). O acabamento pode ser medido, de forma mais efetiva, após o abate ou com o uso de tecnologias como o ultrassom de carcaça.

transação, de modo que, na maioria desses, identificam-se parcerias de mais de 20 anos entre o mesmo produtor e o mesmo processador. Além desse mecanismo, o capital reputacional dos agentes e a marca dos processadores são outros dois fatores considerados para a proteção e garantia dos direitos transacionados.

Considerando que, na ótica da ECM, a escolha dos mecanismos de garantia é feita de forma a se minimizar a perda de valor, sujeito à captura por um dos lados da transação. Na ausência do Direito Legal, tratado por Barzel (1997), a proteção do valor transacionado acontece somente pelo lado do Direito Econômico, apoiada na relação de longo-prazo (Barzel, 2005; Zylbersztajn, 2018). Ratificando a teoria, os produtores e processadores usam de promessas implícitas ou explícitas acerca da qualidade e dos acordos estabelecidos na transação. No entanto, dada a falta do contrato formalizado, não se reduzem os custos associados à produção da informação e custos com dupla mensuração, mesmo que se identifique a transmissão de informação entre os segmentos produtor e processador. Diferente do grupo anterior, essa situação pode ser ainda mais problemática nesse grupo, considerando que o aumento na especificidade do ativo, expõe os agentes a maiores riscos de apropriação de valor, advindos do comportamento maximizador implícito nos agentes (Barzel, 2005).

Figura 19 – Rede Atlas.ti: coordenação em média especificidade de ativos.



Fonte: autora.

Quadro 13 - Principais falas: participantes - média especificidade de ativos.

Média especificidade		
Participantes	Destaques	Categorias de análise
F03	"A gente precisa para nossa linha de produto de produtores com confinamento. Então a gente compra muito pouco de produtor que não tem confinamento. Então, condição <i>sine qua non</i> para entrar no programa, tem que ter confinamento, uma terminação intensiva."	Especificidade de ativos
P15	"Se ele não vier buscar, eu vou procurar outro frigorífico e aí com certeza vai querer comprar, mas talvez em um preço um pouco menor, porque ele não vai ter o mercado que esse frigorífico tem para entregar o meu produto. Aí, com certeza, vai diminuir um pouco o preço. Porque perder é uma coisa, deixar de ganhar é outra."	
P20	"Aí esse (dos açougues), eu sou totalmente dependente. É até contraditório, eu tenho para onde fugir, mas 100% do que eu produzo, vai para eles. Porque eu esmago minha margem e a última alternativa é vender para o frigorífico. Eles que escolhem, já me mandam mais ou menos como querem e a gente já vai mentalizando o que serve para eles. Eles me passam e eu já vou preparando para eles."	
F08	"Hoje está mais fácil. Se tem alguma dúvida, eles filmam o lote lá, mandam para mim, troco uma ideia, mando para o dono. Ou então, a gente tem um pessoal nosso de campo também, que vai lá avaliar se tiver alguma dúvida. Então, hoje está muito mais fácil. A tecnologia facilita muito. Quando é mais longe, por vídeo mesmo. A gente consegue desenrolar uma coisa aqui há tempos atrás eu talvez precisaria ir lá ver pessoalmente, seria mais trabalhoso, demoraria mais seis."	Mensuração
P09	"Sim, tudo em sistema. Trabalhamos com o sistema de rastreabilidade. Na verdade, é sempre bom você ter controle de custo, de gasto e tudo. Então, nosso gado quando pisa na fazenda já tem o registro do peso dele, registra consumo, tudo o que coloca, qual vacina, o dia que aplicou, o dia que foi pesado, onde que tava, é tudo bem controlado."	
P11	"É no olhómetro. Você já sabe que o boi vai dar mais que o outro no olhómetro. Porque é um pouco da experiência também que a gente tem. Você vai comprar um bezerro, você vai saber já que ele vai dar um boi pesado, um boi de qualidade e na recria você já vê que ele desenvolve mais que o outro em questão de barbela, em questão de comprimento, de altura. Então, a gente vai passando na balança, tira os bois mais pesado e nesses bois a gente já faz o controle de qualidade por peso e por raça, mas é no olhómetro e na experiência."	
P15	"Sempre peso morto. E eu acompanho o rendimento depois, eu olho e sei que vai dar 54, 55% e tem que mais ou menos fechar. Ele tem que fechar o rendimento. Eu carrego na propriedade, eu peso na balança e eu já sei mais ou menos o rendimento que vai ter que dar."	
F02	"Até comercial, que a gente tem que fazer um comercial, deu uma carne boa, eu faço uma filmagem abatendo, tiro umas fotos e mando para ele para ele continuar fazendo um produto bom. E se deu ruim, mesma coisa, eu falo: olha, seu gado não está bom, tem que melhorar, desse jeito não compro mais. Faço as fotos e mando para ele."	Transmissão da informação
P04	"Isso, me manda também aquele relatório que te mostrei. Daí eu tenho o meu funcionário que acompanha, ele vai, ele entra lá dentro, fuça, tira foto, esse é contratado meu e fica lá dentro só para me manter informado. É mais eficiente que todos os outros. Ele fica lá para conferência, e ele briga, ele manda parar o abate, faz confusão, ele está lá para me defender. Eu pago para ele meio quilo de carne por animal abatido. Ele tem essa participação. Para me proteger e não perder tanto. [...] Quem classifica é o frigorífico, então quando está interessante, a classificação é boa. Quando não está interessante, o mercado está bom, aí ela cai."	
P05	"No peso morto, é mais específico, ele vai te dar um relatório falando sobre cada animal, quantos deram abaixo ou no peso, cobertura de gordura. No peso vivo, não passa nada disso."	
P09	"Na verdade, o romaneio vem diário e se tiver alguma reclamação pra fazer já faz no dia. Não tem muito como debater, porque já foi. Aí depois entra a negociação, na próxima tem uma conversa diferente. A gente arruma na próxima."	

Continua na próxima página [...]

Quadro 13 - Principais falas: participantes - média especificidade de ativos (continuação).

F02	"Olha, não sei se a capricho da gente, mas eu falo onde a gente entra não sai. Porque a gente paga direito, paga em dia, se esforça ao máximo, se o pecuarista tiver 1 só cabeça, eu vou buscar. [...] eu faço uma lista e gravo os que não vou mais comprar. Então, a preferência é comprar desses que são caprichosos e atendem no que a gente precisa."	Estrutura de Governança	
F03	"A gente acompanha o produtor na produção dele, então é um pouco diferente. Os nossos técnicos estão na propriedade, estão acompanhando, ajustando a nutrição, vendo o racial, tendo esse acompanhamento mais próximo. E aí quando o produtor tem animal próximo de retirada, ele faz a escala dele, escala o animal e aí a partir desse momento já está escalado e quando chegar a semana de retirada, já encaminha o caminhão lá para fazer a retirada do animal."		
P04	"Nós vendemos juntos para boutiques de carne em Campo Grande, já vendemos em São Paulo. Então, o que acontece com o F04, ele quer pagar preço de commodities, é o padrão. Quando a gente vai negociar com eles, eles que dão o preço e você não consegue agregar mais. Você faz um animal caprichado. Ontem mesmo eu abati cooperativa e no F04. Então, nós conseguimos um valor maior, um valor agregado. Ah, o F04 paga. Paga sim, certo? Mas não o que realmente é merecido".		
P09	"Só um, só o F04. Hoje é só ele. Com eles não tenho contrato de exclusividade. Mas, assim, como eles pagam diferencial pelo tanto de gado que nós entregamos, não compensa ir atrás outro. É uma troca, porque nós temos uma indústria que o F04 é nosso cliente. Esse ano, por exemplo, eles fizeram uma demanda maior, então eles pediram mais boi e nós demos uma acelerada no processo para conseguir entregar também. Tem contrato, tem um valor e tem uma bonificação a mais do valor da arroba, mas o valor da arroba, se não me engano, é o CEPEA. Ai, nós não temos exclusividade, o que nós temos é o seguinte: até o final do ano nós temos que entregar 120.000 cabeças."		
P10	"A gente não negocia preço, nem rendimento, nada. Nem pesa os animais na saída. Toda sexta feira eles mandam uma tabela de preço. Então, tem uma atualização na sexta feira, quem abate o gado naquela semana vai receber aquela tabela. E aí, baseado em cada animal individual, você pega um boi amarelo, um verde, um azul, um vermelho. É extremamente na confiança em confiar que o rendimento é aquele que eles passaram e o acabamento e as coisas estão de acordo com o que eles falaram. É comprado uma vez só."		
P11	"Eu costumo sempre abater com 1 frigorífico só, que já a gente já está acostumado a negociar há muitos anos e já vem negociando e a gente confia no comprador, no dono do frigorífico."		
P15	"Ele é quem encontrou um mercado bom para o nosso produto, que conseguiu um preço diferenciado, por isso que a gente vende exclusivo pra ele. Já faz um bom tempo que não negocio no preço, só se o mercado mudar muito. Ele sabe da qualidade que nossos animais tem e aí não precisa ficar toda semana negociando."		
P18	"É um acordo verbal. Por telefone mesmo, via WhatsApp. Como ele já tem o conhecimento da gente, a gente conhece eles também, então não tem muito problema. [...] Aqui no Paraná como indústria frigorífica não é tantas assim que consegue absorver um volume expressivo, pouquíssima gente faz contrato."		
F02	"Eu tenho que comecei junto e está até hoje e todo dia aparecem novos. A gente tem uma tabela de cliente grande e antiga, tudo antigo. A grande maioria. Quando a gente se acerta, que combina preço, aproveitamento, dia de buscar, forma de pagamento. Eu monto uma mensagem: compra confirmada, pecuarista tal, tantas cabeças, preço por arroba, aproveitamento, pagamento a vista ou a prazo, tudo. E aí mando, ele dá um ok, formalizou ali. Não tem contrato. E assim, mesmo fazendo dessa forma, formalizando e ele dando um ok, se o preço do gado sobe nesse intervalo, alguns querem desistir. O que eu faço? Eu risco da agenda, esses eu não dou chance mesmo. É só isso, marca, nome, reputação. Não tem outra garantia nenhuma, não tem contrato. É só confiança."		Mecanismos de Enforcement
F03	"A gente procura comprar praticamente dos mesmos produtores ali e sempre tá entrando produtor novo. Mas, dentro dessa característica, muito se repete, muito produtor, tem produtor que produz quase que o ano todo para nós. Então, a relação, nesse aspecto é muito, muito positivo. É porque os produtores que já produzem o animal para a cooperativa, eles já tem a característica do animal que a gente precisa. A gente acaba mantendo e fornece insumos também. Então é uma relação diferente do que uma relação com o frigorífico propriamente dito."		
F08	"Pela parceria, pela confiança, por esses procedimentos de certificação. Já sabe que os caras tem esses procedimentos, que atendem o que a gente precisa pela qualidade dos animais. Então, pela parceria mesmo. Tem uns que a gente tem que mandar pelo WhatsApp para ficar registrado lá. Você não me ligou, te mandei mensagem aqui. Vai depender, tem uns que por telefone já resolve, agora tem alguns que tem que deixar registrado pelo menos WhatsApp."		
P05	"Deve ter uns 20 anos que eu vendo só para o F02. Assim, nesses 20 anos eu vendi pontualmente para outro, mas 90% é lá. É por essa confiança, a firmeza de tudo o que tá combinado. Time que tá ganhando não se mexe. Eu já cheguei a vender para ele mesmo tendo frigorífico me oferecendo mais por arroba, mas eu prefiro vender para ele por isso. Pela confiança."		
P10	"Acredito que, pela história da cooperativa, a maneira como a cooperativa funciona, ela foi feita justamente com esse objetivo, de uma maneira de escoamento de produção correto, de carne de qualidade. Então, a gente confia muito, principalmente nos fundadores da cooperativa. São pessoas já de idade, mas que tocam a cooperativa até hoje. É muito baseado na confiança."		
P11	"É uma coisa assim, uma parceria que a gente tem e já há muitos anos eu vendo para o F02. Ele era comprador de um frigorífico. Hoje ele já tem o frigorífico dele e a gente foi adquirindo experiência e confiabilidade nele. É amigo, além de tudo é amigo da gente e conhece meu rebanho."		

Fonte: autora.

Por fim, no **último grupo**, apresenta-se o produtor/processador F07, enquadrado como de elevada especificidade de ativos, pois produz e comercializa carne de animais da raça *Wagyu* e cruzamentos de *Wagyu* com Angus, conforme se observa nos dados do Quadro 14. Esses animais são considerados ativos de elevada especificidade e elevado valor, exigindo uma produção altamente padronizada e controlada nas etapas de cria, recria e engorda. São caracterizados, portanto, além da especificidade locacional e temporal, já abordados nos outros grupos, a especificidade de marca, atrelada à raça dos animais e a especificidade de ativo dedicado, dado que exige investimentos que só são recuperados com a comercialização da raça *Wagyu*. Nesse grupo, considerando que se produz para um público específico e existe alta possibilidade de perda de valor para uma segunda transação, seguindo os pressupostos de Williamson (1985; 1991), justifica-se sua caracterização em elevada especificidade.

Quadro 14 – Produtor/Processador – elevada especificidade de ativos.

Elevada especificidade (Produtor e Processador)*					
Participante	Raça	Mensuração	Transmissão de Informação	Estrutura de Governança	Mecanismos de Garantia
F07	Wagyu; Wangus (Wagyu + Angus)	Controle desde a inseminação de bezerros (padronização); peso diário - GMD; Ultrassom de carcaça; Controle da dieta.	Produção de informação desde as etapas iniciais; necessidade de controle para padronização.	Hierarquia	<i>Enforcement</i> interno

*Elevada especificidade: produção altamente padronizada, com perda de valor na transação com outros processadores.

Fonte: autora.

Conforme a fala 8 do entrevistado F07, no Quadro 15, a venda desses animais em frigoríficos não é uma opção, dado seu alto valor agregado e a busca por maior rentabilidade. Na visão desse participante, a produção desses animais exige um tipo de investimento que não seria pago na venda para abate em frigoríficos. Além disso, o processo produtivo exige o controle – medição – desde as etapas iniciais, na cria, até a etapa de distribuição para o consumidor final, conforme a fala 01 desse agente, no Quadro 15. Pelo olhar da ECT, portanto, esse é um ativo de elevada especificidade porque existe a perda de valor para uma segunda negociação, nos termos de Williamson (1991). Pelo lado da ECM, esse é também um ativo de elevado valor, que carrega características de atributos difíceis de se mensurar e sujeitos à captura em domínio público (Barzel, 2005).

Portanto, esse agente é responsável pela produção, nas etapas de cria, recria e engorda e pela distribuição das peças de carne já embaladas ao consumidor, sendo o abate terceirizado

para um frigorífico de sua região. Somente a etapa de cria é realizada por produtores parceiros, mas é controlada pelo entrevistado, que fornece os embriões e as matrizes. Nesse caso, a estrutura de governança adotada é a hierarquia, uma vez que as etapas de produção e distribuição são internalizadas e a transação é feita diretamente com consumidores e distribuidores, no varejo. De acordo com o entrevistado, a escolha pela integração vertical partiu de um planejamento inicial, considerando sua experiência no mercado frigorífico, como uma estratégia para garantir maior rentabilidade sobre a sua produção. Considera-se que essa foi uma escolha advinda da busca por proteção contra comportamento oportunista e uma estratégia de maximização de valor, dada a elevada especificidade do ativo, ratificando os pressupostos da ECT e da ECM (Williamson, 1985; 1991; Barzel, 2005).

No caso do entrevistado F07, a produção e comercialização de um ativo de elevada especificidade e elevado valor, com diferenciação no mercado justificou a manutenção da estrutura verticalizada, assim como Williamson (1985; 1991) indica. Conforme se observa pelas falas 09 e 10 do entrevistado, no Quadro 15, o custo burocrático da hierarquia é compensado pela maior margem recebida na venda das carnes. Evita-se, assim, a possibilidade de comportamento oportunista por parte de frigoríficos que poderiam buscar se apropriar da renda pela comercialização de um produto de maior especificidade sem o devido pagamento. Sendo assim, para esse participante, a hierarquia é considerada como uma das únicas formas de se garantir uma remuneração justa sobre a sua produção e maior rentabilidade, além de assegurar a padronização na entrega final da carne bovina ao consumidor.

Além disso, facilitada pela hierarquia, a mensuração acontece desde a inseminação dos animais, na cria, visando a padronização do rebanho até a coleta de *feedbacks* dos consumidores, na comercialização da carne, ratificando os pressupostos da ECM (Barzel, 2005). Nota-se, que a principal etapa de medição acontece na cria, por meio do ultrassom de carcaça para a seleção de matrizes e são controlados, diariamente, na propriedade, o índice GMD dos animais, a dieta e o peso. De acordo com o entrevistado, é uma etapa que não gera problemas, no entanto, o custo do ultrassom por animal passa a ser elevado, conforme a assertividade na seleção desses animais diminui, especialmente quando se considera a compra de matrizes fora de seu rebanho.

De forma semelhante, a padronização dos animais e a transmissão da informação são também facilitadas pela hierarquia, conforme se espera pelo racional da ECM (Barzel, 1982, 2005; Zylbersztajn, 2005; 2018). Por internalizar as etapas de produção, processamento e distribuição, o participante F07 controla e tem acesso à informação desde as etapas iniciais,

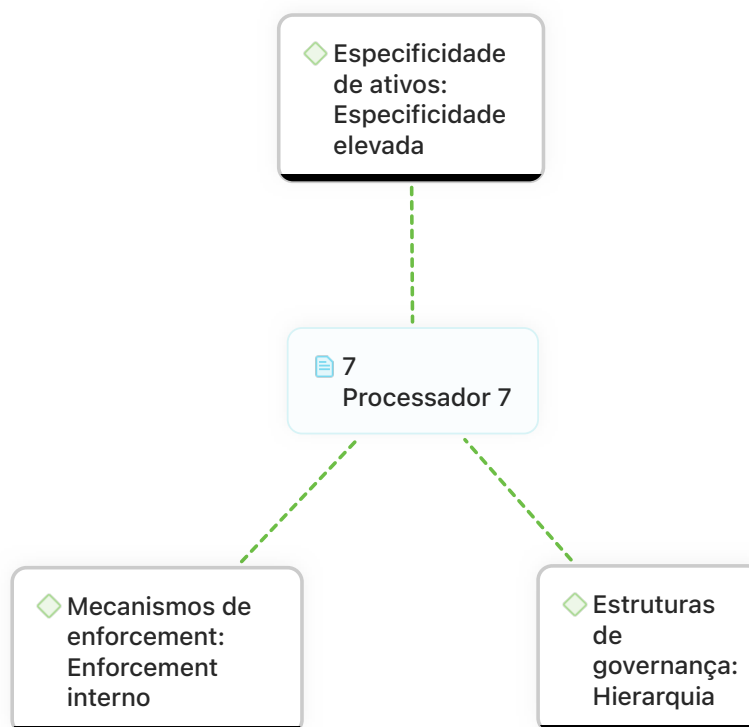
facilitando a transmissão da informação e a padronização do rebanho. Internamente, a informação é coletada e controlada por meio de sistemas e é, periodicamente, compartilhada com o restante da equipe em reuniões entre os gerentes e encarregados da propriedade. Além disso, existe também o acesso direto à informação passada pelo consumidor final, o que possibilita correções e melhorias constantes. Ainda na visão do entrevistado, essa é uma informação que dificilmente chega até o produtor que produz e comercializa os animais para abate em frigoríficos e cooperativas, no mercado ou na estrutura híbrida.

O caso desse entrevistado ratifica os pressupostos da ECM, ao demonstrar que transações envolvendo ativos de valor, de difícil mensuração e dificuldades associadas à transmissão da informação são mais eficientemente controlados pela hierarquia (Barzel, 2005). Os processos de mensuração e de transmissão da informação são facilitados pela estrutura hierárquica, dado que o controle sobre a informação em cada etapa do processo e sobre os direitos de propriedade passam a ser internalizados. Como uma consequência do controle interno, identifica-se a redução dos custos com dupla mensuração observados nos outros grupos e menor perda de valor na comercialização, possíveis nas estruturas de mercado e híbrida (ECT), em convergência com os pressupostos da ECM.

De acordo com as falas 13 e 14 do entrevistado, no Quadro 15, e conforme se representa pela Figura 20, o mecanismo de garantia adotado é o *enforcement* interno, com reforço do Estado, explicitado pela relação de emprego (contrato de trabalho) entre o processador F07 e seus encarregados, na propriedade. De acordo com o participante, a verticalização facilita o controle do processo produtivo e a garantia de que as etapas de produção serão executadas de forma a assegurar a venda de uma carne padronizada e na qualidade esperada. Por necessitar de maior controle, essas são etapas que dificilmente seriam realizadas em estruturas como no mercado ou na hierarquia, assim como se define pelos racionais da ECT e da ECM, em Williamson (1985) e Barzel (2005).

Nesse sentido, de acordo com os dados da entrevista, o controle interno garante, ao mesmo tempo, proteção de valor, maior padronização, maior qualidade, confiança de que o processo será executado de forma adequada, acesso à informação e maior rentabilidade. O acesso a informação, por sua vez, reflete na tomada de decisão estratégica, em melhorias no processo produtivo e na garantia do direito econômico de propriedade. Para o participante F07, portanto, essas são algumas das vantagens que justificam os custos associados ao controle interno, em consonância ao explicitado pela ECT e pela ECM.

Figura 20 – Rede Atlas.ti: coordenação em elevada especificidade de ativos.



Fonte: autora.

Quadro 15 – Principais falas: participante – elevada especificidade de ativos.

Elevada especificidade		
Participante F07	Destques	Categorias de análise
Fala 1	"O manejo é totalmente diferente de uma propriedade convencional, porque se você for pensar numa galera que só abate a carne comum, eles usam, as vezes pedaço de pau e bate para tocar o gado na mangueira, porque ele tá vendendo quilos de boi vivo. Como meu negócio é a carne, o dia a dia aqui, esses animais não podem se estressar, esses animais não podem ter tanta lama, porque você não vai deixar a carne mais rígida. Esses animais não podem receber pancada de forma alguma, porque senão vai criar coágulo lá na carne e eu não vou conseguir vender aquela peça, entendeu? Então, o manejo de bem estar aqui dentro ele é totalmente diferente. Até no embarque eu não posso soltar uma porteira no lombo do animal, porque eu vou acabar com o contra filé do animal. Então as preocupações com qualidade em todas as etapas elas são muito maiores, porque senão eu estou prejudicando no produto final."	Especificidade de ativos
Fala 2	"Aqui a gente tenta ao máximo começar certo. Então, por exemplo, no final, se padronizar nutrição e idade, principalmente, a gente consegue ter sabor e maciez já meio que padronizado, o que vai diferenciar de um animal para o outro, é principalmente o grau de marmoreio, que aí o cliente compra com os olhos. Para conseguir minimizar também essa variabilidade, nós investimos muito em ultrassom de carcaça antes do animal entrar aqui. Então, o animal na desmama faz um ultrassom de carcaça e enxerga. Então, se o animal tá com marmoreio 3 na desmama, então eu sei que quando eu for matar ele, ele vai ter marmoreio 5 pra cima, que é o que o consumidor final quer. Então a gente usa tecnologias pra tentar mensurar ao máximo isso. Depois. É um costume muito legal assim, desde o começo do negócio, que é, pedir o feedback, sabe? Então a gente entregou, espera o cliente fazer e depois manda mensagem. Então, a mensuração, ela sempre foi muito linkada ao cliente final de ter esse feedback e até hoje a gente teve só um feedback negativo."	Mensuração
Fala 3	"Não existe a possibilidade da gente botar um animal aqui dentro sem avaliação. Porque o nosso rebanho é muito pequeno, se a gente tiver só 25% de assertividade igual é a média nacional, imagina, eu vou ter muito mais clientes insatisfeitos do que satisfeitos, né? E aí a minha base, que é padronização, vai por água abaixo. Então não existe a possibilidade de entrar um animal que não é avaliado."	
Fala 4	"O custo do ultrassom é R\$40,00 por animal. Só que o problema do Brasil hoje é a qualidade do rebanho. Então, quando a gente vai comprar novas matrizes que não vêm desse sistema que a gente já faz, que aí a assertividade é quase que 100%, de 100 animais, a gente só tira 25, a média é 25%. Então, eu paguei R\$40,00 sobre 100. Só que depois eu tive que diluir esse custo só em 25. Então eu fui para um custo de R\$170,00 por animal, aí já começa a ficar um pouco mais caro. Se fosse uma assertividade maior, continuaria com o custo baixo, mas eu consideraria hoje um custo relativamente alto."	
Fala 5	"Cada vez ele vai ter um produto mais padronizado. Mas pra gente isso também é muito bom, porque a gente consegue tomar decisões baseado em dados. Quando você só abate, são números mascarados. Rendeu 51%. É a última informação que você vai ter. Agora, o que aquilo se transformou de dinheiro depois que você entregou, você não tem mais informação. Então, acho que pra quem é verticalizado é facilitado sim. Você ter mais informações e buscar cada vez mais ter informações de qualidade, com confiança. O problema da informação é quando é aquela informação errada, toma a decisão errada e segue no erro. Então eu acho que pra produções integradas a informação, o uso de informação, eu acho que é bem mais facilitado do que o sistema tradicional."	
Fala 6	"A parte operacional, por exemplo, do trato, que é um software. É o melhor software hoje no Brasil, está nos grandes confinamentos, é o que a gente já usa mesmo bem pequeno. Então assim, a parte de trato e custos, é lançado diariamente pelo nosso gerente, então joguei 12 quilos e meio de ração para essa baia. Então tudo é pesado e tratado e informado pelo sistema e o próprio sistema vai fechando os custos desse animal e quando faz a parte da venda então eu espero abater, desossar tudo certinho, aí eu vejo quanto que rendeu cada cabeça daquele lote, jogo isso no sistema também. E aí ele me dá toda a rentabilidade, toda lucratividade. E isso sempre é compartilhado. Paralelo a isso, a gente tem o desempenho produtivo. Então é feito a pesagem que dá aí, eu, o gerente, mais um funcionário que a gente faz. No final, eu venho aqui, apura os resultados e eu compartilho com a equipe. Até para a gente saber, a gente está atingindo as metas que a gente tinha de desempenho? Não, o que tá acontecendo, né? Então, isso é mensurado a cada 14 dias na propriedade e é compartilhado com a equipe para saber se o sucesso ou fracasso. Todo mundo é responsável por aquilo."	Transmissão da informação

Continua na próxima página [...]

Quadro 15 – Principais falas: participante – elevada especificidade de ativos (continuação).

Fala 7	"Ela é 100% minha. A única etapa do processo produtivo que eu não consigo fazer aqui ainda, mas já estou estruturando isso, é a cria. Então o que eu faço, para não perder padronização genética, enquanto eu tô engordando as fêmeas, eu faço fertilização in vitro nelas, eu aspiro os ovos delas, fecundo os embriões e eu coloco em propriedades que tem aqui perto, em barriga de aluguel, e no momento da desmama, depois de dez meses de gestação e oito de cria, ele retorna pra cá e o ciclo começa novamente. Então assim eu consigo, com essa tecnologia, eu consigo padronizar o meu rebanho na questão genética."	Estruturas de governança
Fala 8	"Mas, então, eu resolvi verticalizar, porque nas minhas contas do plano de negócio. Era o único cenário que fazia sentido em termos de rentabilidade."	
Fala 9	[...] "Se a gente está falando de um boi, que ele vai fazer aí R\$2.000,00, né? Ele também já tem um ganho muito alto. E o produtor, quanto que ele ganhou então? Ele ganhou 200. Então, a indústria sempre foi quem ganhou mais dinheiro na cadeia. Se você somar ao frigorífico e a boutique, os caras ganha R\$2.000,00 e o produtor ganha 200. E o produtor com essa carne, ele ficou um ano com esse boi. Quanto que o frigorífico ficou? Uma semana. Quanto que a boutique ficou, mais uma semana? Então quem mais ganhava era quem menos tinha capital de giro aplicado, né? Então, na minha cabeça nunca fez sentido eu ficar só com o ônus. Tem que ficar com o bônus também, que era a industrialização. Então o tipo de gado eu acho que não. Mas a estratégia de fazer verticalizado foi que puxou o tipo de gado."	
Fala 10	"Assim, são maiores. Com certeza, mas vale a pena porque é o que eu te falei, entre ter uma margem de 200 por cabeça sem custo burocrático, e ter uma margem de 2.000 por cabeça, tendo algum custo burocrático, não é difícil você fazer essa comparação. Então eu acho que vale a pena. Eu acho que é um pequeno investimento perante essa multiplicação que você tem na tua margem."	
Fala 11	"A forma como um frigorífico normal ou uma cooperativa trabalha, é praticamente impossível você padronizar. Quando eu trabalho com a verticalização e a nossa genética, ela é toda mapeado. Então eu sei exatamente esse animal o que ele é, filho de qual vaca. Filha de qual genética, né? Então, a gente está observando aqui que na desossa os animais que a gente usou o sêmen do touro "EWA peiton", eles tiveram uma padronização muito maior do marmoreio do que do "hometown", entendeu? Então, isso permite que a gente da próxima leva de aspiração, a gente utilize muito mais o peiton do que o hometown. Coisa que o cara que tá produzindo por uma cooperativa nunca ia ficar sabendo, entendeu? Porque tá tudo no mesmo bolo lá e ele não vai nunca conseguir corrigir esses pequenos detalhes."	Enforcement interno
Fala 12	"Acho que tem muita gente boa que poderia estar fazendo a mesma coisa que eu faço. O grande problema hoje é você confiar que essas pessoas vão fazer exatamente aquilo que você está pedindo."	
Fala 13	"A falta de garantia, de profissionalismo de que lá vai ter todos os manejos igual. Porque é aquilo que eu te falei. Por que você relaxa nas etapas de manejo? Porque não sou eu que vou vender a carne. Então, quando você traz pra casa, a dor é tua. Se eu pecar aqui, eu vou pagar. Então você aumenta a sua atenção."	
Fala 14	"Eu acho assim, pra projeto de carne, eu realmente não consigo ainda no Brasil, na realidade do Brasil eu não consigo imaginar um projeto de altíssimo padrão sendo realizado de outra forma que não a verticalizada. Se fosse no Japão, num país que tem uma cultura de fazer exatamente o que precisa ser feito, aí eu até concordaria."	

Fonte: autora.

Partindo do exposto, observa-se que, na maioria dos casos identificados, a coordenação das transações acontece pela estrutura de mercado, envolvendo ativos de baixa especificidade, caminha para a estrutura híbrida, com ativos de média especificidade e é internalizada na hierarquia, quando ativos de elevada especificidade são transacionados, ratificando os pressupostos da ECT. Essas foram categorias codificadas nas entrevistadas e são representadas na Figura 21. Nesse sentido, os dados ratificam a hipótese de alinhamento de Williamson (1985;

2000), uma vez que o aumento no grau de especificidade se relaciona com formas mais complexas de coordenação, em busca de proteção contra o comportamento oportunista.

Figura 21 – Codificação Atlas.ti: estruturas de governança X especificidade de ativos.

	Grupo: Baixa especificidade 10 265	Grupo: Elevada especificidade 1 27	Grupo: Média especificidade 16 442
○ ◆ Estruturas de governança: Híbrido 59			●
○ ◆ Estruturas de governança: Hierarquia 7		●	
○ ◆ Estruturas de governança: Mercado 20	●		

Fonte: autora.

Ainda assim, conforme se observa pela Figura 22, a coordenação por essas estruturas é combinada com outros mecanismos de garantia, configurando a existência múltiplos *enforcers* na garantia dos direitos transacionados, em convergência aos pressupostos da ECM, em Barzel (2005). De forma geral, na maior parte dos casos, as negociações acontecem com base em acordos verbais, independentemente das dimensões requeridas. Tanto nos grupos que transacionam ativos em baixa quanto em média especificidade, identifica-se uma redução na complexidade da mensuração, com efeito sobre o valor da transação e no uso dos mecanismos de garantia.

Figura 22 – Codificação Atlas.ti: mecanismos de garantia por grupo de entrevistados e por nível de especificidade de ativos.

	Grupo: Baixa especificidade 10 265	Grupo: Elevada especificidade 1 27	Grupo: Média especificidade 16 442
○ ◆ Mecanismos de enforcement: Acordo verbal 39	●	●	●
○ ◆ Mecanismos de enforcement: Caveat emptor 4	●		●
○ ◆ Mecanismos de enforcement: Contrato 8			●
○ ◆ Mecanismos de enforcement: Enforcement interno 7		●	
○ ◆ Mecanismos de enforcement: Estado 8	●		●
○ ◆ Mecanismos de enforcement: Reputação 32	●		●
○ ◆ Mecanismos de enforcement: RLP 72	●	●	●

Fonte: autora.

Dessa forma, no grupo dos produtores e processadores identificados em baixa e média especificidade, esses acordos são combinados, principalmente, com mecanismos de garantia de relação de longo-prazo, de reputação e de marcas dos processadores. Em casos específicos, são encontrados contratos formalizados, com a garantia do Estado. No entanto, esses são contratos de volume e não incluem as características mensuráveis envolvidas nessas transações. Por sua vez, para o agente agrupado em elevada especificidade, identificam-se os mecanismos de garantia na forma de acordos verbais e RLP, na relação entre o participante e seus produtores parceiros na criação dos animais, além do *enforcement* interno (integração vertical), nas etapas seguintes de produção e comercialização. Assim, como se espera pela ECM (Barzel, 1982;

2005), na medida em que a produção e a transmissão de informação tornam-se mais difíceis e custosas, nesse SAG, mecanismos de garantia mais complexos acompanham as transações, como a relação contratual (formal e informal) e o controle interno, associado ao poder de *fiat*.

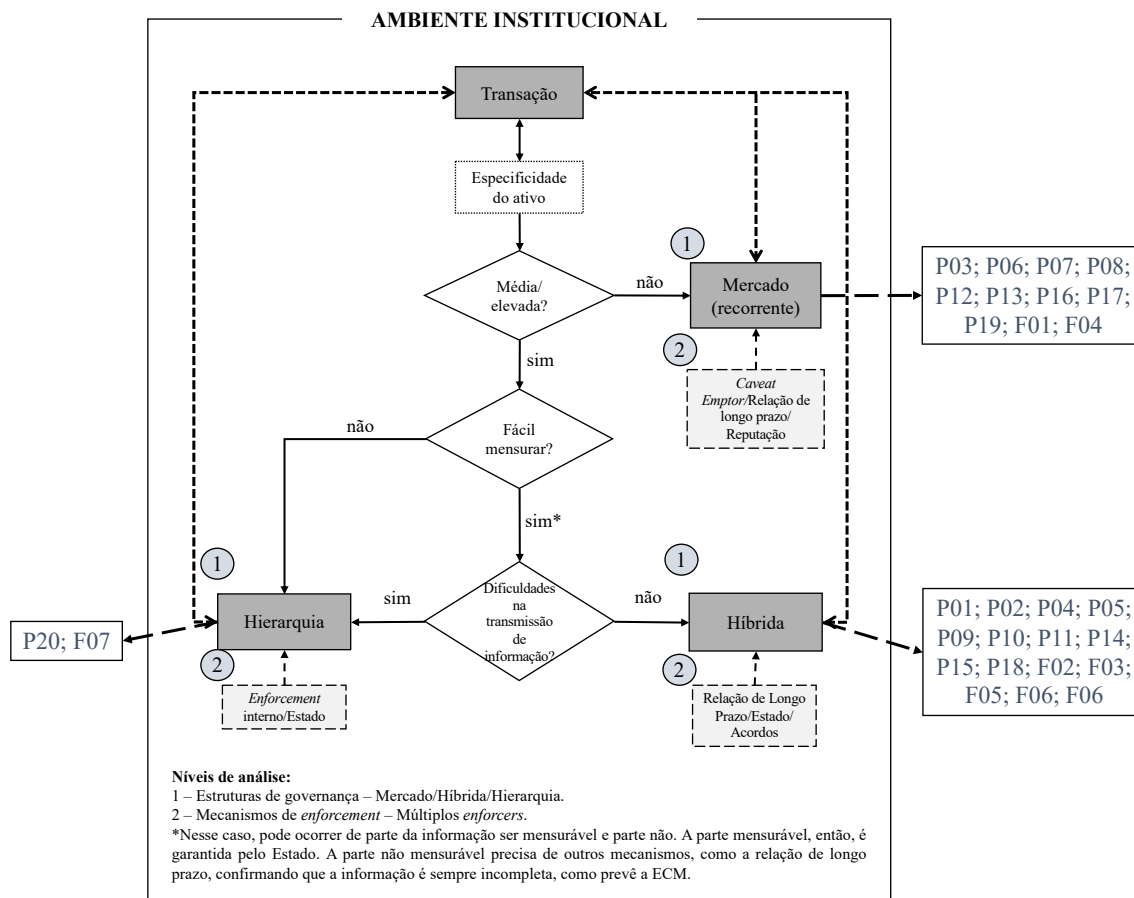
Por fim, considerando os pressupostos da ECT, em todos os grupos de entrevistados, existe o alinhamento entre as estruturas de governança e a especificidade de ativos, o que poderia indicar a redução dos CT e a eficiência da transação, conforme Williamson (1985) discute. No entanto, os problemas associados à mensuração e à falta de confiança entre os agentes ainda persistem. Esses problemas geram custos, associados à busca por proteção dos direitos econômicos transacionados, especialmente para as estruturas de mercado e híbrida, prejudicando a eficiência da transação.

Na seção seguinte, os dados apresentados são discutidos, considerando a análise de eficiência das transações, a partir do *framework* teórico-analítico, tratando das proposições, sub proposições e tese.

5.3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, os resultados são analisados a partir do *framework* teórico-analítico e de suas derivadas proposições, buscando operacionalizar a discussão entre os conceitos da ECT e da ECM. Dessa forma, considerando os estágios de análise do *framework*, inicialmente, são discutidos os resultados relacionados à especificidade de ativos, principalmente, com o olhar para a coordenação, por meio das estruturas de governança, conforme o racional da ECT (Williamson, 1985). Em seguida, são discutidos os aspectos relacionados à mensuração e à transmissão da informação, com efeito sobre a proteção dos direitos de propriedade, por meio dos mecanismos de garantia, a partir dos conceitos derivados da ECM (Barzel, 2005).

Na Figura 23, apresenta-se o *framework* teórico-analítico operacionalizado com as informações do campo empírico. Conforme já apresentado, cada entrevistado foi associado ao tipo de estrutura de governança, partindo, inicialmente, do nível de especificidade de ativos, considerando o racional da ECT (Williamson, 1985; 1991). No mercado, estão representados os participantes agrupados em baixa especificidade de ativos. Além disso, considerando o racional estabelecido pela ECM, são associados os mecanismos de garantia que suportam essas transações, no caso a relação do tipo *caveat emptor*. No entanto, para essa estrutura de governança, além desse mecanismo, outros mecanismos, previstos em Barzel (1982; 2005), são utilizados, como a relação de longo-prazo e a reputação, mesmo que essa se configure em uma relação de risco.

Figura 23 - *Framework* teórico-analítico operacionalizado com as informações da pesquisa.

Fonte: autora.

Por sua vez, na estrutura híbrida, apresentam-se os entrevistados agrupados em média especificidade de ativos. Essa estrutura é reforçada, principalmente, pela relação de longo-prazo e pelo Estado, para os participantes que utilizam do contrato, ratificando os pressupostos da ECT e da ECM. Já na hierarquia, apresentam-se o entrevistado P20, que internaliza a comercialização e vende diretamente para açougues, mesmo em média especificidade, e o entrevistado F07. Esse último comercializa um ativo de elevada especificidade (Wagyu) e vende diretamente para o consumidor final. No caso desse participante, a elevada especificidade justifica a estrutura de governança, pelo racional da ECT (Williamson, 1985; 1991), e a garantia das dimensões envolvidas é obtida pelo *enforcement* interno, em convergência ao racional estabelecido pela ECM (Barzel, 2005).

Dado esse contexto, no primeiro estágio de análise, considera-se a **especificidade de ativos**, uma vez que, para Williamson (1985) esse é o principal atributo a ser tratado na análise de eficiência. Nesse caso, as informações coletadas no SAG indicam uma mudança no padrão mínimo de qualidade exigido na transação entre o segmento produtor e processador, advinda

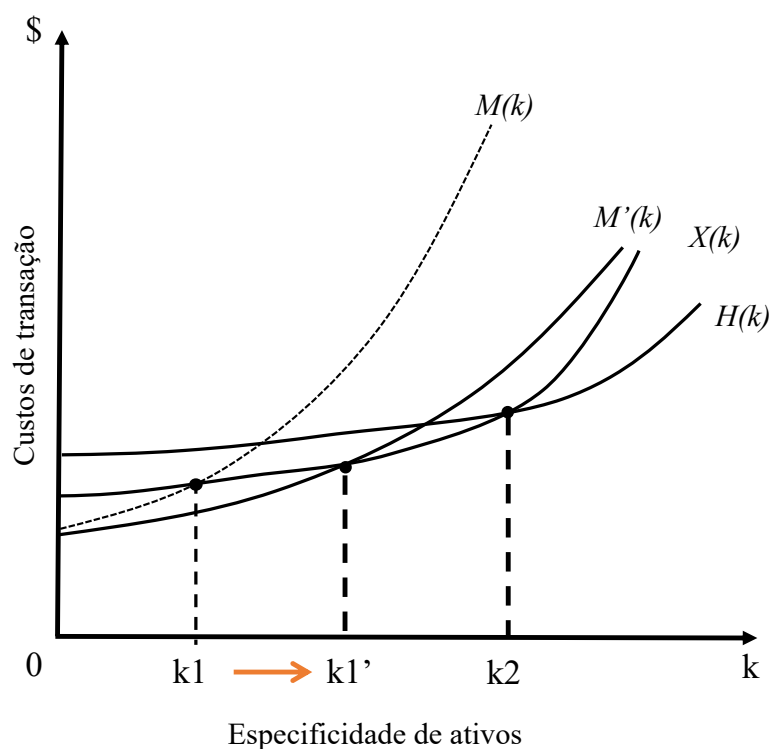
da exigência do mercado por carnes de maior qualidade. De acordo com a maioria dos entrevistados, para que se consigam boas condições de negociação, é necessário que os animais apresentem, ao menos, características mínimas de qualidade, como peso e cobertura de gordura, que se configuram, conforme eles, como de qualidade padrão. Ainda para os entrevistados, é justamente a melhoria da qualidade dos animais que facilita a negociação para uma segunda transação, sem que haja perda de valor, o que reduz a dependência do segmento produtor para um comprador específico. Essas características permitiram configurar o primeiro grupo de participantes em baixa especificidade, de acordo com os pressupostos da ECT (Williamson, 1985; 1991; 2000).

Ou seja, são produtores e processadores que comercializam animais de qualidade, mas que não estabelecem relação de dependência entre si. Isso acontece porque os dois segmentos encontram outras opções de compra e venda de gado de corte, dentro desse padrão mínimo estabelecido, especialmente nas regiões em que a demanda por esse tipo de animal é alta. Nesse caso, a elevação no padrão geral de qualidade estabelecido para o segmento possibilita que a transação, envolvendo animais de qualidade padrão, seja considerada em baixa especificidade, dado que não existe perda de valor para uma segunda transação, seguindo o racional de Williamson (1985).

Assim, é possível concluir, a partir dos dados apresentados, que o aumento na busca de padrões mínimos de qualidade, pelo segmento produtor, definiu novas configurações para os níveis da especificidade de ativos para o SAG de carne bovina, para esses grupos de entrevistados. Nesse SAG, considerando as informações da pesquisa, a baixa especificidade pode identificar dois grupos distintos: aquele formado por animais de descarte; aquele com animais que apresentam os padrões mínimos de qualidade, capazes de facilitar a negociação e a independência no segmento produtor.

Nesse sentido, o que se observa é um deslocamento do ponto de intersecção nas curvas de análise das estruturas de governança, em função da especificidade de ativos, apresentadas anteriormente na Figura 2, com base em Williamson (1991). Para esse SAG, de acordo com as informações apresentadas e conforme se observa pela Figura 24, o nível de especificidade aumenta de k_1 (animais de descarte) para k_1' (animais com padrões mínimos de qualidade) e se aproxima do nível k_2 (animais de qualidade diferenciada e elevada), possibilitando que a transação permaneça por mais tempo coordenada pelo mercado, de forma eficiente, antes de os custos se elevarem e mover a coordenação, progressivamente, para a estrutura híbrida e, na continuidade, para a hierarquia.

Figura 24 – Curvas de análise: estruturas de governança e especificidade de ativos.



Fonte: autora com base nos dados primários e no referencial teórico.

Para tanto, quando se considera a coordenação, os participantes, caracterizados em baixa especificidade de ativos (nível k_1'), adotam a estrutura de mercado (com frequência e recorrência). Isso porque buscam a liberdade de negociação em busca de melhores preços e condições de pagamento, com maior facilidade na adaptação autônoma, conforme prevê Williamson (1985). Já os participantes do segundo grupo (até k_2), optam por menor de liberdade de mercado (menos incentivos), em busca de maior segurança na negociação, estabelecida pela relação de parceria entre os produtores e processadores.

Nessa estrutura, existe maior controle e capacidade de adaptação coordenada do que no mercado, comparativamente, como orienta Williamson (1991). Por sua vez, os participantes P20, em média especificidade, e o participante F07, em elevada especificidade de ativos, optam por menores incentivos e liberdade de mercado, em busca de maior controle interno (poder de *fiat*) e maior capacidade de adaptação coordenada, quando se compara com o mercado e a estrutura híbrida. Esse movimento evidencia os pressupostos tratados pela ECT, em Williamson (1991; 2000), e explicitados pela discussão de Crook *et. al.* (2013).

Além disso, os resultados da pesquisa ratificam os estudos anteriores e mais recentes, demonstrando essa evolução em termos de coordenação e elevação nos padrões de qualidade

da carne comercializada. Conforme se observa, a coordenação acontece tanto pelo mercado, quanto por outras iniciativas de parcerias entre os produtores e processadores, pela estrutura híbrida, até se alcançar estruturas mais complexas (hierarquia), na medida em que a especificidade de ativos e os níveis de qualidade exigidos se elevam, assim como propõe Williamson (1991). Nesse sentido, as informações da pesquisa apresentam convergência com os resultados já discutidos pelos estudos de Caleman, Sproesser e Zylbersztajn (2008), Galuchi, Mozambani e Batalha (2019) e Guimarães *et. al.* (2020), dentre outros.

Contribuindo com esses estudos, é possível concluir, a partir das informações apresentadas e da discussão teórica, que o segmento produtor pode estar estabelecendo a coordenação das transações e reduzindo parte dos problemas associados à descoordenação nesse SAG. Ao investirem na criação de animais com diferentes níveis de qualidade, os entrevistados do segmento produtor possuem diferentes alternativas para escoar a sua produção, em busca de proteção e de maximização de valor, nos termos da ECM (Barzel, 1982).

Ou seja, dependendo do nível de qualidade do animal produzido, o produtor pode escolher destinar a sua venda para o frigorífico ou cooperativas que ofereçam o melhor preço e condições de pagamento, no mercado ou na estrutura híbrida. Além disso, pode ainda optar pela verticalização na medida em que a qualidade e a especificidade se elevam. Um exemplo que ratifica essa posição é o produtor P04, que divide a sua produção entre o que será vendido para o frigorífico F04, negociado no valor da arroba padrão de mercado, e o que será comercializado diretamente para boutiques de carne, com o preço formado a partir das dimensões de qualidade, por meio de uma cooperativa integrada de produtores.

Dessa forma, os dados da pesquisa ratificam o racional primário da ECT, uma vez que se observa o alinhamento entre as estruturas de governança e os atributos da transação – com destaque para a especificidade de ativos. Dito de outra forma, na medida em que a especificidade de ativos se eleva e a dependência bilateral se constrói, a governança se move progressivamente da relação de mercado para a contratação na estrutura híbrida, ainda que se predominem os acordos informais e, em seguida, para a hierarquia, conforme Williamson (2008) estabelece. Sendo assim, considerando essa mudança nos níveis de especificidade para esse SAG, os dados são analisados a partir dos estágios propostos pelo *framework* teórico-analítico.

Nesse primeiro estágio de análise, a coordenação das transações poderia ser considerada eficiente, uma vez que existe o alinhamento proposto pelos conceitos da ECT. No entanto, mesmo havendo esse alinhamento, ainda permanecem os problemas relacionados aos

esforços de se manter a ordem, mitigar conflitos e realizar ganhos mútuos na transação (Williamson, 2000). Conforme se observa pelas informações da pesquisa, existem problemas relacionados à *performance* econômica na transação, explicitados pela falta de confiança entre os agentes sobre a informação transmitida e sobre a formação do preço final pago pelos animais. Nessas transações, o comportamento oportunista (Williamson, 1985) ou o comportamento maximizador (Barzel, 2005), são presentes e já esperados pelos agentes na transação, sendo esse um problema histórico relatado e atrelado à falta de confiança nesse SAG.

Sendo assim, são identificados custos advindos dos esforços para a proteção dos direitos de propriedade envolvidos na transação, o que orienta **o segundo estágio de análise** proposto pelo *framework*, considerando as condições da mensuração (fácil ou difícil), nos termos propostos por Barzel (2005). No geral, identifica-se que tanto os participantes que transacionam no mercado, quanto os que firmam parcerias, na estrutura híbrida, buscam proteger seus direitos de propriedade a partir da negociação com base nas características de qualidade dos animais. Além disso, independentemente dos níveis de especificidade, a mensuração, tratada por Barzel (2005), sempre é presente, dadas as exigências do ambiente institucional, e dado que o valor do ativo é formado considerando, na maioria dos casos, os critérios de qualidade, especialmente no sistema de pagamentos pelo peso morto.

Por isso, considerando os pressupostos teóricos da ECT, em conjunto com os da ECM, mesmo na estrutura de mercado, existem custos associados à mensuração e à transmissão da informação. O que se identifica é que, na medida em que a especificidade se eleva e as estruturas se tornam mais complexas, são também encontradas formas mais avançadas de medição de qualidade, como o ultrassom de carcaças, o cálculo do índice GMD e o controle de rastreabilidade. Em comum, predomina-se, em todos os grupos, a mensuração visual, considerando a experiência dos produtores e compradores, em que são avaliadas características físicas dos animais, antes de se efetivar a transação.

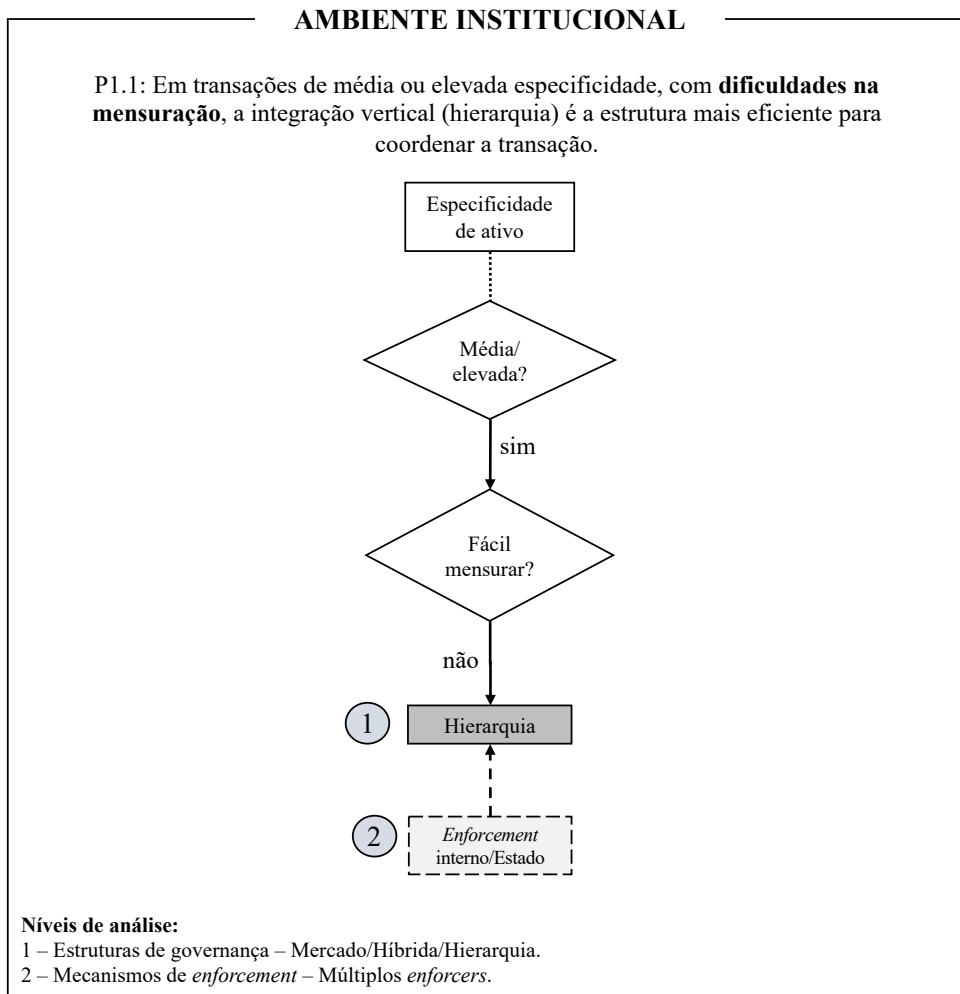
Para os agentes agrupados em média especificidade, coordenados pela estrutura híbrida, a medição visual é combinada com critérios como o controle do peso, da dieta, de rastreabilidade e, em alguns casos, o uso de *softwares* específicos e ultrassom de carcaça. Além disso, os processadores desse grupo trabalham com a classificação de carcaça pós-abate, que influencia no valor pago ao produtor. Por fim, no grupo de elevada especificidade, coordenada pela hierarquia, a medição de qualidade é efetuada e controlada desde a etapa da cria, na seleção e inseminação de matrizes, combinada com o ultrassom de carcaça, a análise do índice GMD e o controle da dieta e dos custos associados, periodicamente, por meio *softwares* de gestão.

Assim, como Zylbersztajn (2018) já indicava, com base nos estudos de Williamson (2000) e Barzel (2005), no mercado, esse tipo de mensuração resolve, uma vez que os agentes entram em uma relação de risco, em busca de maiores incentivos e liberdade. No entanto, essa mensuração passa a ser mais custosa (e mais difícil) ao se considerar, comparativamente, as outras formas de coordenação e níveis de especificidade. Em particular, no caso do participante F07, agrupado em elevada especificidade, a mensuração passa por um processo mais difícil e mais custoso do que para os casos de baixa ou média especificidade.

Ainda de acordo com a fala do participante, a mensuração e a transmissão da informação são facilitadas pelo controle interno, na hierarquia, conforme se espera pelo racional da ECM (Barzel, 2005; Zylbersztajn, 2018). Nesse caso, a padronização é controlada pela mensuração desde as etapas iniciais de produção, e a informação é transmitida internamente por meio de sistemas e reuniões. Ainda, para esse entrevistado, as melhorias são implementadas a partir das informações disponibilizadas pelo próprio consumidor final. Na estrutura híbrida ou no mercado, esse contexto seria mais difícil e mais custoso. Dessa forma, assim como se explicita pela Figura 25, em elevada especificidade de ativos, com dificuldades associadas à mensuração, a integração vertical é adotada como a estrutura de governança mais eficiente, quando se compara com as outras estruturas disponíveis para os outros entrevistados do SAG, confirmando a sub proposição P1.1, que estabelece que:

P1.1: Em transações de média ou elevada especificidade, com **dificuldades na mensuração**, a integração vertical (hierarquia) é a estrutura mais eficiente para coordenar a transação.

Figura 25 – Estágio 2 de análise: validação da sub proposição P1.1.



Fonte: autora.

Por sua vez, de acordo com os participantes agrupados em **média especificidade**, a mensuração visual, pela experiência, predominante nesse grupo, é relativamente fácil e é feita no dia a dia. No entanto, ela ainda expõe os agentes a riscos de apropriação de valor, porque a qualidade somente será mensurada, de fato, no momento do abate, quando os animais já foram comprados e a transação não pode mais ser desfeita. Nesse caso, a maior parte dos entrevistados conta apenas com a experiência, que é fácil, válida e funciona, mas que é subjetiva e não pode ser garantida em contratos formais, nos termos de Barzel (1997).

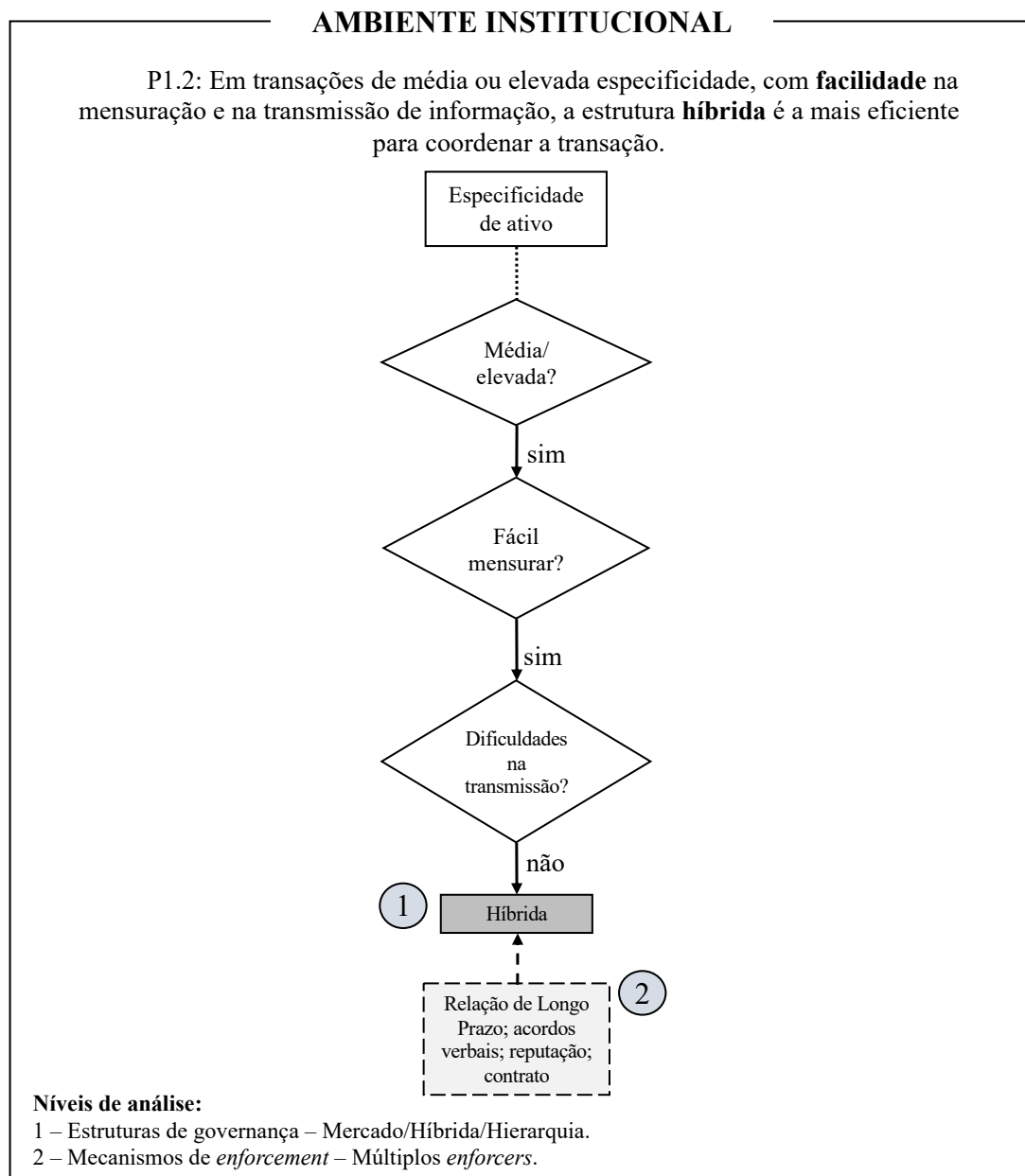
Dessa forma, ratificando os pressupostos da ECM, esse é o tipo de mensuração que, mesmo sendo fácil, ainda expõe os agentes aos riscos de apropriação, uma vez que parte dos atributos parecem estar em domínio público, dada a ausência de garantias pelo direito legal para grande parte das dimensões, considerando a discussão de Ito e Zylbersztajn (2016). Para Barzel (2005), havendo a possibilidade de mensurar os ativos com baixos custos, a relação contratual é uma escolha eficiente. No entanto, de acordo com o autor, para que esses contratos sejam

viáveis, a informação deve ser mensurável e verificável, de forma objetiva, a fim de se garantir esses atributos em contrato, com o suporte legal do Estado. Como já discutido, no caso desse SAG, a mensuração baseada na experiência dos produtores e processadores gera uma informação subjetiva, que é garantida somente pelo lado do direito econômico e pela relação de longo-prazo, ratificando Barzel (1997).

Ainda assim, seguindo o caminho proposto pelo *framework*, havendo a possibilidade de se efetuar a mensuração, com facilidade, é considerado o **terceiro estágio de análise: a transmissão da informação** aos dois lados envolvidos na transação. Nesse estágio, consideram-se as dificuldades que podem surgir no processo de transmissão da informação, conforme Barzel (2005). Como já explicitado, existe transmissão de informação na maioria dos casos retratados, especialmente nos casos em que se considera o peso morto para o pagamento dos animais comprados. De forma particular, em transações de média especificidade de ativos, com relativa facilidade na mensuração e na transmissão da informação, por meio do relatório de romaneio de abate, a estrutura híbrida é adotada pelos agentes como forma de coordenação. Essas evidências confirmam a sub proposição P1.2, conforme se observa na Figura 26:

P1.2: Em transações de média ou elevada especificidade, com **facilidade** na mensuração e na transmissão de informação, a estrutura **híbrida** é a mais eficiente para coordenar a transação.

Figura 26 – Estágios 2 e 3 de análise: validação da sub proposição P1.2.



Fonte: autora.

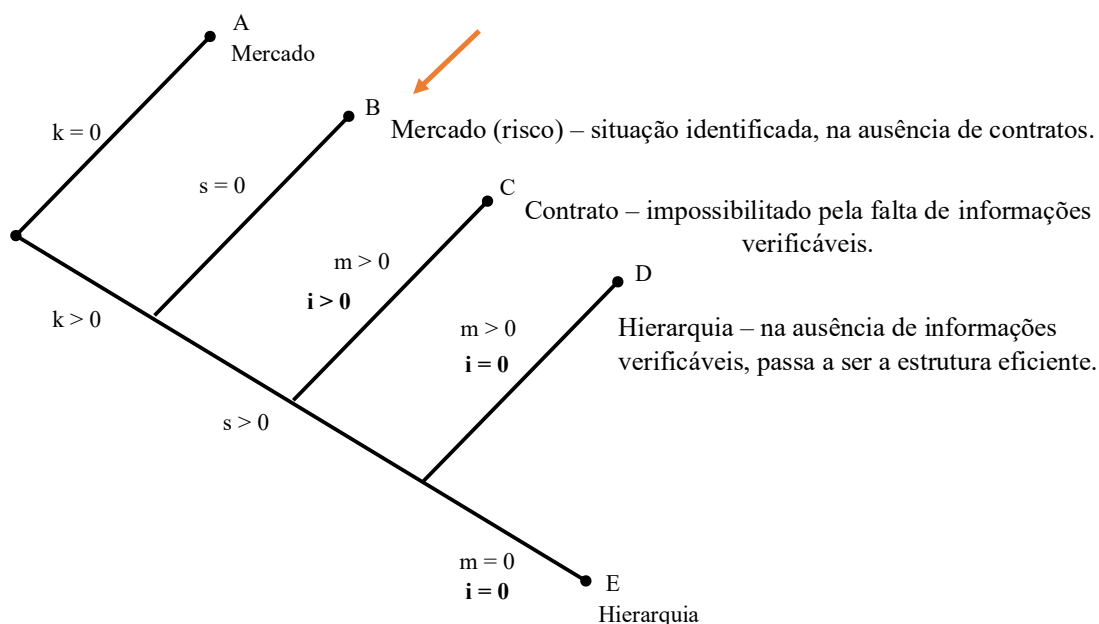
No entanto, destaca-se que, diferente do que se espera pelas teorias e pelo *framework*, essa estrutura híbrida não é coordenada por contratos formais e a mensuração, ainda que fácil, produz uma informação subjetiva, sujeita a erros. Somado a isso, a falta de confiança entre os agentes, advinda dos problemas históricos retratados nesse SAG, influencia também na desconfiança sobre a informação transmitida, mesmo que essa aconteça facilmente, por meio dos Relatórios de Romaneio de Abate, na maior parte dos casos. Conforme os participantes da pesquisa afirmam, essa informação é disponibilizada apenas para conferência e, no caso de

discordâncias, a possível recuperação do valor apropriado só se dará na próxima transação, dado que os animais já foram abatidos e a transação não pode mais ser desfeita.

Sendo assim, dada a falta de formalidade na transação e as desconfianças acerca da informação produzida e transmitida, são identificados custos com dupla mensuração, nos termos tratados por Barzel (2005). Nesse SAG, esses custos configuram dificuldades na transmissão da informação e se exemplificam pela prática de acompanhamento do abate, presencial ou por vídeo, e por diversas pesagens que acontecem no carregamento dos animais, na chegada no frigorífico e após o abate, mesmo na estrutura híbrida, como uma forma de se proteger os direitos econômicos de propriedade. Ou seja, mesmo a informação sendo transmitida pelo relatório de romaneio de abate, a dupla mensuração é praticada como uma forma de se reduzir as desconfianças nesse processo, principalmente porque o preço final é formado a partir dos descontos informados nesse relatório.

Considerando o esquema contratual desenvolvido por Souza e Bankuti (2012), adaptado nesta tese com base nos pressupostos de Williamson (1985) e Barzel (2005), observa-se que, quando se insere as informações da pesquisa, identifica-se uma situação de ineficiência. Embora o modelo indique um caminho de eficiência, para os casos de média especificidade, existe a mensuração ($m > 0$), mas a informação produzida não é verificável e, dessa forma, impossibilita o uso de salvaguardas que protejam os direitos transacionados ($s = 0$), conforme previsto. Sendo assim, as transações agrupadas em média especificidade, por não serem coordenadas por contratos (nó C), permanecem mais próximas de uma relação de risco, no mercado (nó B), expondo os agentes a riscos de comportamento oportunista e apropriação de valor. Nesse caso, existe a mensuração ($m > 0$), mas os problemas associados à produção da informação e de sua transmissão ($i = 0$) entre os agentes não possibilitam a proteção por contratos. Sugerindo, assim, que, para esse grupo de entrevistados, esse é o tipo de transação que pode ser mais eficiente quando coordenada pela hierarquia (nó D), dado o grau de especificidade e os problemas de informação, conforme se observa na Figura 27.

Figura 27 – Aplicação do esquema contratual para casos de média especificidade no SAG.



Fonte: adaptado de Souza e Bankuti (2012).

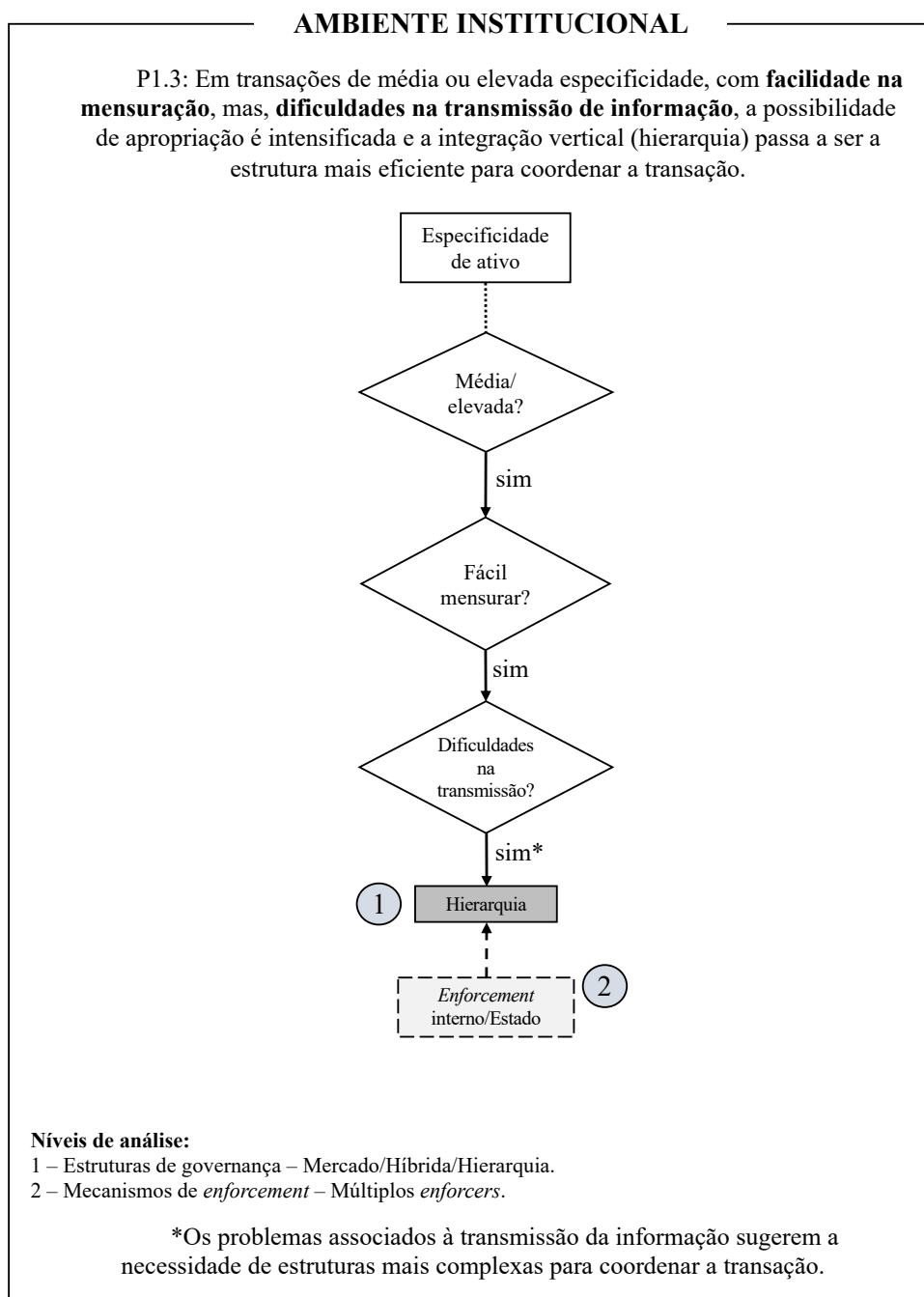
Em outras palavras, sugere-se, a partir dos dados empíricos e do *framework* teórico-analítico, que a coordenação da transação envolvendo média ou elevada especificidade de ativos, com facilidade na mensuração, mas com dificuldades associadas à transmissão da informação, é mais eficiente quando controlada, na ausência de contratos formais, pela hierarquia. Dessa forma, os problemas relacionados à coordenação pela estrutura híbrida, advindos de desconfianças entre os segmentos produtor e processador e explicitados pela existência de custos com dupla mensuração, confirmam a sub proposição P1.3, conforme se observa pela Figura 28, ao demonstrar que:

P1.3: Em transações de média ou elevada especificidade, com **facilidade na mensuração**, mas **dificuldades na transmissão de informação**, a possibilidade de apropriação é intensificada e a integração vertical (hierarquia) passa a ser a estrutura mais eficiente para coordenar a transação.

De acordo com as informações apresentadas, nos casos de média especificidade, os produtores e processadores mantêm a estrutura de governança híbrida para as transações de compra e venda de gado para abate, negociando no valor padrão da arroba. No entanto, na ausência da hierarquia ou dos contratos formais, são identificadas outras iniciativas para diferenciação e orientação da transação, por parte dos produtores, na busca por proteção dos direitos econômicos, frente a possibilidade de apropriação de valor e comportamento oportunista. Essas alternativas se exemplificam pela produção de animais de qualidade padrão

para reduzir dependência, comercialização com cooperativas de abate – que possibilitam maior aproximação entre os segmentos – e pela terceirização do abate e comercialização direta, para boutiques de carne ou açougues.

Figura 28 - Estágios 2 e 3 de análise: validação da sub proposição P1.3.



Fonte: autora.

A partir do exposto, são considerados diversos fatores, ratificando Barzel (1982; 2001; 2005), que se somam aos custos de transação na coordenação pelo mercado e pela estrutura híbrida, proposta por Williamson (1985): custos do não recebimento; custo da mensuração;

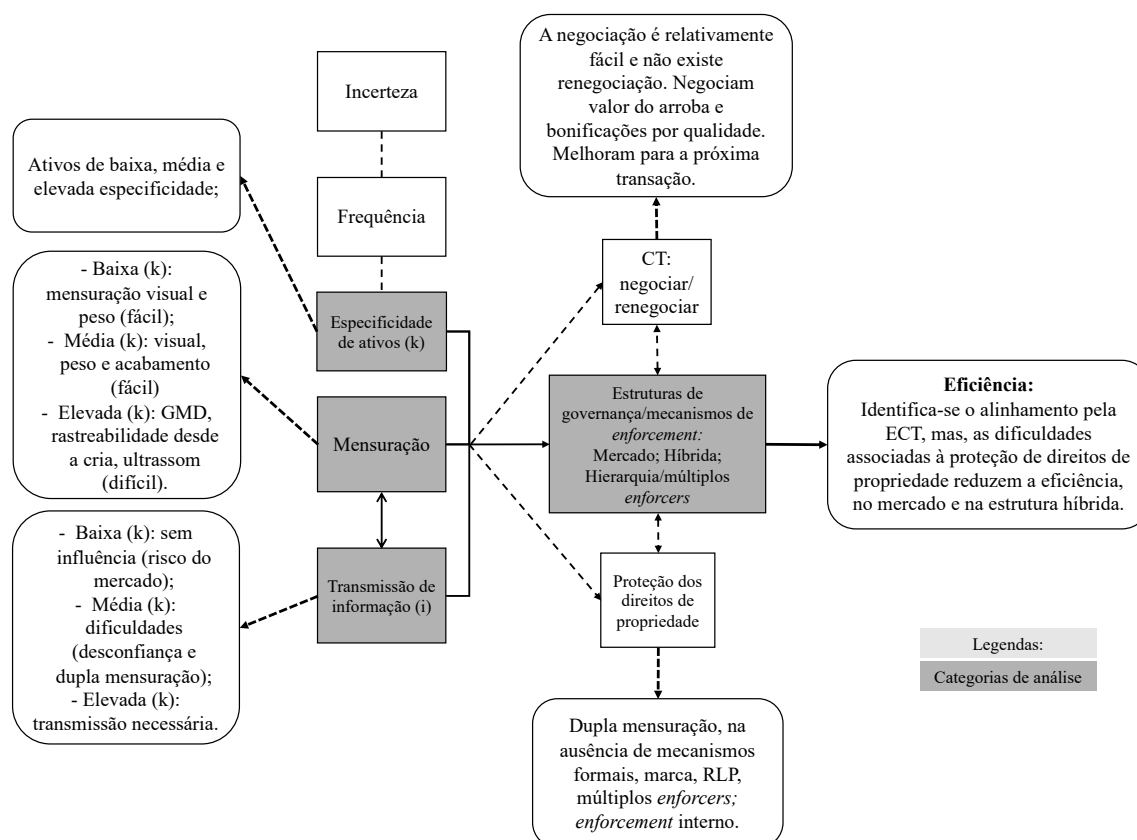
custo da dupla mensuração (acompanhamento de abate; mensuração na propriedade e no frigorífico antes do abate); custo para selecionar outro comprador e vendedor, quando se identificam problemas na transação (custo por não realizar a transação); dificuldades na transmissão da informação, associadas, principalmente, à falta de confiança entre os agentes; custos para evitar que seja transmitida baixa *performance*, associado aos custos com dupla mensuração. Esses, por sua vez, se tornam ainda mais importantes quando se considera, comparativamente, a coordenação pela estrutura híbrida, em relação ao mercado e à hierarquia.

Por outro lado, os agentes P20 e F07, que adotam a hierarquia como estrutura de governança, economizam esses custos anteriores ao internalizarem o controle sobre as etapas de produção, abate e comercialização da carne bovina, ratificando os pressupostos da ECT e da ECM. Na hierarquia, o mecanismo de garantia adotado é o *enforcement* interno, retratado pela relação de emprego entre os agentes e seus encarregados, com o reforço do Estado, nos termos de Barzel (2005). Além disso, conforme já explicitado, a mensuração e a transmissão da informação são também facilitadas nessa estrutura, mitigando os problemas associados à falta de confiança presente nas transações de mercado e híbrida, nos casos estudados. Dessa forma, as evidências aqui apresentadas confirmam a proposição P1, a partir de suas sub proposições já discutidas, ao demonstrar que:

P1: A eficiência na transação se estabelece tanto em função, principalmente, da **especificidade de ativos** (ECT) quanto em função da **mensuração** e da **transmissão** de informação (ECM).

A partir do exposto, observa-se que, pelo lado da ECT, existe o alinhamento entre a especificidade de ativos e as estruturas de governança, sugerindo a eficiência da transação. No entanto, os problemas associados à garantia dos direitos de propriedade permanecem e geram custos de transação, dada a informalidade e a falta de mecanismos de garantia mais complexos, como o contrato, na estrutura híbrida. Sendo assim, ratificando Williamson (1991), no caso desses agentes entrevistados, a *performance* econômica é determinada pela definição dos direitos de propriedade e a análise de eficiência da coordenação deve ser feita de modo a combinar os aspectos da especificidade de ativos, da mensuração e da transmissão da informação. A convergência entre essas observações é resumida na Figura 29, explicitada de acordo com as categorias de análise do estudo.

Figura 29 – Convergência entre os resultados, de acordo com as categorias de análise.



Fonte: autora.

Resumidamente, de acordo com as informações já apresentadas, identificou-se, nesse SAG, os três níveis de especificidade de ativos, sendo os participantes divididos em grupos de baixa, média e elevada especificidade. Como afirma Williamson (2008), nesse SAG, conforme a especificidade se eleva, a coordenação se move, progressivamente, de uma simples troca de mercado, para a contratação híbrida e, em seguida, para a hierarquia. Por sua vez, as condições da mensuração variam conforme a especificidade de ativos se eleva. Ratificando Barzel (2005), a especificidade de ativos é mais uma característica de ativos difíceis de se mensurar e sujeitos à captura.

Nesse sentido, identifica-se que no grupo de baixa especificidade, coordenados pelo mercado, a mensuração é visual, mais fácil e mais simples. No grupo de média especificidade, coordenado predominantemente pela estrutura híbrida, com exceção de alguns casos que realizam ultrassom de carcaça, a mensuração continua visual e pelo peso. Destaca-se que esse tipo de mensuração, ainda que fácil, é subjetivo, pois depende da experiência individual, não podendo ser garantida a informação em contratos e expondo os agentes a riscos de apropriação de valor, conforme Barzel (2005) já indicava.

Já no grupo de elevada especificidade, a mensuração da qualidade é mais difícil, comparativamente com os outros grupos, dado que o controle e padronização devem acontecer desde a etapa de criação dos animais e conta com as informações coletadas diretamente com o consumidor final. Por sua vez, a transmissão da informação existe em todos os grupos e tanto o produtor quanto o processador têm acesso à informação a respeito da qualidade dos animais, no momento da negociação. Mas, nas transações coordenadas pelo mercado e estrutura híbrida, existem dificuldades associadas a desconfianças sobre a informação transmitida no decorrer da transação, que justificam a dupla mensuração de forma recorrente, gerando custos de transação. Conforme já discutido, essa situação é mais problemática na estrutura híbrida, dado que no mercado é esperado esse risco, de acordo com o histórico do setor, o que é teoricamente previsto na proposta de Barzel (2005). Na hierarquia, essas dificuldades são atenuadas pelo controle interno e a transmissão da informação é facilitada, reduzindo custos com dupla mensuração, ratificando os pressupostos da ECM (Barzel, 2005) e as proposições do estudo.

Ao se considerar os mecanismos de garantia vigentes nessas transações, esses são caracterizados como múltiplos *enforcers*, dado que os agentes combinam diferentes formas de garantia, em busca da proteção dos direitos de propriedade. No mercado, predomina a relação do tipo *caveat emptor*, relação de risco, mas essa relação se combina com o reforço da relação de longo-prazo e da reputação dos agentes. Na estrutura híbrida, a maioria das transações é coordenada por acordos verbais, os contratos formais são exceções e o principal mecanismo de garantia é a relação de longo-prazo, combinada com a reputação e as marcas construídas. Por sua vez, na hierarquia, o mecanismo adotado é o *enforcement* interno, explicitado pelos contratos de trabalho (poder de *fiat* ou *forbearance*), como Barzel (2005) já discutia.

Nesse sentido, dada a ausência do direito legal associado aos contratos, uma prática frequentemente adotada pelos agentes é o acompanhamento do abate, como uma forma de garantir que os descontos aplicados sobre a medição de qualidade sejam adequados para os dois lados da transação, principalmente na estrutura híbrida. Assim, diferente do que se estabelece na ECM, no caso desses representantes do SAG de carne bovina, a relação de longo-prazo não auxilia na redução dos custos de mensuração, considerando os pressupostos de Barzel (2005). Na estrutura híbrida, os agentes continuam acompanhando o abate, dada a falta de confiança e de formalidade na transação.

Considera-se, portanto, que essa posição reforça e operacionaliza as discussões de interdependência entre os caminhos da governança e da mensuração, inicialmente indicadas por Williamson (1985). Isso se justifica ao se identificar que existe o alinhamento entre estruturas

de governança e atributos da transação, com foco na especificidade de ativos, para mitigar os riscos advindos do comportamento oportunista, conforme discutido pela ECT. Entretanto, esse alinhamento ainda não reduz os custos de transação, quando se trata de proteção dos direitos de propriedade, tratados por Barzel (2001; 2005), na ECM, especialmente nos casos de baixa e média especificidade de ativos. Nesses casos, dados os problemas de informação, a garantia dos direitos de propriedade é prejudicada, os agentes são expostos a maiores riscos e, na busca por proteção, identificam-se custos de transação (dupla mensuração, busca de novos compradores, custo de proteção contra transferência de baixa performance, dentre outros), conforme sugerido pela ECM.

Assim, considerando as discussões de eficiência, a partir do grau de especificidade de ativos, da mensuração e da transmissão de informação, apresenta-se o Quadro 16, em complemento à Figura 29, que resume os resultados do estudo, a partir das informações já discutidas. Nesse quadro, identifica-se, para os casos estudados nesse SAG, que para ativos de elevada especificidade, coordenados pela hierarquia, a transação é considerada eficiente, pois os custos de transação são reduzidos pelo alinhamento proposto por Williamson (1985) e a proteção dos direitos de propriedade é garantida pelo *enforcement* interno, conforme se espera pela ECM, de acordo com Barzel (1982; 2005). No entanto, nas transações envolvendo ativos de baixa e média especificidade, coordenadas pelo mercado e pela estrutura híbrida, as dificuldades na garantia dos direitos de propriedade reduzem a eficiência, mesmo existindo o alinhamento proposto na ECT.

Quadro 16 – Especificidade de ativos, mensuração e transmissão da informação na coordenação e proteção dos direitos de propriedade.

Especificidade	Mensuração	Transmissão de informação	Estruturas de Governança	Mecanismos de Garantia	Eficiência
Baixa (qualidade mínima padrão: peso e cobertura de gordura)	Fácil: visual e peso	Não requerida	Mercado	<i>Caveat emptor</i> ; RLP	Busca de eficiência pela padronização
Média (raça; volume; idade; acabamento e cobertura de gordura)	Fácil: visual, peso, acabamento de gordura	Existente, não confiável (dificuldades)	Híbrida	RLP; Estado	Baixa (Custos de transação)
Elevada (raça <i>Wagyu</i> ou <i>Wangus</i>)	Difícil: visual, peso, GMD, ultrassom, padronização de raça na cria	Rastreabilidade (controle do processo)	Hierarquia	<i>Enforcement</i> interno	Eficiente

Fonte: autora com base nas informações da pesquisa.

No mercado, identificam-se problemas relacionados à garantia dos direitos de propriedade, conforme descrito por Barzel (2005), mas o risco de apropriação é minimizado

pela busca de padronização, por parte dos produtores. Nessa estrutura, a busca de eficiência, redução de CT e proteção dos direitos, se dá pela produção de animais dentro dos padrões mínimos de qualidade estabelecidos no SAG, como peso e cobertura de gordura. Pelos dados da pesquisa, é possível afirmar que esse movimento do segmento de produção rural parece ser uma forma de coordenar a transação com o segmento processador, estabelecendo padrões que reduzam a dependência e a possibilidade ações oportunistas ou de apropriação de valor, deixado em domínio público.

Por sua vez, na estrutura híbrida, em média especificidade de ativos, a garantia dos direitos de propriedade é prejudicada e a eficiência da transação é reduzida. Isso acontece por conta da ausência de informações verificáveis produzidas pela mensuração, dificuldades na transmissão da informação e falta de mecanismos de garantia formalizados, nos termos tratados por Barzel (2005). Nesse contexto, conforme já discutido, são identificados custos com dupla mensuração, que elevam os custos de transação, na tentativa de se proteger os direitos de propriedade. Em outras palavras, mesmo havendo o alinhamento entre o grau de especificidade e a estrutura de governança, discutido em Williamson (1991), a ausência de contratos formais e as dificuldades associadas à proteção dos direitos de propriedade, elevam os custos de transação, reduzindo a eficiência das transações entre os produtores e processadores agrupados em média especificidade de ativos.

Por fim, ratificando Hodgson (2004) e Sent e Kroese (2022), observa-se que a especificidade de ativos é um fator importante a ser considerado na análise de eficiência, mas não é o único. Nesse SAG, a noção de especificidade de ativos é importante, porque define o preço pago pelo gado, mas a informação sobre os atributos que compõem os ativos está relacionada à proteção do valor transacionado, como Foss e Foss (2000) já argumentavam. Nesse caso, tanto a mensuração, necessária em toda transação, quanto a dificuldade na transmissão de informação, que pode reproduzir problemas de mensuração ou mesmo distorcer as informações, dificultam a adequada distribuição de valor e são outros dois fatores a serem considerados. Esses aspectos perpetuam a geração de custos de transação, tradicionais no SAG, na tentativa de proteção, na mesma ou na próxima transação, conforme identificado nas entrevistas, e justifica o surgimento da hierarquia como estrutura de governança para essa cadeia. Sendo assim, a tese deste trabalho é confirmada pelas evidências do estudo, ao demonstrar que *as discussões de eficiência devem considerar o grau de especificidade de ativos e as condições da mensuração e da transmissão da informação, visando ao alinhamento na coordenação e à garantia de direitos de propriedade entre os agentes na transação.*

6. CONCLUSÃO

Nesta tese, o objetivo geral foi compreender como a especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina. Esse, por sua vez, foi decomposto nos seguintes objetivos específicos: propor um *framework* teórico-analítico para a escolha da coordenação e para a proteção dos direitos de propriedade, envolvendo os conceitos da ECT e da ECM; caracterizar a especificidade de ativos e como acontecem os processos de mensuração e de transmissão da informação, nas transações entre produtores e processadores do SAG de carne bovina, nos termos do *framework* proposto; analisar como o grau de especificidade de ativos, a mensuração e a transmissão da informação contribuem para a coordenação e para a proteção dos direitos de propriedade, nas transações envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina.

Inicialmente, neste estudo, partiu-se de uma orientação teórica, buscando operacionalizar as discussões entre os caminhos da governança e da mensuração, considerados como interdependentes. Nos últimos anos, foram identificados diversos estudos teórico-empíricos que já se propuseram a discutir de forma conjunta a ECT e a ECM. Em comum, esses estudos buscaram contribuir com avanços que tratam da relação entre os aspectos relacionados à mensuração e à governança na coordenação eficiente da transação, em diversos setores, especialmente, nos relacionados ao agronegócio.

No entanto, cada estudo identificado seguiu por caminhos analíticos distintos e individuais, não se observando um quadro analítico em comum para operacionalizar essa discussão. Além disso, considerou-se que o olhar para os problemas associados à transmissão da informação, produzida pela mensuração, pode ainda ser mais explorado, a fim de contribuir com avanços teóricos. Dessa forma, esta pesquisa se dedicou a operacionalizar a discussão entre a ECT e a ECM, contribuindo com um *framework* teórico-analítico que considera os seguintes pressupostos das duas teorias, em conjunto: especificidade de ativos; mensuração; transmissão da informação.

Para atender a esses objetivos, o objeto de estudos foi o SAG de carne bovina, por historicamente, ser identificado com diversidade e descoordenação nas transações entre os segmentos produtor e processador. Dada essa diversidade, o *framework* teórico-analítico proposto transita nos dois caminhos: da coordenação da transação e da proteção dos direitos de propriedade. Nesse caso, as transações entre os segmentos produtor e processador do SAG de

carne bovina ofereceram as informações necessárias para que as teorias fossem discutidas e a sua complementaridade operacionalizada.

A pesquisa foi conduzida sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, com recorte transversal. Para essa pesquisa, foram ouvidos, em uma entrevista semiestruturada, 20 produtores e 8 processadores do SAG de carne bovina, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Por sua vez, a análise dos dados coletados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo e as informações foram categorizadas, no Atlas.ti, de acordo com as seguintes categorias de análise, advindas da tese e do *framework* proposto: especificidade de ativos; mensuração; transmissão da informação; estruturas de governança; mecanismos de *enforcement*.

De forma geral, os resultados da pesquisa demonstram que, na medida em que a especificidade de ativos se eleva, a coordenação se move, progressivamente, do mercado para a estrutura híbrida e para a hierarquia. Isso ratifica o racional da ECT e sustenta a hipótese de alinhamento, discutida na teoria. No entanto, mesmo havendo essa correspondência com a teoria, foi identificado no estudo, que as transações entre o segmento produtor e processador do SAG de carne bovina são cercadas de elevada desconfiança entre os agentes, advinda de problemas históricos nessa relação. Além disso, diferente do que se espera pela ECT, a estrutura híbrida é, na maior parte dos casos, representada por parcerias informais e não por contratos formalizados.

Nesse contexto, observa-se que existem outros custos de transação associados, além dos custos de negociação e renegociação, tratados pela ECT. Buscando garantir o direito de propriedade transacionado, as transações desse SAG são ainda cercadas por custos advindos da mensuração e da transmissão da informação, conforme se explicita na ECM. Nesse sentido, mesmo na estrutura híbrida, em que se identificam parcerias duradouras entre os agentes, existem custos com dupla mensuração para a proteção dos direitos de propriedade, os quais se exemplificam pela prática de acompanhamento de abate e por diversas pesagens, que ocorrem no carregamento dos animais, na chegada aos frigoríficos e após o abate.

Identificou-se, entre os agentes deste estudo, que a mensuração, na maior parte dos casos, é feita de forma visual e que são adotadas técnicas mais complexas, na medida em que a especificidade de ativos se eleva, comparativamente. Ainda que seja considerada relativamente fácil pelos agentes agrupados em baixa e média especificidade, esse tipo de mensuração é subjetiva e pode expor os agentes a riscos, uma vez que essa informação não pode ser formalizada e garantida em contrato. Como consequência, a transmissão da informação não é

efetiva e carrega dificuldades, dado que os produtores, muitas vezes, não confiam na informação recebida.

Nas transações agrupadas em baixa especificidade, isso não foi considerado problemático, dado que os agentes aceitam os riscos envolvidos no mercado, em busca de maiores incentivos – preço – e liberdade, e se utilizam de outros mecanismos de garantia. No entanto, ao se considerar as transações coordenadas pela estrutura híbrida, esse tipo de mensuração gera uma informação que não pode ser garantida em contrato, conforme se propõe pela ECM. Por esse motivo, foram identificados custos advindos da busca pela proteção dos direitos econômicos de propriedade. Em contraste aos pressupostos da ECM, a relação de longo-prazo, embora gere reputação, como mecanismo de garantia, não reduz os custos de mensuração, dada a falta de confiança presente nesse SAG.

Por sua vez, ratificando os pressupostos da ECT e da ECM, as transações coordenadas pela hierarquia apresentam menores custos de transação e os processos de mensuração e transmissão da informação são favorecidos pela estrutura interna. Ao internalizar as etapas de produção, abate e comercialização da carne bovina, os problemas relacionados às desconfianças sobre a informação transmitida, que influencia no valor pago pelos animais, são reduzidos. Além disso, a internalização dessas etapas permite maior controle sobre o processo de mensuração, que seria mais difícil nas estruturas de mercado e híbrida. Nesse caso, os custos burocráticos da hierarquia são compensados pela redução dos custos para proteção dos direitos de propriedade, presentes nas outras estruturas.

Considerando as discussões de eficiência, a partir dos racionais das teorias, é possível concluir que, na hierarquia, a transação de ativos de elevada especificidade é eficiente, porque apresenta o alinhamento proposto pela ECT e porque os direitos de propriedade são protegidos internamente, conforme se espera também pela ECM, ratificando-se a proposição do estudo. Isso também se confirma quando se identifica que, no mercado e na estrutura híbrida, mesmo se identificando o alinhamento entre estruturas de governança e ativos de baixa e média especificidade, a eficiência da transação é reduzida, dadas as dificuldades na proteção dos direitos de propriedade. Na ausência de mecanismos de garantia formalizados e mais complexos, os direitos permanecem em domínio público e identificam-se custos com dupla mensuração, para a proteção contra a apropriação de valor, especialmente na estrutura híbrida, em média especificidade de ativos.

A partir do exposto, os resultados da pesquisa confirmam as proposições derivadas do *framework* teórico-analítico. Portanto, operacionalizando essa discussão do uso conjunto das

teorias, foi também possível confirmar a tese deste trabalho de que *as discussões de eficiência devem considerar o grau de especificidade de ativos e as condições da mensuração e da transmissão da informação, visando ao alinhamento na coordenação e à garantia de direitos de propriedade entre os agentes na transação*. A especificidade de ativos influencia no preço pago ao produtor, a partir das diferenciações em qualidade e se alinha às escolhas de estruturas de governança, na coordenação das transações. No entanto, os problemas associados à mensuração e à transmissão de informação são presentes e dificultam a garantia dos direitos econômicos de propriedade, contra a apropriação de valor, especialmente na ausência de mecanismos de garantia formalizados, como o contrato. Destaca-se que esse *framework* pode, ainda, ser aplicado em outros estudos teóricos-empíricos, sob a orientação teórica da NEI e, no campo empírico, como uma ferramenta gerencial para a escolha das formas de coordenação, envolvendo transações de diferentes sistemas produtivos.

Empiricamente, como uma alternativa aos problemas identificados nas transações, o que se observou, neste estudo, é que o segmento produtor tem buscado investir cada vez mais na criação de animais com qualidade padrão ou superior, conforme já explicitado. De acordo com as informações da pesquisa, a produção de um animal de qualidade dentro dos padrões mínimos estabelecidos para o SAG (peso e cobertura de gordura) é um dos principais fatores a reduzir a dependência do produtor em relação ao processador. Nesse caso, o produtor, ao estabelecer padrões de qualidade, além de obter melhores condições de negociação com o segmento processador, define um processo de coordenação na cadeia, a partir da introdução de novos parâmetros mínimos de qualidade de produto.

Em outras palavras, o produtor define em qual nível de qualidade produzir seus animais – qualidade padrão (convencional) ou superior (diferenciado) e, a partir disso, escolhe para qual processador comercializar. Isso reduz a condição de dependência do segmento produtor pelo segmento processador. Sendo assim, é possível concluir, a partir do estudo, que o segmento produtor pode estar estabelecendo a coordenação ao investir na qualidade, como uma forma de se proteger e garantir melhores condições de negociação com o segmento processador. Dessa forma, reduzindo, em parte, os problemas de diversidade e descoordenação, que são tradicionais nesse SAG. Considera-se que esse contexto pode ser replicado para esse sistema, como um todo, dado que o segmento produtor da pecuária de corte tem se fortalecido, diminuindo a sua dependência por parte do segmento processador, quando comparado com outros SAGs, como o da pecuária leiteira, por exemplo.

Além disso, ainda que tenham sido identificados menos problemas na estrutura hierárquica, não se pretende defender, neste estudo, que todas as transações devam ser internalizadas. Ratificando o racional das teorias, somente ativos de elevada especificidade e elevado valor justificam a integração vertical e são capazes de compensar os custos associados ao gerenciamento interno. Assim, argumenta-se que os agentes que transacionam no mercado e na estrutura híbrida são expostos a riscos de comportamento oportunista e maximizador, os quais podem ser atenuados na medida em que se melhora o processo de mensuração e de transmissão da informação, produzindo informações verificáveis e possibilitando a formalização dos acordos estabelecidos entre os agentes desse SAG.

Por sua vez, teoricamente, ao operacionalizar a proposta, por meio do *framework* proposto, demonstra-se, neste estudo, que os fatores associados à especificidade de ativos, à mensuração e à transmissão da informação devem ser considerados em conjunto para a análise de eficiência da coordenação. Os problemas de informação, associados aos problemas históricos de desconfianças existentes no SAG, ratificam que, mesmo havendo o alinhamento proposto pela ECT, ainda existem os custos para a garantia dos direitos de propriedade transacionados. Esses problemas são intensificados, nas condições em que a mensuração produz uma informação subjetiva, que não pode ser garantida pelo lado do direito legal, especialmente quando são transacionados ativos de especificidade média, na estrutura híbrida.

Portanto, os dados primários coletados foram fundamentais para a validação do *framework* teórico-analítico proposto e para a operacionalização das discussões de eficiência, pelas lentes teóricas da ECT e da ECM. Da mesma forma, as proposições teóricas auxiliaram na compreensão dos problemas historicamente retratados nesse SAG, não resolvendo, por outro lado, problemas de não pagamento, que são atenuados pelas RLP e pelo pagamento à vista. A partir disso, foi possível afirmar para esse estudo, que a desconfiança, tão presente nessas transações, pode ser atenuada por melhorias na mensuração e na transmissão da informação, sobre os atributos de qualidade, que formam o preço negociado. Essas melhorias, por sua vez, têm efeito sobre os mecanismos de proteção dos direitos de propriedade, a partir da maior formalização dos acordos estabelecidos, com informações objetivas e verificáveis, sobre os atributos que compõem os ativos transacionados.

Conclui-se, a partir das discussões apresentadas nesta tese, que os caminhos da governança, tratado pela ECT, e da mensuração, tratado pela ECM, são interdependentes e complementares, assim como Oliver Williamson já defendia. Ainda que Yoram Barzel tenha considerado os conceitos da ECM como mais operacionais, a discussão de eficiência, neste

estudo, identificou que é preciso considerar esses dois caminhos, em conjunto. Dito de outra forma, o alinhamento entre a especificidade de ativos (acompanhada dos outros atributos da transação) e as estruturas de governança é um primeiro estágio, e mantém a sua importância para a eficiência da transação. No entanto, a esse estágio deve se somar o olhar para a proteção dos direitos de propriedade, por meio dos mecanismos de garantia, aqui tratados a partir dos aspectos relacionados à mensuração e à transmissão de informação, entre os agentes envolvidos na mesma transação.

Embora não tenha sido objetivo no estudo, as informações empíricas sobre o SAG, permitem a indicação de um possível caminho de coordenação para a cadeia. A deficiência na coordenação, apontada em estudos anteriores, como histórica na cadeia bovina, parece dar lugar a uma nova forma de coordenação. Baseados em dimensões diferenciadoras para o gado bovino, com efeito sobre o valor transacionado, o segmento produtor parece estabelecer parâmetros para identificação do ativo específico transacionado, que tem efeito sobre todos os segmentos da cadeia, notadamente, para o segmento processador e distribuidor. Para o produtor, reduz a histórica dependência de um comprador de maior reputação, produzindo gado de fácil comercialização e altamente padronizado. Para o segmento de distribuição, parece definir novos parâmetros de carne diferenciada, permitindo que novos pontos de distribuição varejistas sejam criados e novos cortes sejam oferecidos, influenciando a demanda e ampliando as opções de comercialização.

Por fim, como limitações do estudo, destacam-se: realização de algumas entrevistas à distância, dado que foram considerados participantes de diferentes regiões do país, o que pode ter impossibilitado a criação de um ambiente propício para o aprofundamento das entrevistas, em alguns casos; dificuldade de acesso aos processadores, especialmente nos casos de grandes frigoríficos; a desconfiança presente no setor, que, em alguns casos, dificultou a disposição dos entrevistados em expor as informações. Além disso, como o grupo de entrevistados parece ter agrupado produtores com nível tecnológico acima da média característica do setor (baixa qualidade na produção e uso de animais de descarte), talvez em função do uso de indicação pelos entrevistados, um estudo alcançando todos os níveis de qualidade presentes no SAG, poderia gerar avanços e condições de extrapolação nos resultados obtidos.

Considerando que um dos principais objetivos desta pesquisa foi operacionalizar a discussão entre os caminhos da governança e da mensuração, a condução do estudo identificou oportunidades para futuras pesquisas como: implementação e discussão do *framework* teórico-analítico em outros sistemas produtivos; realização de análises comparativas com outros

estudos, ou estudos em outras regiões do país e outros SAGs; discussão do *framework* em conjunto com outras teorias, frequentemente, associadas às discussões de eficiência da coordenação, como, por exemplo, a RBV.

7. REFERÊNCIAS

- AGROPECUÁRIA Brasileira em números. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. MAPA, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/abn-12-2022.pdf/view>> Acesso em: 13 abr. 2023.
- AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P. de; CARIO, S. A. F. Integração vertical em montadoras automotivas. **RAC**, v. 22, n. 5, Rio de Janeiro, 2018.
- AUGUSTO, C. A. *et. al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **RESR**, v. 51, n. 4, Piracicaba, 2013.
- AZEVEDO, P. F. de. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric. São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 33-52, São Paulo, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Ampliada. 3 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARZEL, Y; KOCHIN, L. A. Ronald Coase on the Nature of Social Cost as a Key to the Problem of the Firm. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 94, n. 1, p. 19-31. 1992.
- BARZEL, Y. **A theory of organizations**: to supersede the theory of the firm, Washington, DC: Department of Economics. 2001.
- BARZEL, Y. A theory of the State: economic rights, legal rights and the Scope of the State. **Cambridge University Press**, 289p. 2002.
- BARZEL, Y. Economic Analysis of Property Rights. **Cambridge University Press**, 161. 1997.
- BARZEL, Y. Measurement Cost and the Organization of Markets. **Journal of Law and Economics**, v. 25, n. 1, p. 27-48. 1982.
- BARZEL, Y. Organizational Forms and Measurement Costs. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, JITE 161, p. 357-373. 2005.
- BARZEL, Y. **Property rights in the firm**. In: ANDERSON, T.L. MCCHESENEY, F.S. Property Rights: Cooperation, Conflict, and Law. Princeton University, 2003.
- BARZEL, Y. Transaction costs: are they just costs? **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, p. 4-16. 1985.
- BEEF Report 2023: perfil da pecuária no Brasil. **Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne**. ABIEC, 2023. Disponível em: <<https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2022/>> Acesso em: 13 abr. 2023.
- BEEF Report 2024: perfil da pecuária no Brasil. **Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne**. ABIEC, 2024. Disponível em: <<https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2024-perfil-da-pecuaria-no-brasil/>> Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Portaria no 612, de 05 de outubro de 1989. Brasília, 1989. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/regulamentos-tecnicos-de-identidade-e-qualidade-de-produtos-de-origem-animal-1/POR00000612.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Instrução Normativa no 83, de 21 de novembro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/11/2003&jornal=1&pagina=29&totalArquivos=108>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Instrução Normativa nº 17, de 29 de maio de 2018. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16742430/do1-2018-06-01-instrucao-normativa-n-17-de-29-de-maio-de-2018-16742426>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Instrução Normativa nº 92, de 18 de setembro de 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-92-de-18-de-setembro-de-2020-278692460>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Portaria SDA nº 664, de 30 de setembro de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-664-de-30-de-setembro-de-2022-433278402>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Diário Oficial da União. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Portaria SDA nº 723, de 23 de dezembro de 2022. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sda-n-723-de-23-de-dezembro-de-2022-453548646>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CALDAS, E. O. L.; LIMA, A. L. R.; LARA, L. J. C. Viabilidade econômica da produção de frangos de corte sob diferentes estruturas de governança. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v.71, n.5, p.1639-1648, 2019.

CALEMAN, S. M. D. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Falta de garantias e falhas de coordenação: evidências do sistema agroindustrial da carne bovina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, 2012.

CALEMAN, S. M. Q. *et. al.* Mecanismos de governança em Sistemas Agroalimentares: um enfoque nos custos de mensuração. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 4, n. 2. 2006.

CALEMAN, S. M. Q.; SPROESSER, R. L.; ZYLBERSZTAJN, D. Custos de mensuração e governança no agronegócio: um estudo de casos múltiplos no Sistema Agroindustrial da carne bovina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 10, n. 3, 2008.

CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Contracts and incentives in quality beef chain: analyzing organizational failures. **Revista de Economia e Administração**, v.8, n.3, p. 296-311, 2009.

CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Failures in incentive and transmission along Brazil's quality beef chain. **Journal on Chain and Network Science**, v. 11, n. 3, p. 251-262. 2011.

CARTER, R.; HODGSON, G. M. The impact of empirical tests of transaction cost economics on the debate on the nature of the firm. **Strategic Management Journal**, 27, 461-476. 2006.

CENTRAL de inteligência de aves e suínos: estatísticas. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. EMBRAPA, 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas>> Acesso em: 13 abr. 2023.

CHOLEZ, C.; MAGRINI, M. B.; GALLIANO, D. Exploring inter-firm knowledge through contractual governance: a case study of production contracts for faba-bean procurement in France. **Journal of Rural Studies**, v. 73, p. 135 – 146. 2020.

CIELO, I. D.; JUNIOR, W. F. R.; SANCHES-CANEVESI, F. C. Integração avícola no Oeste do Paraná: análise da relação contratual da ótica dos produtores. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 8 (1), p. 147-174, 2020.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economic**. London, v. 5, n. 16. p. 386-405, 1937.

COASE, R. H. The Problem of Social Cost. **The Journal of Law and Economics**, v. 3, p. 1-44. University of Virginia, 1960.

COLARES-SANTOS, L. **Arranjos contratuais e incentivos à qualidade na cadeia da carne bovina no estado de São Paulo: uma análise de confiança**. 2020. Programa de Pós-Graduação em Administração. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CROOK, T. R. *et al.* Organizing around transaction costs: what have we learned and where do we go from here? **Academy of Management Perspectives**, v. 27, n. 1, p. 63-79. 2013.

CUNHA, C. F.; SAES, M. S. M.; MAINVILLE, D. Y. Custo de transação e mensuração na escolha da estrutura de governança entre supermercados e produtores agrícolas convencionais e orgânicos no Brasil e nos EUA. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 67-81, 2015.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, Estado e organizações**. 1 ed. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FOSS, K.; FOSS, N. Assets, Attributes, and Ownership. **International Journal of the Economics of Business**, v. 8, n. 1, p. 19-37. 2000.

GALUCHI, T. P. D.; MOZAMBANI, C. I.; BATALHA, M. O. Plurality of governance on cattle ranches: case studies in Brazil. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 48. 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.64 – 90.

GUIMARÃES, A. F. **Estruturas de governança e inovação em sistemas agroalimentares diferenciados de carne bovina no Paraná**. 2017. Programa de Pós-Graduação em Administração. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

GUIMARÃES, A. F. *et. al.* Coordenação em sistemas agroindustriais da pecuária bovina de corte no Brasil: uma caracterização bibliográfica. **Revista Produção Online**, v. 20, n. 4, p. 1190- 1213, 2020.

HAYEK, F. A. Economics and knowledge. **Economic IV**. New Series, 1937.

- HODGSON, G. M. Limits of transaction cost analysis. In: P. G. Klein & M. E. Sykuta, **The elgar companion to transaction cost economics** (chap. 28). USA: Edward Elgar Publishing. 2010.
- HODGSON, G. M. Opportunism is Not the Only Reason Why Firms Exist: Why an Explanatory Emphasis on Opportunism May Mislead Management Strategy, **Industrial and Corporate Change**, p. 401–418. 2004.
- ITO, N. C.; ZYLBERSZTAJN, D. Power and selection of contract terms: the case from the Brazilian orange juice sector. **R.Adm**, v. 51, n. 1, p. 5-19, São Paulo, 2016.
- JOSKOW, P. L. **New Institutional Economics**: a report card. 2004.
- KERLINGER, F.; LEE, H. **Foundations of behavioral research**. 4 ed. London: Thomson Learning, 2000.
- KVALE, S. The Social Construction of Validity. **Qualitative Inquiry**, v. 1. 1995.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática: 1990.
- MARTINS, F. M.; TRIENEKENS, J.; OMTA, O. Governance structures and coordination mechanisms in the Brazilian pork chain – diversity arrangements to support the supply of piglets. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 20, n. 4. 2017.
- MÉNARD, C. Organization and governance in the agrifood sector: how can we capture their variety? **Wiley Agribusiness**, p. 1-19, 2017.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study**: applications in education. Georgia: Copyright, 1998.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M, C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MISHRA, P. K.; DEY, K. Governance of agricultural value chains: coordination, control and safeguarding. **Journal of Rural Studies**, v. 64, p. 135-147. 2018.
- MONTEIRO, G. F. A.; ZYLBERSZTAJN, D. Direitos de Propriedade, Custos de Transação e Concorrência: o Modelo de Barzel. **EALR**, v. 2, n. 1, Brasília, 2011.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. 1 ed. New York: Cambridge University Press, 1990.
- NOSSA carne nas mesas do mundo. **Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne**. ABIEC, 2022. Disponível em: <<https://www.abiec.com.br>> Acesso em: 13 abr. 2023.
- NÚMEROS da pecuária paranaense. **Departamento de Economia Rural – DERAL**. 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/nppr_jan2021.pdf> Acesso em: 13 abr. 2023.
- O setor de carnes no Brasil e suas interações com o comércio internacional. **Fundação Getúlio Vargas**. FGV, 2022.
- OLIVEIRA, G. M. D. *et. al.* Information asymmetry: the case of cattle supply transaction in Brazil. **British Food Journal**, vol. 12, n. 8, p. 1825-1837. 2019.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n.1, p. 89-98. Rio de Janeiro, 2009.

PECUÁRIA moderna – bovinocultura de corte. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná**. IDR-PR, 2023. Disponível em: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Pecuaria-Moderna-Bovinocultura-de-Corte>> Acesso em: 13 abr. 2023.

PECUÁRIA/CEPEA: produção brasileira de carne bovina bate recorde em 2023. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. CEPEA, 2023. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pecuaria-cepea-producao-brasileira-de-carne-bovina-bate-recorde-em-2023.aspx>> Acesso em: 22 fev. 2025.

PEREIRA, J. A. **Capital social nas transações**: estudo das relações de troca entre pecuaristas e suas cooperativas de abate no sistema diferenciado de carne bovina no Estado do Paraná. 2019. Programa de Pós-Graduação em Administração. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

PEREIRA, J. A. *et. al.* Governance structures in cooperative slaughterhouses: a study on the chain of differentiated beef in the state of Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(1), 2022.

QUALIDADE da carne de aves. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. EMBRAPA, 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-de-aves>> Acesso em: 13 abr. 2023.

REBANHO bovino bate recorde em 2021 e chega a 224,6 milhões de cabeças. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/09/rebanho-bovino-bate-recorde-em-2021-e-chega-a-224-6-milhoes-de-cabecas>> Acesso em: 13 abr. 2023.

RICHARDSON, R. J. Colaboradores: PERES, J. A. S. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RTIQ – Carneos e seus derivados. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/regulamentos-tecnicos-de-identidade-e-qualidade-de-produtos-de-origem-animal-1/rtiq-carneos-e-seus-derivados-1>> Acesso em: 13 abr. 2023.

SANTOS, R. H. **Estruturas de governança e poder de comprador em sistemas agroalimentares e sistemas diferenciados da carne bovina do Estado do Paraná**. 2017. Programa de Pós-Graduação em Administração. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

SANTOS, R. H. *et. al.* Especificidade de ativos e estruturas de governança na bovinocultura de corte no Paraná, Brasil. **Economia & Região**, Londrina (Pr), v.9, n.2, p.97-114, 2021.

SENT, E.; KROESE, A. Commemorating Oliver Williamson, a founding father of transaction cost economics. **Journal of Institutional Economics**, 18(2), 181-193. 2022.

SHANOYAN, A.; BANKUTI, S. M. S.; COLARES-SANTOS, L. Analysis of incentive structures at producer–processor interface of beef supply chain in Brazil. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, vol. 9, n. 2, p.159-174, 2019.

SIFFERT, N. F.; FAVERET, P. F. O sistema agribusiness de carnes: competitividade e estruturas de governança. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 5, N 10. 1998.

- SOUZA, J. P.; BANKUTI, S. M. S. Uma Análise dos Contratos no Sistema Agroindustrial Suinícola no Oeste Paranaense Pela Ótica da Mensuração e da Transação. **Informe Gepec**, v. 16, n. 2, p. 79-97. Toledo, 2012.
- SOUZA, M. P. R.; SOUZA, J. P. Value capture in transactions of genetically superior Nellore breeding livestock. **Custos e Agronegócio Online**, v. 16. 2020.
- STIGLER, G. J. The economics of information. **Journal of Political Economics**, 1961.
- SUDRÉ, C. A. G. W.; SOUZA, J. P.; BOUROULLEC, M. D. M. Property rights and reputation in the dairy agro-industrial system. **RAUSP Management Journal**, v. 56, n. 4, 2021.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 269-296. 1991.
- WILLIAMSON, O. E. Outsourcing: transaction cost economics and supply chain management. **Journal of Supply Chain Management**, v. 44, n. 2, p. 5-16. 2008.
- WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**. Firms, Markets, Relational Contracting. China Social Sciences Publishing House. 1985.
- WILLIAMSON, O. E. The Mechanisms of Governance. **Oxford University Press**, 429p. 1996.
- WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, p. 595-613. 2000.
- WILLIAMSON, O. E. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract. **Journal of Economic Perspectives**, v. 16, n. 3, p. 171-195. 2002.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law & Economics**, 22(2), 233-261. 1979.
- ZYLBERSZTAJN, D. Agribusiness systems analysis: origin, evolution and research perspectives. **Rausp Management Journal**, v. 52, p. 114-117. 2017.
- ZYLBERSZTAJN, D. Measurement costs and governance: bridging perspectives of Transaction Cost Economics. **Caderno de Administração**, v. 26, n. 1, p. 1-19, Maringá, 2018.
- ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agroindustrial: um olhar além dos mercados. **SOBER**, Ribeirão Preto, 2005.

APÊNCICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRODUTOR

Caracterização

- Código (P): _____ Data: _____
- Localização das propriedades: _____
- Tempo na atividade: _____ Etapa de produção: () cria; () recria; () **engorda**
- Tamanho da propriedade (ha): _____
- Tamanho do rebanho: _____ Abate/ano: _____
- Número de compradores (processadores): _____ Qual comprador? _____
- Tempo com o mesmo comprador: _____
- Onde entrega (Estados)?: _____ Abate também? (IV): _____
- Segmento de produção: () diferenciado, como?: _____ () convencional.
- A pecuária é a única fonte de renda da propriedade? Se não, quanto representa em %?

Especificidade de ativos

1. **Quais características diferenciam os animais que você vende? Tem uma raça de preferência do comprador?**
2. A distância entre as propriedades e os frigoríficos influencia na negociação?
3. Depois que você fecha a venda, quando você entrega os animais? Caso mude essa data combinada, pode afetar a qualidade e o preço?
4. Precisa de um comprador específico?
5. Caso o processador deixe de comprar de você, qual seria o impacto causado? Quais os custos apareceriam? Perderia a qualidade da carne para uma segunda negociação?
6. **Existem alternativas de venda? Quais?**
7. **E se você parar de vender, eles encontram facilmente outro produtor com características semelhantes ao seu produto?**
8. Em uma escala de 0 a 10, o quanto você se considera dependente do processador?
9. Foi realizado algum investimento para a produção de acordo com exigências dos processadores, além dos estabelecidos pela lei?
10. Por que você vende sempre para o mesmo processador? Tem algum motivo?

Estruturas de governança

11. **Como é feita a negociação para aquisição? É rápido ou demorado? Sempre foi dessa forma? Por qual motivo é assim? (M;H;IV)**
12. Essas aquisições são formalizadas ou são informais? Toda vez que vai vender tem que negociar? Quando é a primeira compra, o que leva em consideração?
13. Como é o sistema de pagamentos? (Peso vivo ou peso morto?)
14. Como/quando é feito o pagamento? Com qual periodicidade? Como isso foi estabelecido?
15. Quantas vezes, por ano, acontece essa negociação e a venda dos animais?

Mensuração

16. Além do peso, o que é medido para determinar a qualidade do animal e da carne? Quem mede? Todas essas características são pagas pelo frigorífico? Valorizam algo que é diferente dos outros processadores? Diferencia por boi, novilha, vaca?
17. O que é considerado para desconto do preço? Isso é formalizado ou combinado na negociação?

- 18. É fácil ou difícil de se realizar essa medição? O que é fácil e o que é difícil medir?**
- 19. O custo é alto ou baixo? É fácil por que tem alguma tecnologia empregada? Ou é difícil por que exigiria algum custo? Tem problema?**
20. Como/quando acontecem essas medições? Qual a influência disso no preço pago, tem um percentual?
21. Essa medição acontece mais de uma vez? Se sim, em quais situações e por quê? Quem pode fazer?
22. Quando identificam problemas que afetam a qualidade da carne, o que acontece? Quem fica responsável pelas perdas?
23. Existem casos em que não precisa conferir se as características do animal entregue foram medidas adequadamente? Quais? (Relação de longo prazo?)

Transmissão da informação

- 24. Você recebe as informações sobre a medição e pagamento do processador? Por quais meios? Como isso influencia suas decisões de investimento na atividade?**
- 25. Quando você as recebe? Antes ou depois da formalização do pagamento?**
26. Essa informação permite novas negociações ou é apenas para conferência? Essas informações influenciam em futuras vendas?
27. Você compreende facilmente as informações que recebe?
28. Já existiram discordâncias quanto às informações apresentadas? Se sim, como resolveram?
29. Quais informações o comprador precisa para comercializar que só você tem? Tem problema?

Mecanismos de Garantia

30. **O tempo vendendo para o mesmo frigorífico influencia como na negociação?** (RLP; reputação)
- 31. Quais garantias vocês têm na negociação? Quem garante? Como os aparatos legais auxiliam nisso?** (Estado; contrato; RLP; marcas; reputação).

Custos de Transação

- 32. Já aconteceram problemas de quebra dos acordos? Quais os motivos? Como resolveram?**
33. Já deixou de vender para algum processador? Se sim, por quais motivos?
34. Algum processador já deixou de comprar de você? Se sim, por quais motivos?
- 35. Quais problemas normalmente acontecem na compra e na venda?**

Proteção dos direitos

36. O quanto o valor acordado na negociação pode mudar para mais ou para menos? Por quais motivos?
- 37. O que faz para garantir que você esteja recebendo um valor adequado, de acordo com a qualidade da carne e do animal? A forma de negociação (formal ou informal) te ajuda nisso?**

Conclusão

38. Gostaria de adicionar mais alguma informação?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROCESSADOR

Caracterização

- Código (F): _____ Data: _____
- Localização: _____
- Tempo na atividade: _____ Volume de abates diário: _____
- Número de produtores fornecedores: _____
- Produção própria (enquanto produtor ou para o frigorífico?) (%): _____
- Número de filiais e clientes: _____
- Abrangência territorial de compra e de venda: _____
- Segmento de produção: () diferenciado, como: _____ () convencional
- Trabalham com exportação? Se sim, para quais países? Do total processado, quanto é exportado?

Especificidade de ativos

1. **Quais características diferenciam os animais que você compra? Tem uma raça de preferência?**
2. A distância entre as propriedades e os frigoríficos influencia na negociação? Qual a distância máxima para buscar o gado?
3. Depois que você fecha a compra, quando você busca os animais? Caso mude essa data, pode afetar a qualidade e o preço?
4. Precisa de um produtor específico? O mercado fornece facilmente esse produto?
5. **Caso um produtor frequente deixe de vender para você, qual seria o impacto causado? Quais os custos apareceriam?**
6. E se você parar de comprar, eles encontram facilmente outro processador?
7. Em uma escala de 0 a 10, o quanto você se considera dependente do produtor?
8. Quais investimentos específicos são exigidos para a contratação dos produtores? Já realizou algum investimento específico pensando no produtor?
9. Por que você compra sempre do mesmo produtor? Tem algum motivo?

Estruturas de governança

10. **Como é feita a negociação para aquisição? É rápido ou demorado? Sempre foi dessa forma? Por qual motivo é assim? (M;H;IV)**
11. Essas aquisições são formalizadas ou são informais? Toda vez que vai comprar tem que negociar? Quando é a primeira compra, o que leva em consideração?
12. Como é o sistema de pagamentos? (Peso vivo ou peso morto?)
13. Como/quando é feito o pagamento? Com qual periodicidade? Como isso foi estabelecido?

Mensuração

14. Além do peso, o que é medido para determinar a qualidade do animal e da carne? Quem mede? Diferencia boi, novilha, vaca? (idade?).
15. O que é considerado na formação do preço pago? Valoriza algo que é diferente dos outros?
16. O que é considerado para desconto do preço? Isso é formalizado ou combinado na negociação?
17. **É fácil ou difícil de se realizar essa medição? O que é fácil e o que é difícil medir?**

- 18. O custo é alto ou baixo? É fácil por que tem alguma tecnologia empregada? Ou é difícil por que exigiria algum custo? Tem problema?**
19. Como/quando se realizam as medições? Qual a influência disso no preço pago, tem um percentual?
20. Essa medição acontece mais de uma vez? Se sim, em quais situações e por quê? Quem pode fazer?
21. Quando identificam problemas que afetam a qualidade da carne, o que acontece? Quem fica responsável pelas perdas?
22. Existem casos em que não precisa conferir se as características do animal entregue foram medidas adequadamente? Quais? (Relação de longo prazo?)

Transmissão da informação

- 23. A informação associada ao pagamento e medição é disponibilizada ao produtor? Como? Por quais meios?**
- 24. Quando eles recebem a informação? Antes ou depois da formalização do pagamento?**
25. Essa informação permite novas negociações ou é apenas para conferência? Essas informações influenciam em futuras compras?
26. No geral, os produtores acessam facilmente e entendem as informações transmitidas?
27. Já existiram discordâncias quanto às informações apresentadas? Se sim, como resolveram?
28. Quais informações que precisa para comercializar o produto que vêm do produtor? Tem problema?

Mecanismos de Garantia

- 29. São sempre os mesmos produtores ou frequentemente buscam novos?**
- 30. Há quanto tempo está com o produtor mais antigo? E o mais novo? Como isso influencia na negociação?**
31. Quais garantias vocês têm na negociação? Quem garante? Como os aparatos legais auxiliam nisso? (Estado; contrato; RLP; reputação).

Custos de Transação

32. Já aconteceram problemas de quebra dos acordos? Quais os motivos? Como resolveram?
33. Já deixou de comprar de algum produtor? Se sim, por quais motivos?
34. Algum produtor já deixou de vender para você? Se sim, por quais motivos?
- 35. Quais problemas normalmente acontecem na compra e na venda?**

Proteção dos direitos

36. O quanto o valor acordado na negociação pode mudar para mais ou para menos? Por quais motivos?
- 37. O que faz para garantir que o valor pago seja correto, de acordo com a qualidade da carne? A forma de negociação (formal ou informal) te ajuda nisso?**

Conclusão

38. Gostaria de adicionar mais alguma informação?

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EFICIÊNCIA NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE CARNE BOVINA: operacionalizando a discussão de Oliver Williamson sobre a complementaridade entre a governança e a mensuração.

Pesquisador: JOSE PAULO DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77994924.5.0000.0104

Instituição Proponente: CSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.913.419

Apresentação do Projeto:

Projeto original de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, sob responsabilidade do pesquisador principal José Paulo de Souza e a doutoranda Mariela Meira Caunetto, no momento em análise de resposta a pendências referentes ao Parecer Consubstanciado CEP n. : 6.812.478, de 08/05/2024.

A coordenação da transação é um assunto tradicionalmente tratado pelas teorias derivadas da Nova Economia Institucional, considerando os conceitos da Economia dos Custos de Transação (ECT) e da Economia dos Custos de Mensuração (ECM). Essas teorias têm sua origem nas discussões de eficiência, entretanto, seguem por dois caminhos distintos, com ênfases particulares, mas interdependentes. Por um lado, no caminho da governança, descrito pela ECT, as discussões de eficiência, dada pela redução dos custos de transação, se estabelecem em função do alinhamento entre as estruturas de governança e os atributos da transação, com maior destaque para a especificidade de ativos. Por outro lado, no caminho da mensuração, tratado pela ECM, as discussões de eficiência consideram a escolha dos mecanismos de garantia a partir das condições

da mensuração e da transmissão de informação entre os diferentes estágios do sistema produtivo, com o olhar para a proteção dos direitos de propriedade, em uma perspectiva de

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ**

Continuação do Parecer: 6.913.419

maximização de valor. Dessa forma, buscando contribuir para as discussões de complementaridade entre as

teorias, o objetivo deste trabalho será compreender como a mensuração, a transmissão da informação e a especificidade de ativos, influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina. Para cumprir com esse objetivo, o presente trabalho apresentou uma discussão teórica, com base em trabalhos clássicos e seminais, além das contribuições de autores mais recentes. A partir dessa discussão, foram apresentadas as proposições teóricas, considerando os principais conceitos de cada teoria de maneira complementar. Por sua vez, tais proposições visam a sustentar a tese deste trabalho, que buscará argumentar que a eficiência completa da transação é alcançada quando se considera o grau de especificidade de ativos, os custos de mensuração e as condições de transmissão e acesso à informação, garantindo-se direitos econômicos ao mesmo tempo em que reduz custos de negociação e renegociação. No campo empírico, essa discussão se faz importante ao se considerar que o sistema agroindustrial de carne bovina não possui a coordenação padronizada, podendo variar desde relações de mercado até a integração vertical, dependendo da qualidade do ativo transacionado.

Além disso, apresentam problemas associados a especificidade de ativos, incertezas, mensuração e transmissão de informação, os quais elevam os riscos de apropriação de valor nas transações envolvendo os segmentos produtor e processador. Para a execução desta pesquisa, será adotada uma orientação qualitativa, do tipo descritiva, com recorte transversal, envolvendo o uso de dados primários e secundários, sendo que esses últimos foram obtidos através de estudos científicos já publicados. Por sua vez, a coleta de dados primários será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com produtores e processadores de carne bovina. Para a obtenção dos resultados e principais conclusões, propõe-se o uso da Análise de Conteúdo, orientada pelas categorias de análise, as quais emergiram da tese e do objetivo analítico desta pesquisa. Para tanto, considera-se que esse sistema é pertinente ao estudo, uma vez que a heterogeneidade nos arranjos de coordenação pode contribuir para a discussão da teoria, considerando diferentes estruturas de governança e mecanismos de garantia, a partir das proposições teóricas e da tese proposta. Por fim, observa-se ainda que a discussão teórica proposta nesta tese também pode contribuir para explicitar tanto os problemas quanto as possíveis soluções para a melhoria da

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4**Bairro:** Jardim Universitário**CEP:** 87.020-900**UF:** PR**Município:** MARINGÁ**Telefone:** (44)3011-4597**Fax:** (44)3011-4444**E-mail:** copep@uem.br

Continuação do Parecer: 6.913.419

coordenação e do desempenho nesse SAG, que é competitivo para a economia brasileira. os pesquisadores apresentam a hipótese de que as discussões de eficiência devem considerar o grau de especificidade de ativos e a viabilidade da mensuração e da transmissão da informação, visando a garantir direitos de propriedade e a coordenar a transação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como a mensuração, a transmissão da informação e a especificidade de ativos, influenciam na coordenação das transações e na garantia dos direitos de propriedade, nos diferentes arranjos envolvendo produtores e processadores do SAG de carne bovina.

Objetivo Secundário:

- a. Propor um modelo teórico-analítico para a escolha da coordenação e para a proteção dos direitos de propriedade, envolvendo a complementaridade entre os conceitos da ECT e da ECM.
- b. Caracterizar como acontecem os processos de mensuração e de transmissão da informação nas transações entre produtores e processadores do SAG de carne bovina.
- c. Analisar como o grau de especificidade de ativos, a mensuração e as condições de transmissão da informação contribuem para a coordenação e para a proteção dos direitos de propriedade envolvidos na negociação entre produtores e processadores do SAG de carne bovina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão sujeitos os participantes da pesquisa serão suplantados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta:

Para a execução da pesquisa, será adotada uma orientação qualitativa, do tipo descritiva, com recorte transversal (entre 2023 e 2024), envolvendo o uso de dados primários e secundários, os quais foram obtidos através de estudos científicos já publicados. A coleta de dados primários será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com produtores e processadores de carne bovina, no Brasil. Com a permissão dos participantes, as entrevistas serão gravadas, transcritas e armazenadas sob a guarda dos pesquisadores. Para garantir a proteção dos participantes, todos terão a identidade protegida, sendo tratados de forma anônima, uma vez

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br

Continuação do Parecer: 6.913.419

que o estudo busca somente compreender os aspectos relacionadas à transação de compra e venda da carne bovina entre os segmentos produtor e processador. Para a obtenção dos resultados e principais conclusões, propõe-se o uso da Análise de Conteúdo, orientada pelas categorias de análise, as quais emergiram da tese e do objetivo analítico da pesquisa. Serão ouvidos participantes até que se atinja convergência nas respostas associadas às categorias de análise.

A análise dos dados se dará pelo método de análise de conteúdo. Essa Análise de Conteúdo será orientada pelas categorias de análise, as quais emergiram da tese e do objetivo analítico da pesquisa. As categorias serão formadas a partir das convergências obtidas das entrevistas, identificadas em seu conteúdo. A análise das categorias poderá, assim, definir a resposta à proposição de tese.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas preconizadas. Apresenta as autorizações necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de resposta às pendências.

O documento "carta_resposta.docx" foi anexado ao protocolo e, além das respostas contem os documentos implicados (TCLE.docx) com as alterações destacadas em negrito.

Teor das Respostas:

Em relação às pendências 1, 2, 3 e 5, as recomendações relativas ao TCLE foram acatadas, conforme novo modelo em anexo (Anexo 1). As alterações efetuadas no texto do TCLE encontram-se destacados em negrito.

Em relação à pendência 4, as recomendações relativas ao TCLE foram acatadas, conforme novo modelo em anexo (Anexo 1). As alterações efetuadas no TCLE encontram-se inseridas no rodapé direito do arquivo.

Em relação à pendência 6, as recomendações relativas ao Cronograma de execução da pesquisa foram acatadas, conforme novo modelo em anexo (Anexo 2). Todo o cronograma foi

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ**



Continuação do Parecer: 6.913.419

reajustado na Plataforma Brasil, conforme a imagem do anexo.

Assim, considerando o atendimento integral das pendências, à luz dos preceitos éticos, da legislação vigente e informações constantes nos arquivos anexados, o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá se manifesta pela aprovação do projeto de pesquisa em tela. Reitera-se a necessidade de apresentação de relatório final no prazo de 30 dias após o término do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2295236.pdf	27/05/2024 19:38:38		Aceito
Outros	carta_resposta.docx	27/05/2024 19:37:51	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/05/2024 17:43:54	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2295236.pdf	09/05/2024 16:09:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	09/05/2024 16:09:15	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto2.pdf	05/03/2024 11:26:40	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Justificativadeausencia.pdf	04/03/2024 11:47:20	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Outros	Roteiroprocessador.docx	04/03/2024 10:58:33	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Outros	Roteiroprodutor.docx	04/03/2024 10:57:29	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	01/03/2024 17:39:18	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	01/03/2024 10:57:50	MARIELA MEIRA CAUNETTO	Aceito

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 6.913.419

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 26 de Junho de 2024

Assinado por:

**Maria Emília Grassi Busto Miguel
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br

APÊNDICE C: TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Você é convidado(a) a participar da pesquisa “Eficiência no sistema agroindustrial de carne bovina: operacionalizando a discussão de Oliver Williamson sobre a complementaridade entre a governança e a mensuração” de Mariela Meira Caunetto, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob orientação do Prof. Dr. José Paulo de Souza. O estudo busca compreender como acontece a negociação entre os produtores e processadores envolvidos na compra e venda de carne bovina, focando nas formas de coordenação e nos processos adotados para a medição de qualidade e transmissão de informação na negociação.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, é feita com produtores e processadores do Sistema Agroindustrial (SAG) de Carne Bovina. A coleta de dados acontece por meio de entrevistas semiestruturadas, em que a pesquisadora conta com um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, mas é livre para adicionar novas perguntas, excluir ou substituir as existentes, no momento da entrevista. Com o seu consentimento, a entrevista será gravada para o registro dos dados, os quais serão fundamentais para a análise dos resultados da pesquisa. Durante a realização das entrevistas, os dados serão armazenados em arquivo digital, no computador da pesquisadora. Ao final da pesquisa, os dados serão descartados e as gravações serão excluídas, permanecendo apenas os registros pertinentes ao conteúdo e análise de resultados do estudo, sem identificação dos participantes.

Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos, já que não envolve manipulação de pessoas, substâncias ou equipamentos que possam causar dano físico. Ainda assim, são identificados possíveis riscos, como: desconforto e o tempo despendido para responder as perguntas; desconforto em fornecer informações específicas relacionadas à negociação entre produtores e processadores; desconforto em fornecer informações relacionadas à produção ou ao processamento da carne bovina. Dessa forma, informamos que, se houver algum desconforto por reflexões e respostas dadas, é possível solicitar auxílio ou interromper a participação.

Reiteramos seu direito de não participar, declinar a qualquer momento ou responder parcialmente. Reiteramos que os dados coletados serão divulgados de forma anônima, apenas para fins científicos, considerando o avanço teórico e empírico, sem nenhum conflito de interesse declarado pelos pesquisadores. Dessa forma, firmamos que a identidade de todos os participantes será omitida e permanecerá sob a guarda dos pesquisadores, no Grupo de Estudos em Estruturas Coordenadas (GECOR-UEM), tratada com absoluto sigilo. Afirmamos que nos responsabilizaremos diante de eventuais intercorrências no momento da pesquisa, não onerando o Sistema Único de Saúde ou planos e convênios particulares.

Por sua vez, os benefícios oferecidos pela pesquisa são coletivos, de forma que os seus resultados se relacionam à possibilidade de reflexão sobre as características da transação e do processo

de compra e venda da carne bovina, decorrentes das perguntas da entrevista. Além disso, os resultados do trabalho podem oferecer benefícios relacionados a melhorias na negociação, as quais podem beneficiar os produtores, processadores e o sistema agroindustrial de carne bovina em geral, bem como definição de Políticas Públicas que gerem maior eficiência nessas transações, com reflexos nos custos produtivos e transacionais. Ressaltamos, ainda, que os participantes não receberão qualquer quantia monetária para a participação na pesquisa.

Ao concordar em participar da entrevista, você receberá uma via deste termo e será garantido o acesso aos resultados da pesquisa, quando essa for finalizada. A sua participação é voluntária e pode ser interrompida sem qualquer ônus. O objetivo final é colaborar com o progresso da ciência, além contribuir para a formação docente e para o desenvolvimento do campo empírico. Informamos, ainda, que todas as páginas deste termo devem ser rubricadas e, ao final, o termo deve ser assinado.

Quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa, poderão ser esclarecidas com a pesquisadora pelo telefone ou pelos e-mails. Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UEM (COPEP): Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4, CEP 87020-900. Maringá-Pr. Telefone: (44) 3011-4597, e-mail: copep@uem.br. Atendimento: 2^a a 6^a feira, das 8h30 às 11h30 das 14h às 17h20. Para atendimento presencial, o COPEP solicita a gentileza de agendar horário. O COPEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberado e educativo, criado para defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

Para mais esclarecimentos, ficamos à disposição e firmamos o compromisso com a segurança dos dados coletados e identidade dos participantes.

Maringá, de de 2024.